

UFRRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO

**A URBANIZAÇÃO MILITAR NOS SUBÚRBIOS CARIOCA: UM OLHAR SOBRE
OS BAIRROS DE REALENGO, VILA MILITAR E SANTA CRUZ**

MARIA CAROLINA DE OLIVEIRA DOS SANTOS

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**A URBANIZAÇÃO MILITAR NOS SUBÚRBIOS CARIOCA: UM OLHAR SOBRE
OS BAIRROS DE REALENGO, VILA MILITAR E SANTA CRUZ**

MARIA CAROLINA DE OLIVEIRA DOS SANTOS

Sob a Orientação do Professor

Maurilio Lima Botelho

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Geografia**, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, área de concentração Espaço, Questões Ambientais e Formação Em Geografia.

Seropédica, RJ

2025

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SS237u
u Santos, Maria Carolina de Oliveira dos, 1996-
A urbanização militar nos subúrbios carioca: um
olhar sobre os bairros da Vila Militar, Realengo e
Santa Cruz / Maria Carolina de Oliveira dos Santos. -
Seropédica, 2025.
123 f.: il.

Orientador: Maurilio Lima Botelho.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Geografia, 2025.

1. Urbanização militar. 2. Subúrbio carioca. 3.
Realengo. 4. Vila Militar. 5. Santa Cruz. I.
Botelho, Maurilio Lima, 1978-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação em Geografia III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO N° 38/2025 - IGEO (11.39.00.34)

N° do Protocolo: 23083.037263/2025-63

Seropédica-RJ, 11 de julho de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MARIA CAROLINA DE OLIVEIRA DOS SANTOS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 10/07/2025

Maurilio Lima Botelho. (Dr.) UFRRJ

Orientador, presidente da banca

Leandro Dias de Oliveira. (Dr.) UFRRJ

Examinador Interno

Romulo Costa Mattos. (Dr.) PUC - RJ

Examinador Externo

(Assinado digitalmente em 14/07/2025 15:43)

LEANDRO DIAS DE OLIVEIRA

PRO-REITOR(A) ADJUNTO(A) - SUBSTITUTO

PROPPG (12.28.01.18)

Matrícula: ###86388

(Assinado digitalmente em 11/07/2025 12:26)

MAURILIO LIMA BOTELHO

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DeGEOIA (11.39.39)

Matrícula: ###85487

(Assinado digitalmente em 04/08/2025 13:11)

ROMULO COSTA MATTOS

ASSINANTE EXTERNO

CPF: ###.###.187-##

Dedico este trabalho ao meu querido avô, Jair de Oliveira (*in memoriam*), cuja presença e apoio sinto em cada conquista. Onde quer que esteja, sei que estaria ao meu lado, vibrando com cada descoberta.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, à espiritualidade que me guia e sustenta. À Mam'etu Kukueto, força ancestral que ecoa em mim, cuja presença firme acompanha cada passo, cada escolha e cada silêncio.

Aos meus pais, Valéria e Luís Cláudio, e meu irmão, Júnior, por serem meu alicerce, e me ensinaram com amor e exemplo o valor do estudo, da justiça e da fé. Sou grata por nunca duvidarem dos meus caminhos, mesmo quando tudo parecia incerto. À minha família, pelo apoio incondicional para que os nossos pudessem estudar e acessar à universidade.

Aos meus amigos, que caminharam comigo com carinho e generosidade, compartilhando as dúvidas e alegrias. Em especial, João Daniel, pela escuta paciente ao longo dessa jornada.

Ao meu orientador, Maurilio, por sua paciência, rigor e confiança, sem seu apoio não poderia chegar tão longe.

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, por me ter permitido viver diferentes fases da minha vida em uma instituição pública e de qualidade. Aos meus professores, que me acompanharam desde a graduação, por provocarem inquietações necessárias e oferecerem espaço de crescimento intelectual e político.

E a todas e todos que trilharam ao meu lado esta estrada de luta e aprendizado, deixo meu profundo e sincero agradecimento.

O subúrbio é o refúgio dos infelizes.

Lima Barreto

RESUMO

SANTOS, M.C.O. **A urbanização militar nos subúrbios carioca: um olhar sobre os bairros de Realengo, Vila Militar e Santa Cruz.** 2025. 112 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Agronomia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025.

Esta dissertação investiga a urbanização militar nos subúrbios cariocas, analisando os bairros de Realengo, Vila Militar e Santa Cruz como estudos de caso. Partindo do pressuposto de que as Forças Armadas foram agentes centrais na produção do espaço urbano do Rio de Janeiro, o trabalho explora como a presença do Exército Brasileiro moldou a ocupação territorial, a organização socioespacial e a identidade local desde o século XIX. A pesquisa problematiza a dualidade entre projetos de modernização militar e dinâmicas de segregação, destacando contradições entre infraestruturas estratégicas (quartéis, escolas militares, fábricas de munições) e a precariedade urbana nas áreas circundantes. A metodologia utilizada combina revisão bibliográfica e análise de documentos históricos (plantas, relatórios militares). O Capítulo 1 contextualiza a atuação militar na formação histórica da cidade; o Capítulo 2 desmonta o conceito de "subúrbio carioca", expondo seu "rapto ideológico"; e o Capítulo 3 examina casos concretos de ocupação militar e seus legados. Conclui-se que a militarização definiu hierarquias espaciais, reforçou exclusão, mas também catalisou processos identitários próprios, revelando a complexidade da herança militar na periferia urbana.

Palavras-Chave: Urbanização militar. Subúrbio carioca. Realengo. Vila Militar. Santa Cruz.

ABSTRACT

SANTOS, M.C.O. Military Urbanization in the Suburbs of Rio de Janeiro: A Look at the Neighborhoods of Realengo, Vila Militar, and Santa Cruz. 2025. 112 p. Dissertation (Master in Geography). Institute of Agronomy, Graduate Program in Geography, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025.

This dissertation investigates military urbanization in the suburbs of Rio de Janeiro, analyzing the neighborhoods of Realengo, Vila Militar, and Santa Cruz as case studies. Starting from the premise that the Armed Forces were central agents in the production of Rio de Janeiro's urban space, the study explores how the presence of the Brazilian Army shaped territorial occupation, socio-spatial organization, and local identity since the 19th century. The research problematizes the duality between military modernization projects and dynamics of segregation, highlighting contradictions between strategic infrastructures (barracks, military schools, munitions factories) and urban precarity in surrounding areas. Methodologically, it combines a literature review and analysis of historical documents (maps, military reports). Chapter 1 contextualizes the military's role in the city's historical formation; Chapter 2 deconstructs the concept of the "carioca suburb," exposing its "ideological appropriation"; and Chapter 3 examines concrete cases of military occupation and their legacies. It concludes that militarization defined spatial hierarchies, reinforced exclusion, but also catalyzed unique identity processes, revealing the complexity of military heritage in urban peripheries.

Key-words: Military urbanization; Rio de Janeiro suburbs; Realengo; Vila Militar; Santa Cruz.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro com suas fortificações, de autoria do engenheiro militar Jean Massé (1713)	12
Figura 2 – Os fortes do Rio de Janeiro em 1725	13
Figura 3 – A capital do Brasil: Planta do Rio de Janeiro, 1831	17
Figura 4 – Imóveis sob jurisdição do Ministério da Guerra no Município Neutro em 1864	20
Figura 5 – Imóveis sob jurisdição do Ministério da Guerra no Estado da Guanabara (1961)	21
Figura 6 – Escola Militar, Praia Vermelha, Rio de Janeiro, 1888	30
Figura 7 – Fotografia aérea da Escola Militar do Realengo, registro feito pela Aviação do Exército em 1934	31
Figura 8 – Limites do “Subúrbio” – por volta de 1940	44
Figura 9 – Estrutura urbana do Rio de Janeiro e divisão administrativa segundo freguesias urbanas e rurais – 2ª metade do século XIX	46
Figura 10 – Município do Rio de Janeiro – Área de Planejamento – AP – 2017	47
Figura 11 – Estrutura da Metrópole do Rio de Janeiro	48
Figura 12 – Mapa do Sertão Carioca extraído do livro de Magalhães Corrêa	50
Figura 13 – Localização do bairro de Realengo	68
Figura 14 – As primeiras instalações militares no Realengo durante o século XIX	74
Figura 15 – Vista panorâmica da Fábrica de Cartuchos de Infantaria e da Escola Militar de Realengo (1939)	77
Figura 16 – Conjunto Habitacional Realengo, década de 1940	79
Figura 17 – Instalações de caráter militar em Realengo até 1970	82
Figura 18 – Localização da Vila Militar	83
Figura 19 – Mapa da Vila Militar do Rio de Janeiro e redondezas	85
Figura 20 – Visão ampliada da perspectiva da Vila Militar (1908)	86
Figura 21 – Estação Ferroviária da Vila Militar (1910)	87
Figura 22 – Vista aérea da Vila Militar (1944)	88
Figura 23 – Construção de residências para oficiais – Vila Militar (1908)	92
Figura 24 – Localização do bairro de Santa Cruz	93
Figura 25 – Vista aérea da Base Aérea de Santa Cruz (1939)	95
Figura 26 – Planta da Fazenda de Santa Cruz durante o período colonial	98
Figura 27 – Construção do hangar Zeppelin (1934)	99

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - Os militares na construção do Rio de Janeiro	7
1.1 Os Militares e a cidade do Rio de Janeiro	7
1.2 A migração militar para o Sertão Carioca	16
1.3 Um breve histórico sobre as Forças Armadas brasileiras	22
1.2.1 A origem do Exército: um mito	24
1.3 O papel da Escola Militar	28
1.3.1 Escola Militar da Praia Vermelha	30
1.3.2 Escola Militar do Realengo	31
1.3.3 Transição e continuidade: a relação entre as duas escolas	32
1.4 Uma realidade latino-americana	33
CAPÍTULO 2 – Subúrbio carioca: uma categoria não linear	36
2.1 O subúrbio na História	39
2.2 O conceito carioca de subúrbio	41
2.3 De Sertão Carioca a Zona Oeste	48
2.4 A segregação nos subúrbios	57
2.5 Um subúrbio militar	60
CAPÍTULO 3 – O Papel do Exército na Produção do Espaço Urbano em Bairros Suburbanos: Realengo, Vila Militar e Santa Cruz	64
3.1 A categoria de paisagem militar	66
3.2 O bairro de Realengo	68
3.2.1 A Estrada Real de Santa Cruz	71
3.2.2 Uma área de interesse militar	73
3.3 A Vila Militar de Deodoro	83
3.3.1 O urbanismo da Vila Militar	87
3.4 O bairro de Santa Cruz	95
3.4.1 A Fazenda Real de Santa Cruz	99
3.4.2 Momento de grandes transformações	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
BIBLIOGRAFIA	107

INTRODUÇÃO

A urbanização das cidades brasileiras é um processo marcado por múltiplos agentes, entre os quais as Forças Armadas desempenharam um papel estruturante, especialmente no Rio de Janeiro, imprimindo suas dinâmicas. Desde o período colonial, a presença militar ultrapassa a função defensiva para se consolidar como um elemento central na configuração do espaço urbano, influenciando desde a ocupação territorial até a organização social e econômica. Essa relação entre militarização e urbanização ganha contornos particulares nos subúrbios cariocas, onde instituições militares não apenas moldaram a paisagem física, mas também definiram padrões de segregação, integração e identidade local.

No decorrer desta pesquisa, o termo "Forças Armadas" é empregado, prioritariamente, em referência ao Exército, instituição que assume papel central na análise desenvolvida. Reconhece-se, contudo, a presença relevante da Aeronáutica, especialmente no bairro de Santa Cruz, bem como a atuação da Marinha, com destaque para sua influência na região central e litorânea da cidade do Rio de Janeiro.

A cidade do Rio de Janeiro cumpriu um destacado papel na geopolítica do país, a sua fundação se confunde com o desenvolvimento das estruturas de defesa militar. Antes mesmo de intensificar a participação de setores religiosos, importantes fortes foram construídos e durante as acirradas disputas pela manutenção do território apostaram na crescente ocupação militar e portanto na sua expansão.

Mesmo após a superação do período colonial e a consolidação do Rio de Janeiro como a então capital nacional, esta presença e protagonismo militar permaneceu. Atualmente, a cidade, já não mais capital, mas ainda com destacada relevância nacional, preserva marcas desses diferentes períodos. O trecho entre Deodoro e Realengo e o bairro de Santa Cruz foram marcados por uma enorme concentração de polos militares que contaram com a presença de vilas, conjuntos residenciais e quartéis, embora houvesse outras unidades militares por toda a cidade.

Ao longo do século XX, sobretudo em suas primeiras décadas, sob influência do complexo militar construído em Realengo, foram instaladas novas áreas nas redondezas, sendo elas: a Vila Militar do Deodoro e o Campo dos Afonsos, assim, também como a Vila Proletária Marechal Hermes.

O chamado subúrbio carioca¹, que desperta atenção pelo conjunto de peculiaridades que o impede de ser analisado a partir de uma única história, apresenta bairros que tiveram uma destacada participação das instituições militares brasileiras no seu processo de urbanização e desenvolvimento. Os bairros da Vila Militar, Realengo e Santa Cruz, localizados na Zona Oeste do Rio de Janeiro, são parte daqueles que compartilham uma trajetória de urbanização destoante da maioria dos bairros cariocas, ainda que também tenha experienciado este processo tardiamente integrando a área rural que ficou popularmente conhecida por “Sertão Carioca”²

A pesquisa sobre a trajetória fundiária e seu desenvolvimento urbano não são temáticas novas, é possível localizar referências tanto em obras literárias como a de Noronha Santos (1965, 1981), e em trabalhos mais recentes como os de Fridman (1998, 1999). Apesar destes estudos apontarem a participação de tropas e instituições militares, as suas peculiaridades, movimentos políticos, aspectos sociais que determinam este modelo de ocupação na região são pouco aprofundados, com exceção dos trabalhos de Viana (2010, 2016), que aborda temática com maior minúcia, ainda que a partir de uma perspectiva historiográfica.

Exatamente como destaca Fridman (1999), uma trajetória atípica de urbanização é iniciada a partir da constituição de um povoado agrícola que posteriormente passou a conglomerar diversos atrativos, em uma área que ficou marcada pelas junções de interesses militares, industriais e residenciais, o que por si só chama atenção para os relevantes aspectos que requerem uma abordagem geográfica.

É fundamental apontar que durante um longo período, até meados de 1930, as Forças Armadas representavam intervenções de maior relevância do Estado na evolução urbana, contudo, não se pode desvincular todas as transformações ocorridas como parte do plano de expansão militar, para além da mera ocupação de novas áreas, nem mesmo isentar os militares da responsabilidade de representação estatal nas primeiras décadas de sua presença.

Esta dissertação investiga o fenômeno da urbanização militar nos bairros de Realengo, Vila Militar e Santa Cruz, localizados na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Essas áreas, outrora integrantes de antigas áreas rurais, foram transformadas ao longo dos séculos XIX e XX pela

¹A categoria "subúrbio carioca", construída histórica e ideologicamente a partir de dinâmicas de segregação, transporte ferroviário e intervenções militares, será analisada e problematizada em maior profundidade no Capítulo 2, que explora suas origens, transformações e contradições.

² Caracterização atribuída ao território da antiga zona rural do município do Rio de Janeiro. Esse termo foi popularizado na década de 1930 pelo naturalista Magalhães Corrêa (1936), fazendo menção às freguesias rurais de Jacarepaguá, Campos Grande, Guaratiba, Santa Cruz e Irajá. No final da década de 1980 essa expressão deixou de ser utilizada quando a região da atual Zona Oeste teve seu processo de urbanização intensificado. (Santos, 2019 p. 375)

instalação de quartéis, escolas militares, fábricas de munições e vilas residenciais, consolidando-se como espaços estratégicos para o Exército Brasileiro. A análise parte do pressuposto de que a atuação militar não se limitou à ocupação física, mas também definiu relações de poder, hierarquias sociais e modelos de desenvolvimento urbano, muitas vezes em tensão com as demandas das populações locais.

Um dos principais objetivos desta pesquisa é justamente compreender quais eram as prioridades do Exército Brasileiro nessa região, já que, durante um longo período, a instituição militar representou a principal presença do Estado na área. O Exército não apenas assumiu o papel de agente modelador do espaço físico, mas também propôs um plano de ocupação que incluía a organização da vida social, integrando o desenvolvimento do bairro aos seus interesses e às transformações que buscava implementar. Dessa forma, a atuação militar em bairros da Zona Oeste transcende a mera instalação de equipamentos e infraestrutura, influenciando diretamente a dinâmica cotidiana da população e a conformação do tecido urbano, em um processo que mesclou interesses institucionais, necessidades sociais e estratégias de planejamento territorial.

Se as Forças Armadas fossem uma organização estatal comum, esta pesquisa seria apenas um estudo de caso da intervenção do Estado como agente modelador do espaço urbano. O problema é que as Forças Armadas têm particularidades inconfundíveis, o que requer uma compreensão teórica e empírica do papel histórico dos militares no Brasil. (Fernandes 2006, p.5)

Esta dissertação parte do seguinte problema de pesquisa: Como a presença das Forças Armadas moldou a urbanização, a organização socioespacial e a identidade dos bairros de Realengo, Vila Militar e Santa Cruz, e de que maneira essa influência ainda reverbera na configuração atual desses territórios? Para responder a essa questão, definiram-se os seguintes objetivos específicos:

1. Analisar historicamente o papel, principalmente, do Exército na produção do espaço urbano nos bairros cariocas, com ênfase nos três bairros estudados.
2. Compreender como a categoria "subúrbio" foi construída e ressignificada pela presença militar, contrastando-a com modelos internacionais.
3. Identificar as contradições entre projetos de modernização militar e as dinâmicas sociais locais, incluindo segregação e acesso a infraestrutura.
4. Examinar casos concretos de intervenção militar na Zona Oeste do Rio de Janeiro, como a instalação da Escola Militar do Realengo, a criação da Vila Militar e a

industrialização de Santa Cruz, para entender como infraestruturas militares definiram trajetórias de ocupação e exclusão.

Metodologicamente, a pesquisa combina revisão bibliográfica, análise de documentos históricos, como relatórios militares, plantas urbanas e registros cartográficos. A pesquisa de arquivo foi feita a partir dos registros de relatórios do antigo Ministério da Guerra, em sua maior parte digitalizados e disponibilizados pelo Arquivo Nacional, assim como determinadas legislações disponíveis no Diário Oficial da União. Usando diferentes metodologias para compreender o impacto das Forças Armadas na formação do tecido urbano suburbano do Rio de Janeiro. Primeiramente, recorreremos a coleções cartográficas históricas (plantios e mapas de fortificações, séculos XVII a XX) e a registros oficiais do Ministério da Guerra para traçar o panorama das ocupações militares e as alterações territoriais em Realengo, Vila Militar e Santa Cruz. Depois, analisou-se a legislação relevante (Cartas Régias, Ato Adicional de 1834, Lei de Terras de 1850 e seus respectivos regulamentos) para entender o quadro legal que regulava a posse e a utilização do solo.

Para enriquecer informações quantitativas, utilizamos relatórios estatísticos do século XIX e fotografias aéreas conservadas no Museu Aeroespacial, oferecendo uma perspectiva tanto sincrônica quanto diacrônica do desenvolvimento suburbano. Os diálogos semiestruturados com residentes locais possibilitaram a comparação de descobertas documentais com relatos orais, aprimorando a interpretação histórica. A abordagem interdisciplinar dialoga com áreas de estudo como a Geografia Urbana, a História Social e os Estudos Militares, permitindo uma análise crítica das fontes e dos processos socioespaciais.

A estrutura desta dissertação divide-se em três capítulos interligados. O Capítulo 1 resgata a participação dos militares na construção do Rio de Janeiro, desde a fundação colonial até a modernização do período republicano, destacando a dualidade entre defesa territorial e controle social.

O Capítulo 2 desmonta a categoria "subúrbio carioca", explorando suas origens, transformações e o "rpto ideológico" que associou a periferia à marginalidade, contrastando com a realidade multifacetada de bairros como Realengo.

Por fim, o Capítulo 3 analisa o papel concreto do Exército na produção do espaço urbano, com estudos de caso sobre a Escola Militar do Realengo, a Vila Militar e a industrialização de Santa Cruz, revelando como infraestruturas militares definiram trajetórias de ocupação e exclusão.

Há a necessidade em delimitar a ideia de urbanização militar, conforme trabalhada nesta dissertação, refere-se a um processo histórico específico, iniciado no século XIX e

consolidado no século XX, no qual as Forças Armadas atuaram como agentes diretos na produção do espaço urbano, construindo infraestruturas e definindo padrões de ocupação territorial. Já a militarização do espaço urbano, termo amplamente utilizado na atualidade, descreve a construção de práticas e símbolos militares na gestão de cidades atuais, como o uso de tropas em operações de segurança ou a vigilância massiva, fenômeno intensificado no século XXI.

Enquanto a urbanização militar partiu de projetos institucionais planejados pelo Exército para fins de defesa nacional, integração territorial e modernização (como por exemplo, a criação da Vila Militar), a militarização do espaço urbano atual muitas vezes surge como resposta a crises pontuais (como parte da política de guerra às drogas), com ações reativas e fragmentadas, nem sempre vinculadas a um plano estratégico de longo prazo.

A urbanização militar, analisada em bairros como Realengo, gerou uma dualidade espacial: de um lado, infraestruturas modernas para uso militar que deixou marcas físicas duradouras, como a Escola Militar do Realengo ou a Fábrica de Cartuchos, que ainda definem a paisagem local, ainda que com novos usos.. Assim, a urbanização militar é analisada nesta pesquisa como um processo estrutural — vinculado à formação do Estado e à expansão capitalista.

Ao longo desta pesquisa, alguns autores se destacam pelas suas contribuições abordagens, como é o caso do militar e historiador Nelson Werneck Sodré, amplamente utilizado para fundamentar a história militar do Brasil e a atuação das Forças Armadas na formação do espaço urbano carioca ao longo do primeiro capítulo (Sodré, 1965; 1967). O historiador Noronha Santos (1965; 1981), foi uma das referências nos estudos sobre a trajetória fundiária e os processos de urbanização histórica na cidade do Rio de Janeiro.

As contribuições de Fania Fridman (1998; 1999) foram utilizadas como base para discutir as transformações na urbanização e os processos de modernização das áreas militares, enquanto as de Viana (2010; 2016) auxiliaram nas análises acerca das dinâmicas de segregação e dos processos de ocupação relacionados à presença militar. Já a obra de José Murilo de Carvalho foi fundamental para a compreensão das estratégias de transferência de unidades militares e da modernização urbana, sobretudo na Zona Oeste (Carvalho, 2005). Nelson Nóbrega Fernandes, tanto discute o papel dos militares na construção do Estado e na modelagem do espaço urbano (Fernandes, 2006), como a aplicação da categoria subúrbio no Rio de Janeiro e seu “rapto ideológico” (Fernandes, 2011).

Com respaldo no profundo trabalho de Maurício de Abreu (1981; 1986; 2006) foi possível não somente conectar as regiões aqui analisadas com a evolução da estrutura urbana

do Rio de Janeiro, mas também discutir o papel desempenhado pelo Estado durante estes processos. E por fim, a historiadora Mary Karasch foi referência na exploração de aspectos culturais e sociais da presença militar, evidenciando a influência desses elementos na identidade local (Karasch, 2000). Esses autores, em conjunto, oferecem um embasamento teórico robusto para a análise dos processos de urbanização militar e das especificidades dos bairros do subúrbio cariocas afetados pela presença das instituições militares.

Ao final, espera-se contribuir para a compreensão da militarização como um eixo central na formação das cidades brasileiras, destacando suas permanências e rupturas no contexto suburbano carioca. A pesquisa não se dedica apenas a tentar preencher algumas das lacunas sobre o tema em discussão, mas também oferece subsídios para reflexões críticas sobre planejamento urbano e a herança contraditória das instituições militares no espaço público.

CAPÍTULO 1 - Os militares na construção do Rio de Janeiro

Em geral, os aspectos que definem a ocupação militar do Rio de Janeiro são destacados tanto nos momentos de fundação da cidade, durante o período colonial, quanto nos períodos históricos mais recentes, quando se debate o caráter militarizado das transformações no espaço urbano carioca, marcado por uma expressiva lógica de controle e organização territorial. Desde os primórdios da colonização, as forças militares desempenharam um papel crucial na defesa, na expansão e na consolidação do território, influenciando diretamente a configuração geográfica e social da cidade.

As Forças Armadas foram fundamentais não apenas na defesa do território, mas também na estruturação do Estado e das cidades. A construção de quartéis, fortalezas e estradas estratégicas moldou a geografia urbana e a integração nacional. (Sodré, 1965, p.78)

No período colonial, a presença militar foi essencial para proteger a região de invasões estrangeiras e garantir a posse portuguesa, enquanto, em momentos posteriores, como no século XIX e XX, as intervenções militares moldaram a infraestrutura e a dinâmica urbana, refletindo uma visão estratégica de ocupação e controle.

Ao longo desta pesquisa, em especial neste capítulo, pretende-se recuperar e analisar o papel desempenhado pelas forças militares, com maior destaque para o Exército, enquanto um dos agentes produtores e modeladores da forma urbana da cidade do Rio de Janeiro. Essa atuação não se limitou apenas à esfera da segurança e da defesa, mas também se estendeu à construção de fortificações, estradas, quartéis e outras obras que redefiniram a paisagem carioca, consolidando a presença militar como um elemento estruturante na história e no desenvolvimento urbano da cidade.

1.1 Os Militares e a cidade do Rio de Janeiro

Desde a sua fundação, o Rio de Janeiro foi considerado um ponto estratégico para as necessidades geopolíticas da Coroa Portuguesa, desempenhando papel central na defesa e na ampliação das fronteiras coloniais. A localização privilegiada da cidade, entre o mar e as montanhas, fez dela um alvo constante de atenção por parte das autoridades, que a transformaram em um importante polo militar desde os primeiros anos da colonização.

Ao longo dos séculos, o Rio de Janeiro foi ocupado por diversas instituições militares, que ali estabeleceram fortificações, quartéis, arsenais e outras instalações essenciais para a

proteção do território e a manutenção da ordem. Essas estruturas não apenas cumpriam funções defensivas, mas também influenciaram diretamente o processo de evolução urbana da cidade, moldando sua paisagem e sua organização espacial, como aponta a historiadora Mary Karasch (2000, p. 75)

Os quartéis e fortalezas militares estavam localizados em pontos estratégicos da cidade, como o Morro do Castelo e a área do porto. Essas instalações não apenas protegiam a cidade de ataques externos, mas também serviam como símbolos do poder colonial e imperial.

As marcas dessa presença militar são visíveis até os dias atuais, refletindo as necessidades do Estado em diferentes conjunturas, permitindo que a história do Rio de Janeiro esteja intrinsecamente ligada à atuação das forças militares, que desempenharam um papel estrutural na configuração da cidade como um espaço de poder, estratégia e desenvolvimento.

A distribuição de tropas do Exército e da Marinha ao longo da história do Brasil foi marcada por uma clara desigualdade, refletindo a importância estratégica do Rio de Janeiro como centro político, econômico e militar do país. Desde que a cidade foi promovida à capital da colônia, no século XVII, ela assumiu uma centralidade geopolítica inquestionável, atraindo a instalação de importantes contingentes militares.

Essa concentração de Forças Armadas no Rio de Janeiro intensificou-se ainda mais após a instauração do período republicano, em 1889, quando a cidade consolidou-se como um centro da tomada de decisões nacionais e o principal palco das transformações políticas e sociais do país. Durante o período imperial, no entanto, a distribuição das forças de defesa seguia critérios específicos, pautados por dois objetivos principais: a proteção das fronteiras, especialmente aquelas com maior probabilidade de conflitos, como as regiões sul e norte do território, e o controle de centros urbanos litorâneos onde ocorriam destacadas movimentações populares, que poderiam representar ameaças à estabilidade do regime. (Carvalho, 2005, p. 32)

O Rio de Janeiro, por sua vez, recebeu atenção especial devido ao seu status de capital e à necessidade de garantir a segurança do governo e das elites políticas. Sendo assim, a presença militar na cidade não apenas reforçava sua posição estratégica, mas também contribuía para a manutenção da ordem interna, refletindo o duplo caráter das funções das Forças Armadas: proteger o território nacional e, ao mesmo tempo, assegurar o controle sobre a população e os espaços urbanos. Essa dinâmica deixou marcas profundas na organização da cidade, influenciando sua expansão territorial, sua infraestrutura e sua identidade como um espaço de poder e controle.

Como citado acima, a relação entre a chegada do período republicano e o

aumento do contingente do exército no centro-sul, especialmente na capital do país. Em 1920, a participação do então Distrito Federal deu um salto para 26,18 per cento dos efetivos do Exército, os de São Paulo e Minas Gerais cresceram, respectivamente, para 8,56 per cento e 8,82 per cento, enquanto no Rio Grande do Sul houve pequena redução (21,68 per cento). O Mato Grosso (2,60), a Bahia (3,60) e Pernambuco (1,64) sofreram fortes perdas na nova geografia do exército da República. De qualquer forma, foi mantido o padrão imperial de fixar quase 50 per cento dos efetivos militares em apenas duas unidades da federação [...] tal concentração explica que desde a República até 1964 “quase todos os movimentos militares de âmbito nacional (...) caracterizaram-se por choques, reais ou previstos, entre tropas que vinham do Rio Grande do Sul e tropas que iam do Rio de Janeiro”. (Carvalho, 2005, p.33)

Contudo, voltemos aos primórdios da ocupação portuguesa em terras que viriam a se tornar o Rio de Janeiro, um período marcado por disputas territoriais, estratégias de colonização e a necessidade de consolidar a presença lusa em um território cobiçado por outras potências europeias. Após a tentativa inicial de estabelecimento na região da Baía de Guanabara, os portugueses enfrentaram a resistência dos povos indígenas e a ameaça dos franceses, que haviam se aliado aos tamoios e estabelecido a colônia da França Antártica em 1555. Foi somente na década de 1560 que as tropas colonizadoras, sob o comando de Estácio de Sá, retornaram ao Rio de Janeiro em duas expedições decisivas. Após intensos combates, os portugueses conseguiram vencer e expulsar os franceses, consolidando seu domínio sobre a região e alcançando o objetivo de ampliar seus postos de desenvolvimento e garantir a defesa do território.

Os assentamentos portugueses, que inicialmente estavam localizados no que viria a ser o atual bairro da Urca, foram transferidos para uma área mais estratégica e protegida, o Morro do Castelo. Essa elevação, coberta por uma densa floresta, oferecia vantagens defensivas e visibilidade sobre a Baía de Guanabara, tornando-se o núcleo da cidade fortificada que começava a surgir. No topo do Morro do Castelo, os portugueses construíram uma série de estruturas que simbolizavam o poder colonial e a presença militar, como o Forte de São Tiago da Misericórdia (1567), uma das primeiras fortificações erguidas para proteger o novo assentamento. Além disso, foram estabelecidos o Forte e a Paróquia de São Sebastião, em homenagem ao padroeiro da cidade, e a Igreja Jesuíta de Bom Jesus dos Perdões, acompanhada de um colégio que servia tanto para a educação quanto para a catequização dos indígenas. A Santa Casa da Misericórdia, fundada na década de 1580, completava o conjunto de instituições que davam suporte à população e reforçaram a presença portuguesa na região.

Essas construções não apenas cumpriam funções práticas, como a defesa e a assistência social, mas também representavam a imposição de uma nova ordem sobre o

território, marcando a transição de uma ocupação provisória para a consolidação de uma cidade colonial. Dialogando com a produção de Sodré (1962, p. 112) percebemos que o autor também argumenta sobre a dupla função exercida pelas construções militares, ao afirmar que

a militarização das cidades brasileiras foi uma constante desde o período colonial. As fortalezas e quartéis não apenas protegiam as cidades, mas também definiam seus limites e áreas de expansão, criando uma geografia urbana marcada pela presença das instituições militares.

A fundação da cidade, erguida no Morro do Castelo, serviu como um pilar fundamental para a expansão militar e a consolidação do domínio luso na região, seguindo os moldes das fortificações europeias que combinavam estratégias defensivas com a ocupação territorial. Essa estrutura inicial não apenas garantiu a proteção contra possíveis invasões estrangeiras, mas também estabeleceu as bases para a organização espacial e social que moldaram a evolução urbana do Rio de Janeiro nas décadas e séculos seguintes. A escolha do local, elevado e de difícil acesso, refletia a preocupação com a segurança e o controle, características que se tornaram marcas permanentes da presença militar na cidade.

Para povoar e desenvolver o espaço, a Coroa Portuguesa recorreu a uma estratégia de importação de população, trazendo colonos de Portugal, de outras capitanias brasileiras e, principalmente, de territórios africanos, estes últimos em condição de escravizados. Essa migração forçada não apenas garantiu a mão de obra necessária para a construção de fortificações, igrejas e outras estruturas urbanas, mas também introduziu uma diversidade cultural e étnica que se tornaria uma característica definidora da sociedade carioca. (Karasch, 2000).

O Rio de Janeiro abrigou o porto³ que mais recebeu africanos escravizados nas Américas durante o tráfico transatlântico, consolidando-se como o principal entreposto negreiro do continente entre os séculos XVIII e XIX. Estima-se que cerca de 1 milhão de africanos tenham desembarcado na cidade até a extinção do tráfico em 1850 (Klein & Luna, 2010).

Assim, desde seus primórdios, o Rio de Janeiro foi moldado por uma lógica militar e colonial, que combinava a necessidade de defesa com a exploração econômica e o controle social. A construção de um espaço fortificado no Morro do Castelo foi o embrião de uma cidade que cresceria em torno de eixos estratégicos, refletindo a importância das Forças Armadas e das instituições coloniais na definição de seu espaço urbano e de sua dinâmica

³O porto em questão era oficialmente conhecido como Porto do Rio de Janeiro, porém a região onde a maior parte dos africanos escravizados desembarcava foi denominada Cais do Valongo.

social. Esse legado inicial permanece visível até os dias atuais, tanto na geografia da cidade quanto em sua cultura, marcada pela influência militar e pela herança africana, que juntas contribuíram para a construção de um dos centros urbanos mais importantes do Brasil.

Por volta do início do século XVII, esta área tinha cerca de 3.840 habitantes, incluindo 750 brancos e 100 negros, mas a maioria era identificada como indígenas e mamelucos (mestiços) (Karasch, 2000, p. 42). A maioria dos novos residentes e ocupavam com atividades de pesca e agricultura, já que além de militar e religiosa, o Rio também assumiu um papel nas relações comerciais.

Diante da expansão comercial que marcou os séculos XVI e XVII, a necessidade militar no Rio de Janeiro ganhou ainda mais força, tornando-se um elemento central na estratégia de defesa e consolidação do território colonial português. A ameaça constante de invasões estrangeiras, sobretudo após os entraves com a presença francesa na Baía de Guanabara, levou à construção de uma rede de fortificações que visava proteger os interesses econômicos e geopolíticos da Coroa Portuguesa. Entre essas estruturas defensivas, destacam-se cinco fortalezas que se tornaram símbolos do poder militar luso na região: a Fortaleza de Santa Cruz e a Fortaleza de São João, ambas estrategicamente posicionadas para defender a entrada da Baía de Guanabara, controlando o acesso marítimo e impedindo a aproximação de navios inimigos.

Essa presença militar em ascensão não se limitava apenas à defesa do território local. Ela também servia aos interesses internacionais da Coroa Portuguesa, que utilizava o Rio de Janeiro como base estratégica para suas operações ultramarinas. As fortificações e as tropas estacionadas na cidade foram fundamentais para apoiar a reconquista das terras coloniais em Angola, onde os portugueses enfrentavam disputas com outras potências europeias, e para consolidar a presença lusa na região do Rio da Prata, onde a fundação da Colônia do Sacramento (no atual Uruguai) representava uma peça-chave no controle das rotas comerciais e na expansão territorial. Dessa forma, o Rio de Janeiro não era apenas um ponto de defesa local, mas também um elo vital no império ultramarino português, conectando as Américas, a África e a Europa.

A crescente militarização da cidade refletia, portanto, uma dupla função: proteger o território colonial contra ameaças externas e internas, e servir como base de apoio para as ambições expansionistas da Coroa. Essa dinâmica deixou marcas profundas na organização urbana e na identidade do Rio de Janeiro, que se consolidou como um espaço de poder, estratégia e controle, características que continuariam a influenciar seu desenvolvimento ao longo dos séculos seguintes.



Figura 1: Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro com suas fortificações, de autoria do engenheiro militar Jean Massé (1713). Fonte: Acervo do Serviço de Documentação da Marinha.

Por volta de 1750, a cidade do Rio de Janeiro assumiu um protagonismo administrativo cada vez mais evidente, consolidando-se como um dos principais centros do império português na América. Mesmo antes de ser oficialmente elevada à condição de capital da colônia em 1763, a cidade já desempenhava funções estratégicas que iam além de sua importância geográfica. Entre essas funções, destacam-se a fiscalização do tesouro real, a organização e o treinamento de milícias armadas, que não apenas defendiam a cidade contra possíveis invasões, mas também realizavam expedições contra nações indígenas e perseguiram escravizados fugitivos, reforçando o controle sobre o território e a população. Além disso, o Rio de Janeiro abrigava fortes e importantes arsenais de guerra, que garantiam o suprimento de armas e munições para as tropas coloniais, consolidando sua posição como um núcleo militar e logístico de primeira grandeza.

Nesse mesmo período, foram realizadas novas construções que visavam ampliar a proteção militar e fortalecer a infraestrutura defensiva da cidade. Em 1750, uma muralha foi projetada⁴ para delimitar e proteger o núcleo urbano, refletindo a preocupação com a

⁴ A construção da muralha não ocorreu, contudo, o esforço do engenheiro João Massé resultou na primeira planta da cidade do Rio de Janeiro.

segurança em um momento de crescentes tensões e ameaças (ver figura 1). Pouco depois, em 1763, a Fortaleza da Conceição foi construída, somando-se ao conjunto de fortificações que defendiam a cidade. Outra obra de grande relevância foi a Casa do Trem, concluída em 1762, que inicialmente servia como depósito de armas e munições, mas logo se tornou conhecida como Arsenal de Guerra, desempenhando um papel central no abastecimento e na manutenção das forças militares. Essas construções não apenas reforçavam a capacidade defensiva do Rio de Janeiro, mas também simbolizavam o poder e a autoridade da Coroa Portuguesa, que investia pesadamente na proteção de sua principal colônia na América.



Figura 2: Os fortes do Rio de Janeiro em 1725. Fonte: Sousa, Metcalf e Tiede, 2020.

Essa intensificação da presença militar e das obras de infraestrutura defensiva refletia a importância estratégica do Rio de Janeiro no contexto do império além-mar português. A cidade não era apenas um ponto de defesa local, mas também um centro administrativo e logístico que sustentava as operações coloniais em outras regiões, como o sul do Brasil e a África (Karasch, 2000).

Foi assim que o Rio de Janeiro consolidou-se como um espaço de poder, controle e organização, características que continuariam a moldar seu desenvolvimento urbano e sua identidade ao longo dos séculos seguintes. A militarização da cidade, portanto, não era apenas

uma resposta a ameaças externas, mas também uma expressão da ambição colonial portuguesa de manter e expandir seu domínio sobre o território e seus recursos.

Durante os séculos XVIII e XIX, a região que viria a ser a atual Zona Oeste, que incluía áreas como Santa Cruz, Campo Grande, era estratégica tanto para a proteção contra invasões estrangeiras, e áreas como Realengo para o controle de rotas comerciais. A instalação de quartéis e fortificações nessa região refletia a necessidade de garantir a segurança de uma área que, à época, ainda era pouco ocupada.

Um importante exemplo desta necessidade de proteção foi a invasão francesa ao Rio de Janeiro ter se dado justamente pela região de Guaratiba (na porção ocidental da Baía de Guanabara). A aproximação por Guaratiba para a expedição francesa que tinha como objetivo estabelecer-se no futuro Rio de Janeiro em 1555 implicava em navegar em águas relativamente seguras das fortes correntes do canal principal da baía, aportando em praias de areia dura e restinga que serviam como pontos de ancoragem para as embarcações de tamanho médio.

A presença militar contribuiu para a ocupação e a integração dessas áreas ao restante da cidade, estimulando o desenvolvimento de infraestrutura e o povoamento do território, porém marcado por um conjunto de contradições que reverbera na paisagem até os dias de hoje.

Já no contexto da modernização e ampliação da região central do Rio de Janeiro, a partir do século XIX, os militares participaram com determinada centralidade da redefinição urbana da cidade, em muitos momentos sob a condução de seus engenheiros, garantindo uma outra visão para o urbanismo brasileiro (Sodré, 1967, p. 145). Projetos de modernização, como a abertura de avenidas, a construção de edifícios públicos e a reorganização do espaço urbano, foram impulsionados por uma fracassada intenção de transformar o Rio em uma capital à altura das grandes metrópoles europeias.

A transferência de algumas unidades militares para a Zona Oeste também estava alinhada a essa intenção, liberando áreas centrais para a expansão urbana e a valorização imobiliária. Essas mudanças não apenas refletiam a busca por uma cidade mais organizada e moderna, mas também reforçavam o papel do Rio de Janeiro como centro político, econômico e militar do Brasil.

A expansão das cidades brasileiras foi marcada pela presença militar nas periferias, onde quartéis e áreas de treinamento definiam os limites urbanos. Essa presença também reforçava o controle social sobre as populações marginalizadas. (Sodré, 1958, p. 54)

A expansão de fortificações no Rio de Janeiro ao longo do século XVIII foi acompanhada por um significativo aumento no número de tropas, refletindo a crescente importância militar da cidade no contexto do império português. Relatos da época indicam que, em 1786, o Rio de Janeiro contava com cerca de 5.000 homens nas tropas regulares, distribuídos em diferentes especialidades e unidades.

Desse total, 121 pertenciam à cavalaria, 4.105 estavam divididos em cinco regimentos de infantaria e 742 integravam a artilharia, demonstrando a diversificação e a organização das Forças Armadas coloniais. Além das tropas regulares, havia também forças de milícias, que desempenhavam um papel complementar na defesa da cidade e da capitania. Essas milícias incluíam um regimento de cavalaria auxiliar, composto por 964 homens, e cinco terços de infantaria auxiliar, somando 3.674 homens (Karasch, 2000, p.85) , o que ampliava consideravelmente a capacidade de resposta militar em caso de necessidade.

A questão de onde esses homens eram aquartelados, no entanto, permanece um tema de certa incerteza. Enquanto as forças de milícia presumivelmente viviam em suas próprias casas, integrando-se à vida cotidiana da cidade, as tropas regulares tinham uma distribuição mais complexa. Parte desses homens estava baseada nos fortes e fortalezas que protegiam o Rio de Janeiro, como a Fortaleza de Santa Cruz, a Fortaleza de São João e a Fortaleza da Conceição, onde desempenhavam funções de vigilância e defesa. Outros eram localizados em diferentes pontos da cidade e da capitania, garantindo a segurança interna e a manutenção da ordem.

Na década de 1790, mapas da cidade começaram a identificar quarteirões específicos associados às Forças Armadas, como o Quarteirão da Artilharia, o Quarteirão do Segundo Regimento do Rio de Janeiro e o Quarteirão do Segundo Regimento Bragança de Portugal. Esses espaços não apenas abrigavam os militares, mas também serviam como centros de treinamento, armazenamento de equipamentos e coordenação de operações, reforçando a integração entre a presença militar e a estrutura urbana.

Essa distribuição das tropas pela cidade e pela capitania refletia a dualidade das funções militares: por um lado, a defesa do território contra ameaças externas, como invasões estrangeiras; por outro, o controle interno, incluindo a repressão às revoltas, a perseguição de escravizados fugitivos e a manutenção da ordem pública, como indicado anteriormente. A presença militar, portanto, não se limitava aos fortes e fortalezas, mas se estendia por toda a cidade, influenciando sua organização espacial e social.

A ocupação militar da região levava em consideração a topografia irregular: fortificações e artilharia eram estabelecidas nos morros que protegiam a baía. Por exemplo,

entre 1712-13, o Brigadeiro Massé, um engenheiro militar, edificou canhões e estabeleceu barreiras defensivas ligando o Morro da Conceição ao Morro do Castelo (através do Morro de Santo Antônio), com o objetivo de reforçar a proteção da cidade.

Esse aspecto de militarização do espaço urbano deixou marcas profundas na identidade do Rio de Janeiro, que se consolidou como um centro de poder e controle, tanto para a Coroa Portuguesa quanto para o império colonial como um todo. A expansão das fortificações e o aumento do número de tropas foram, assim, elementos fundamentais na construção de uma cidade que se tornaria o coração político, militar e administrativo do Brasil.

1.2 A migração militar para o Sertão Carioca

A mudança da concentração militar da região litorânea para o chamado "Sertão Carioca", que hoje corresponde à Zona Oeste do Rio de Janeiro, pode ser explicada por uma série de fatores históricos, estratégicos e urbanos. Essa transição reflete as transformações pelas quais a cidade e o país passaram ao longo dos séculos XIX e XX, especialmente no que diz respeito à defesa nacional, ao desenvolvimento urbano e às políticas de segurança.

Como vimos no início deste capítulo, durante o período colonial e no início do Império, a concentração militar no litoral era justificada pela necessidade de proteger o território brasileiro de invasões estrangeiras, especialmente em áreas portuárias e costeiras, que eram as mais vulneráveis a ataques. O sistema de fortificações construídas ao longo do litoral, como o Forte de Copacabana e o Forte de Santa Cruz, era essencial para a defesa da capital, o Rio de Janeiro.

A planta da cidade do Rio de Janeiro (figura 3), datada de 1831, apresenta uma divisão de cores que reflete diferentes áreas da cidade. A área central e portuária da cidade está destacada com cores vibrantes, como amarelo, azul e vermelho. A divisão em cores sugere uma organização espacial da cidade, com zonas bem definidas, refletindo a ocupação mais intensa e estruturada. A parte destacada em vermelho, por exemplo, indica regiões de urbanização mais densa naquele período, e futuramente as mais nobres.

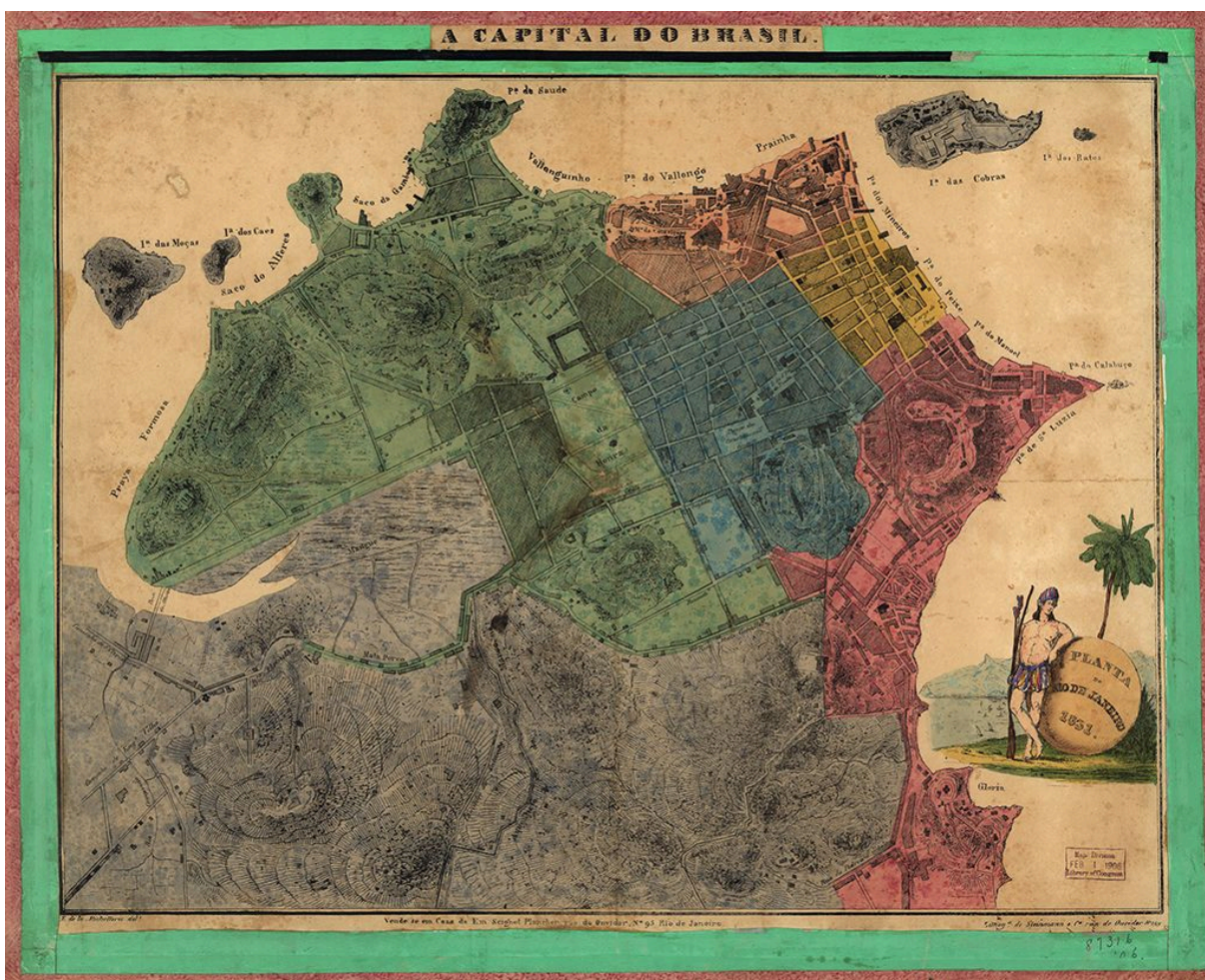


Figura 3: A capital do Brasil: Planta do Rio de Janeiro, 1831. Fonte: E. de la Michellerie/ Repartição de Mapas e Geografia.

A parte mais a oeste, representada majoritariamente em verde, sugere uma área mais rural ou de vegetação abundante, possivelmente correspondendo a partes da atual Zona Oeste. Já as regiões mais afastadas aparecem em tons de cinza e com menos detalhamento, sugerindo áreas menos urbanizadas ou em processo de ocupação.

Esta peça cartográfica reflete um Rio de Janeiro em transição, onde o centro urbano é bem delimitado e marcado por cores distintas, enquanto as áreas suburbanas, que futuramente dariam origem às zonas Norte e Oeste e que nesse período foram compreendidas como o grande Sertão Carioca, ainda estão pouco desenvolvidas e representadas em tons de cinza.

No entanto, com a consolidação do Estado nacional e a expansão territorial para o interior, as preocupações militares passaram a incluir não apenas a defesa do litoral, mas também o controle e a integração de regiões afastadas. O "Sertão Carioca", que compreendia áreas como as que viriam a ser Realengo, Campo Grande e Santa Cruz, era visto como uma fronteira estratégica para a defesa da capital e para a ocupação do território. A instalação de

quartéis e unidades militares nessas áreas permitia um maior controle sobre rotas terrestres e sobre possíveis focos de resistência interna. Como aponta a historiadora Mary Karasch, "a presença militar no Rio de Janeiro não se limitava aos fortes e fortalezas, mas se estendia por toda a cidade, influenciando sua organização espacial e social" (Karasch, 2000, p. 85).

A partir do final do século XIX e início do XX, o Exército brasileiro passou por um processo de modernização e profissionalização, influenciado por modelos europeus, especialmente o francês. Esse processo incluiu a reorganização das unidades militares e a criação de novas instituições de formação, como a Escola Militar do Realengo (1913), que substituiu a Escola Militar da Praia Vermelha.

A escolha do Realengo para sediar a nova escola militar refletia a necessidade de afastar as instalações militares do centro urbano do Rio de Janeiro, que estava se tornando cada vez mais congestionado e sujeito a pressões imobiliárias. Além disso, o "Sertão Carioca" oferecia terrenos amplos e de baixo custo, ideais para a construção de instalações militares modernas e para a realização de exercícios e treinamentos.

O crescimento da cidade do Rio de Janeiro ao longo do século XIX e início do XX levou à ocupação de áreas antes consideradas periféricas. A região central e as áreas litorâneas, como Copacabana e Botafogo, tornaram-se cada vez mais valorizadas e disputadas para fins residenciais e comerciais. Segundo o historiador José Murilo de Carvalho, "a transferência de unidades militares para a Zona Oeste também estava alinhada a uma intenção de modernização urbana, liberando áreas centrais para a expansão imobiliária e a valorização do solo" (Carvalho, 2005, p. 33). Isso criou pressões para a transferência de instalações militares para áreas menos urbanizadas, como a Zona Oeste.

A ocupação do "Sertão Carioca" pelas Forças Armadas também estava alinhada com os planos de expansão urbana do governo, que buscava integrar essas áreas ao restante da cidade. A presença militar na Zona Oeste do Rio de Janeiro foi um fator decisivo para a integração dessas áreas ao tecido urbano, a construção de estradas, ferrovias e outras infraestruturas facilitou o acesso à Zona Oeste, em um segundo momento, tornando-a mais atrativa para a instalação de unidades militares.

Comparando os dois mapas que trazem a distribuição das instalações militares (figuras 4 e 5) é possível perceber o tamanho do deslocamento na direção oeste da cidade. A transferência de unidades militares para o interior do Rio de Janeiro também pode ser entendida como parte de uma estratégia de controle interno. No final do século XIX e início do XX, o Brasil passava por um período de instabilidade política, marcado por revoltas populares, como a Revolta da Vacina (1904), e movimentos sociais que questionavam a

ordem estabelecida. Assim que a imposição de um modelo histórico de militarização do espaço urbano no Rio de Janeiro refletia a dualidade das funções das Forças Armadas: proteger o território nacional e, ao mesmo tempo, assegurar o controle sobre a população e os espaços urbanos

A Zona Oeste do Rio de Janeiro, especialmente áreas como Santa Cruz, começou a se industrializar no início do século XX, com a instalação de fábricas e complexos industriais. A presença militar na região estava alinhada com a necessidade de proteger essas instalações estratégicas e garantir a segurança das rotas de transporte de matérias-primas e produtos.

Além disso, a região oferecia condições logísticas favoráveis para a instalação de unidades militares, com amplos terrenos para manobras e treinamentos, e acesso facilitado a outras partes do país por meio de ferrovias e estradas.

A mudança da concentração militar da região litorânea para o que viria a ser a Zona Oeste foi motivada por uma combinação de fatores estratégicos, urbanos e políticos. Essa transição reflete as transformações pelas quais o Brasil passou ao longo do século XIX e XX, incluindo a modernização do Exército, a expansão territorial, o crescimento urbano e a necessidade de controle interno. A Zona Oeste, com suas vastas áreas e localização estratégica, tornou-se um espaço fundamental para a consolidação das Forças Armadas como uma instituição nacional e para a defesa e integração do território brasileiro.

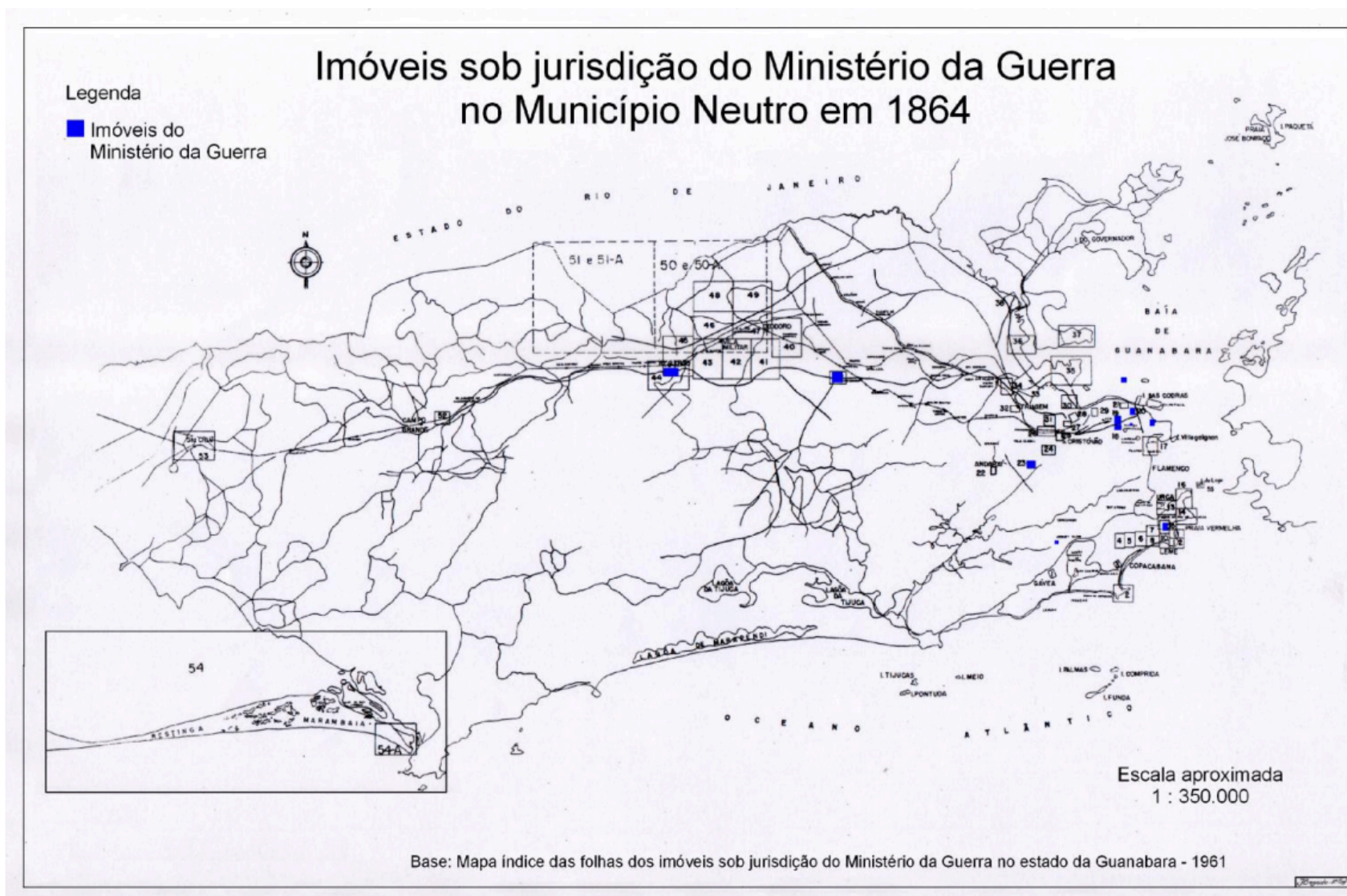


Figura 4: Imóveis sob jurisdição do Ministério da Guerra no Município Neutro em 1864. Fonte: Corrêa-Martins, 2011.

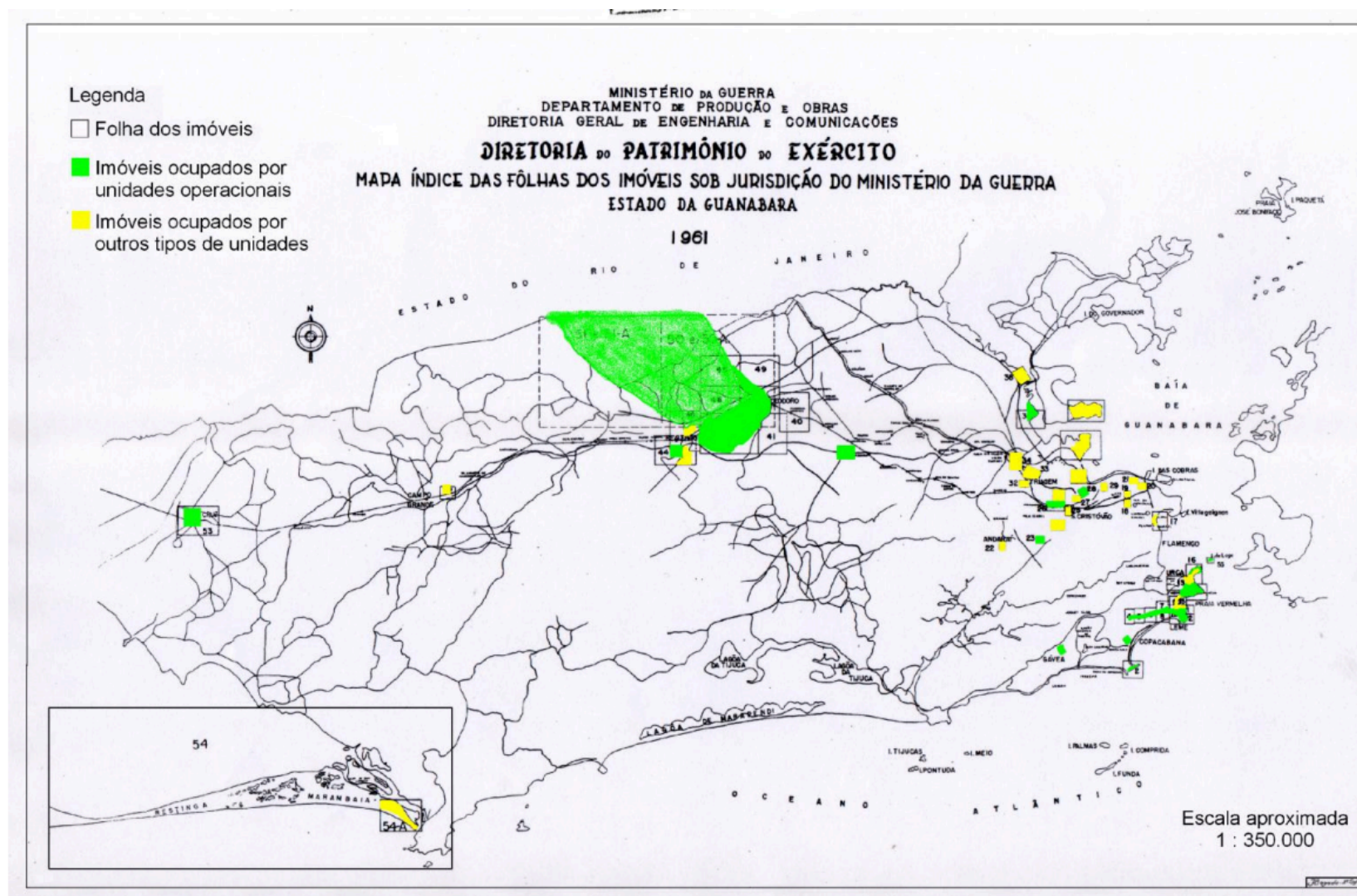


Figura 5: Imóveis sob jurisdição do Ministério da Guerra no Estado da Guanabara (1961). Fonte: Corrêa-Martins, 2011

1.3 Um breve histórico sobre as Forças Armadas brasileiras

A história das Forças Armadas brasileiras é marcada por profundas transformações que acompanharam o desenvolvimento político, social e territorial do país. Em seu livro *História Militar do Brasil*, Nelson Werneck Sodré propõe uma periodização que divide essa trajetória em três fases distintas: colonial, autônoma e nacional. Essa divisão não apenas organiza cronologicamente os eventos, mas também reflete as mudanças nas funções e no papel das instituições militares ao longo dos séculos, desde a colonização até a consolidação do Estado nacional.

A fase colonial é caracterizada pelo que Sodré denomina a “empresa da colonização”, na qual as forças militares tinham um “caráter guerreiro” essencial para a conquista e a defesa do território. Durante esse período, o sistema de fortificações foi fundamental para proteger as áreas costeiras de invasões estrangeiras, como as tentativas de ocupação por franceses e holandeses. Além disso, a presença militar estava diretamente ligada à expansão territorial e ao controle interno, com a repressão às revoltas indígenas e quilombolas. A permanência do legado colonial se reflete na transição do inimigo externo para o inimigo interno, ou seja, na mudança do foco de defesa contra potências estrangeiras para o controle e a repressão da própria população, especialmente grupos marginalizados.

Durante a chamada fase colonial existiram três tipos de atuação militar em plano terrestre, sendo elas:

as regulares, tropas vindas do reino, como aquelas que acompanharam Tomé de Souza e outros governadores-gerais, ou acudiram às operações especiais contra invasores poderosos, do tipo dos franceses que se estabeleceram na Guanabara e no Maranhão, ou do tipo dos holandeses, que se estabeleceram em Pernambuco, ampliando depois seus domínios; **a semiregular**, constituída pelas forças dos Serviços de Ordenanças, regulares do ponto de vista de que institucionalizadas pela legislação, a partir dos primeiros documentos, as Cartas de Doação e as Cartas Floral, concedidas aos donatários, e ampliadas com os Regimentos baixados aos governadores-gerais, mas irregulares do ponto de vista de que não eram compostas de soldados, mas de moradores, povoadores, sesmeiros, que deixavam os seus trabalhos para acudir às necessidades militares, quando se apresentava a oportunidade; e **irregulares**, aquelas que se organizavam à base de povoadores, moradores ou colonizadores, à margem da legislação e, portanto, da vontade das autoridades metropolitanas ou locais, para atender a uma necessidade dos próprios interessados, do tipo bandeira. (Sodré, 2010, p.32-33, grifo nosso)

Nesse contexto, as milícias surgiram como uma força complementar ao Exército regular, composta por civis recrutados para garantir a ordem local. Essas milícias, muitas vezes formadas por elites locais, desempenharam um papel crucial na manutenção do poder colonial e, posteriormente, na consolidação do Estado imperial. No entanto, sua atuação

também refletia as tensões e desigualdades sociais da época, uma vez que eram instrumentos de controle das elites sobre as camadas populares.

A chegada da Corte portuguesa ao Brasil, em 1808, marcou o início de uma nova etapa na história militar brasileira. Com a transferência da família real, o país passou por transformações significativas, incluindo a modernização das instituições militares. A criação do Ministério da Guerra e da Marinha, em 1808, e a fundação da Academia Militar do Rio de Janeiro, em 1810, são exemplos desse processo. Essas mudanças não apenas fortaleceram a estrutura militar, mas também contribuíram para a centralização do poder na figura do monarca, preparando o terreno para a independência do Brasil em 1822.

A fase autônoma, que se inicia com a independência, é marcada pela consolidação do Exército como uma instituição nacional e pela complexa relação entre o Exército e a Guarda Nacional. Criada em 1831, a Guarda Nacional era uma força paramilitar composta por cidadãos proprietários, que servia como instrumento de controle social e político. Enquanto o Exército era responsável pela defesa externa e pela manutenção da ordem em nível nacional, a Guarda Nacional atuava em nível local, reforçando o poder das elites regionais. Essa dualidade gerou tensões e conflitos, especialmente durante o período regencial e o Segundo Reinado, quando as disputas entre centralização e federalismo estavam no centro do debate político.

A fase nacional, que se inicia com a República, é marcada pelo fortalecimento do Exército como uma instituição central no processo de construção do Estado brasileiro. Durante o século XX, as Forças Armadas assumiram um papel ativo na política nacional, participando de golpes, revoluções e governos autoritários. O nacionalismo e o progressismo, presentes em diferentes momentos dessa fase, refletem as contradições e os desafios enfrentados pelo país em sua busca por desenvolvimento e soberania. Por um lado, o Exército foi um agente de modernização e integração nacional; por outro, atuou como instrumento de repressão e controle, especialmente durante o regime militar (1964-1985).

Em síntese, a história das Forças Armadas brasileiras é indissociável da formação e da evolução do Estado nacional. Desde a fase colonial, passando pela autonomia e pela consolidação nacional, as instituições militares desempenharam papéis variados, que vão desde a defesa do território até a intervenção política. A análise de Sodré oferece uma perspectiva crítica sobre essa trajetória, destacando as continuidades e as rupturas que marcaram a relação entre as Forças Armadas, o Estado e a sociedade brasileira. Essa compreensão é essencial para refletir sobre o papel das instituições militares no contexto

contemporâneo, em que desafios como a democracia, a segurança pública e a soberania nacional continuam em pauta.

1.2.1 A origem do Exército: um mito

A Guerra do Paraguai (1864-1870) é frequentemente apontada como um marco na história do Exército brasileiro, entretanto este episódio é marcado por diferentes controvérsias teóricas e interpretativas, mas ao longo deste trabalho manteremos o foco nos aspectos de modernização das Forças Armadas. O historiador Sodré critica a ideia de que o conflito representou a “fundação” do Exército, considerando-a uma falsificação histórica. Embora a guerra tenha contribuído para a profissionalização e a modernização das Forças Armadas, ela também expôs as fragilidades do sistema militar brasileiro, como a dependência de recrutamentos forçados e a falta de preparo técnico. Além disso, o conflito reforçou o papel do Exército como uma instituição nacional, mas também aprofundou as tensões sociais e políticas que culminariam na Proclamação da República em 1889.

O mito de origem do Exército brasileiro na Guerra do Paraguai é uma narrativa amplamente difundida, no entanto, uma análise crítica, especialmente a partir de perspectivas marxistas, revela que essa narrativa é, em grande parte, uma construção ideológica que serve a interesses políticos e sociais específicos, obscurecendo as contradições e os conflitos inerentes ao processo histórico.

Esta narrativa, tratada aqui como um mito, desconsidera as continuidades e as rupturas que marcaram a formação das Forças Armadas desde o período colonial. Sendo assim, o mais adequado e fiel a perspectiva histórica seria abordar a guerra como ao menos um ponto de partida e mais um episódio que expôs as fragilidades e as contradições do sistema militar brasileiro, como a dependência de recrutamentos forçados e a falta de preparo técnico.

A Guerra do Paraguai pode ser entendida como um conflito que serviu aos interesses das elites agrárias e comerciais brasileiras, aliadas, na época, ao imperialismo britânico. O Paraguai, sob o governo de Solano López, representava uma ameaça aos interesses econômicos desses grupos, uma vez que buscava um caminho de desenvolvimento autônomo, contrariando a lógica de dependência e subordinação que caracterizava a região. A guerra, portanto, não foi apenas um embate entre nações, mas uma expressão das contradições do capitalismo periférico na América Latina.

O recrutamento forçado de escravizados, indígenas e pobres para lutar na guerra revela a profunda desigualdade social que marcava o Brasil imperial. Enquanto as classes

dominantes se beneficiavam dos lucros gerados pelo conflito, as camadas populares eram obrigadas a sacrificar suas vidas em nome de um projeto nacional que não lhes pertencia e nem trazia garantia de melhores condições de vida. Essa dinâmica reforça a tese defendida por marxistas de que as Forças Armadas atuavam como um instrumento de dominação de classe, garantindo a manutenção da ordem social e econômica vigente.

A narrativa do mito fundador também serve para legitimar o papel político do Exército na história brasileira. Ao apresentar a Guerra do Paraguai como um momento de união nacional e heroísmo militar, essa narrativa obscurece o fato de que as Forças Armadas, ao longo do século XX, foram frequentemente usadas como instrumento de repressão contra movimentos populares e de manutenção de regimes autoritários. Essa função repressiva está em consonância com a análise do Estado como um aparato de dominação de classe.

Autores como Caio Prado Júnior destacam que a Guerra do Paraguai foi parte de um processo mais amplo de consolidação do Estado nacional brasileiro, marcado pela centralização do poder e pela marginalização das camadas populares. Nesse sentido, o mito de origem do Exército não apenas mascara as contradições sociais do período, mas também reforça uma visão idealizada da história nacional, que ignora as lutas e resistências dos oprimidos.

Na obra de Celso Castro também é possível perceber mais um autor que parte da premissa de que o Exército brasileiro não é uma instituição natural ou imutável, mas sim uma construção histórica, resultado de processos complexos e contraditórios, quando o mesmo afirma que “os militares não se limitam a ser guardiões da nação: eles também buscam construí-la e dela fazer parte ativa” (Castro, 1990, p. 30). A partir desta perspectiva, se tornam questionáveis as narrativas tradicionais que apresentam as Forças Armadas como uma entidade autônoma e neutra, destacando, em vez disso, sua inserção em contextos políticos e sociais específicos. Um dos pontos centrais da análise é a ideia de que o Exército foi “inventado” como uma instituição nacional a partir de um conjunto de práticas, discursos e símbolos que buscavam legitimar seu papel na sociedade.

Um dos aspectos mais relevantes da obra é justamente a crítica ao mito aqui discutido, Castro argumenta que a narrativa que atribui ao conflito a fundação do Exército como uma instituição profissional e nacionalista é, em grande parte, uma construção ideológica. Essa narrativa, segundo o autor, serviu para legitimar o papel político das Forças Armadas no período pós-guerra, especialmente durante a Primeira República (1889-1930), quando o Exército se consolidou como um ator central na política nacional. Ao desconstruir esse mito,

Castro revela as continuidades e rupturas que marcaram a formação do Exército, destacando sua relação com as elites agrárias e com o projeto de construção do Estado nacional.

Ainda que os militares tenham participado ativamente da Proclamação da República em 1889, seu projeto político era marcado por contradições. Por um lado, defendiam ideais de modernização e progresso; por outro, estavam profundamente ligados às elites tradicionais e ao status quo. Essa ambiguidade, segundo o autor, explica a participação dos militares em golpes e revoltas ao longo da Primeira República, como a Revolta da Vacina (1904) e o Tenentismo (década de 1920).

Outro aspecto importante trazido ao longo da obra de Castro é a discussão sobre a cultura militar e sua relação com a sociedade civil, o autor sustenta que a identidade militar foi construída a partir de uma série de rituais, símbolos e discursos que buscavam diferenciar os militares do restante da população. Essa cultura militar, segundo Castro, não apenas reforçava a coesão interna das Forças Armadas, mas também servia para legitimar seu papel na sociedade, apresentando os militares como guardiões da ordem e da nacionalidade. No entanto, essa construção também gerava tensões, especialmente em momentos de crise política, quando o Exército era chamado a intervir diretamente nos assuntos civis, em diferentes períodos vividos pela sociedade brasileira.

As forças militares, em especial o Exército, mas também as demais Forças Armadas, são permeadas por um conjunto de contradições no que se refere ao seu papel e autonomia diante da sua participação social.

Como Cardoso (2019) debate, em sua obra “A Construção Da Sociedade Do Trabalho No Brasil”, em meio a uma atmosfera de instabilidade política, o Exército brasileiro desempenhou um papel ambíguo: planejado para reforçar e unificar o poder central, acabou se transformando também em um catalisador de tensões e rupturas entre as facções em conflito.

Ao retornarem das trincheiras da Guerra do Paraguai, os militares se depararam com uma sociedade caracterizada pela desconfiança e pelo rancor, o que os fez se recolocar em seus quartéis e procurar novas referências ideológicas.

O Exército que, no modelo europeu de construção estatal, teve papel decisivo na centralização do poder, em razão da necessidade de seu financiamento para a guerra, entre nós teria papel diverso. Os militares, vitoriosos numa campanha sangrenta como a do Paraguai, emergiram na cena nacional como elementos de desestabilização da ordem imperial. Retornando da refrega encontraram um “ambiente hostil e ameaçador de sua existência”, com o que os militares viveram um período de “hibernação”, ou de retraimento à rotina dos quartéis. (Cardoso, 2019, p. 101)

Foi nesse contexto de retração que surgiram as correntes positivistas e os ideais republicanos, capazes de motivar a classe oficial e impulsionar o sentimento de transformação. Com a crescente descrença na monarquia, esses princípios - que combinavam avanço científico, harmonia social e ideal político - acabaram por se desvanecer. Com a crescente descrença na monarquia, esses princípios - que combinavam avanço científico, harmonia social e ideal político - acabaram por impulsionar, em 1889, o movimento que derrubou o imperador e estabeleceu a República.

No ano de 1874, o Império do Brasil tentou ampliar o alistamento militar para todos os cidadãos livres, incluindo os libertos, através da chamada Lei da Cumbuca. Esta sorteava entre jovens de 19 a 30 anos aqueles que eram obrigados a servir. No entanto, o público respondeu com vigor: grupos de "rasga-listas" rasgavam os formulários de inscrição em protesto, impulsionados por rumores de reescravização e por receios religiosos e partidários. Este movimento revelou o limite do poder central em impor sua vontade e "civilizar" o Exército conforme os padrões europeus, evidenciando que o Estado, isolado, não tinha a capacidade de controlar a violência e submeter toda a sociedade à nova ordem militar.

A tensão entre um Exército que aspirava cobrir todo o país e uma autoridade civil frágil persistiu após a queda da monarquia. Na "República dos Governadores", cada estado conservou sua influência política e paramilitar - herança das oligarquias locais -, fazendo com que os anseios por um Exército verdadeiramente desterritorializado se deparassem com a fragmentação federativa. Portanto, a herança imperial de forças militares separadas do controle central se repetiu em novas dimensões, perpetuando o desafio de elaborar um projeto nacional unificado de segurança e ordem social.

Ademais, os conflitos entre chefes locais e o comando militar de guerra tinham deixado claro para parte da elite imperial que era preciso esvaziar a Guarda Nacional e consolidar um corpo militar acima das províncias, instituindo o recrutamento universal e constituindo um Exército 'desterritorializado'. Mas isso não foi possível na janela temporal do Império, uma vez mais revelando a dificuldade de o Estado nacional se enraizar no território a partir do controle monopolista dos meios da violência. (Castro, 2019, p. 99)

Adalberto Cardoso ressalta que, no começo da República, os militares despertavam sentimentos antagônicos: por um lado, eram encarados com desconfiança pelos republicanos civis, que temiam uma conspiração militar ("cultura tenentista"). Por outro lado, uma parcela da elite militar via no Exército a força motriz de um Estado robusto, apto a intervir em setores fundamentais como educação e serviços públicos. Esta dualidade — simultaneamente receio de um golpe e esperança de um governo interventor — revela a natureza "antissocial" do

Estado brasileiro: uma entidade que molda seus próprios interesses, às vezes confrontando as elites, outras se alinhando a elas, e que influenciou dinâmicas urbanas e sociais excludentes.

Argumento que a origem do caráter antissocial do Estado capitalista que aqui se consolidava deve ser buscada no Império e sua frouxa centralização do poder, que legou à República um Estado que qualifico como um Leviatã de múltiplas cabeças e corpo raquítico, porque incapaz de se capilarizar no vasto território nacional, razão pela qual foi obrigado a contemporizar com as oligarquias locais, que por seu lado impediram que o centro imperial legislasse sobre a “questão social”. (Castro, 2019, p. 39)

Em suma, a avaliação crítica deste subcapítulo revela que a Guerra do Paraguai, apesar de ser um momento fundamental para a profissionalização e o fortalecimento institucional das Forças Armadas, não deve ser vista como um ato fundamental inquestionável. Ao contrário das histórias de heroísmo, o conflito revelou as vulnerabilidades de um Exército organizado a pressas - dependente de recrutamentos compulsórios, desprovido de treinamento técnico e financeiramente vinculado aos interesses das oligarquias rurais e do imperialismo britânico. Portanto, esse episódio precisa ser entendido como um componente de um processo mais abrangente de formação histórica das Forças Armadas, onde continuidades coloniais e rupturas positivistas se entrelaçam, resultando em um corpo militar que alterna entre confrontar e sustentar a ordem social excludente.

Ademais, a manutenção do mito de origem patriótica contribuiu para a legitimação política do Exército durante a Primeira República, consolidando sua reputação de "protetor da nação". No entanto, isso obscureceu sua função real como ferramenta de dominação de classe e de intervenção nos conflitos internos. A formação de uma identidade militar independente, fundamentada em rituais, símbolos e discursos, acabou por intensificar as tensões sociais, aumentando a distância entre o poder bélico e a população.

Atentar para essas contradições é fundamental não apenas para desconstruir narrativas oficiais, mas também para compreender como as Forças Armadas moldaram e foram moldadas pelas dinâmicas políticas e espaciais do Brasil, mantendo-se, até hoje, um ator antissocial de dupla face.

1.3 O papel da Escola Militar

A Escola Militar, criada no século XIX, foi um instrumento fundamental para a profissionalização e a modernização do Exército brasileiro. Esta instituição chama atenção para o fato de que esse processo não foi neutro ou desvinculado dos interesses políticos e sociais da época. A escola serviu como um espaço de formação de uma elite militar que, ao

mesmo tempo em que buscava modernizar a instituição, mantinha laços estreitos com as elites civis e os projetos de poder do Estado.

A pesquisadora, Adriana Barreto, em seus estudos sobre as Forças Armadas e a formação militar no Brasil, analisa a Escola Militar⁵ como uma instituição central na construção da identidade e da cultura militar brasileira. Sua abordagem crítica destaca o papel da escola não apenas como um espaço de formação técnica e profissional, mas também como um local de reprodução de valores, hierarquias e práticas que refletem as dinâmicas mais amplas da sociedade e do Estado.

Um dos pontos centrais da análise da autora é justamente a hierarquia e a disciplina como pilares da educação militar. Ela argumenta que esses valores não apenas moldavam o comportamento dos cadetes dentro da escola, mas também refletem e reforçam as desigualdades sociais mais amplas da sociedade brasileira.

A Escola Militar contribuiu para o processo de construção de uma identidade nacional, através da adequação de disciplinas como história, geografia e moral e cívica ao regime ideológico da alta patente militar, a escola buscava incutir nos cadetes um sentimento de pertencimento à nação e um compromisso com a defesa do território e da soberania. Entretanto, essa construção de identidade também estava associada a uma visão específica de Brasil, que frequentemente excluía ou marginalizava grupos sociais como indígenas, negros e pobres.

A atuação política dos militares formados no centro de instrução militar também foi destacada, pois não eram somente preparados para uma carreira militar, mas também os capacitava para atuar como atores políticos. Isso ficou evidente em diversos momentos da história brasileira, como na Proclamação da República (1889) e no golpe militar de 1964, quando militares formados na escola desempenharam papéis centrais na condução do país.

Como ressalta a autora:

A Escola Militar não era apenas um centro de formação de oficiais, mas também um espaço de produção de conhecimento e de debate político. Muitos de seus alunos e professores desempenharam papéis fundamentais na construção do Estado nacional, atuando como engenheiros, políticos e intelectuais. (Souza, 2008, p.15)

A Escola Militar foi um dos pilares da construção do Estado nacional, formando profissionais que atuaram na integração territorial, na construção de infraestrutura e na manutenção da ordem interna. Os militares eram vistos como agentes da modernização e da unidade nacional. (Souza, 2008, p.78)

⁵ Adriana Barreto de Souza refere-se principalmente à Escola Militar da Praia Vermelha e, em menor medida, à Escola Militar de Realengo, pois seu foco era o período imperial e o início da República. A AMAN (Urca/Resende), criada em 1944, está fora do escopo temporal de suas análises. Portanto, quando ela fala sobre a formação militar no Brasil, está se referindo às instituições que antecederam a AMAN.

É justamente a participação política de egressos da Escola Militar que derruba a idealização de uma formação neutra e apartidária, quando ao longo da sua história, a Escola esteve profundamente envolvida nos projetos políticos e sociais de seus interesses próprios, demonstrando determinado grau de autonomia. A Escola Militar da Praia Vermelha e a Escola Militar do Realengo são duas instituições que marcaram diferentes fases da formação militar no Brasil, e sua relação reflete as transformações pelas quais o Exército brasileiro passou ao longo do século XIX e início do século XX. Ambas desempenharam papéis fundamentais na formação de oficiais, mas em contextos históricos e com enfoques distintos.

1.3.1 Escola Militar da Praia Vermelha

Fundada em 1810, durante o período joanino, a Escola Militar da Praia Vermelha (figura 6) foi a primeira instituição de ensino militar de caráter regular no Brasil. Localizada no Rio de Janeiro, ela surgiu no contexto da transferência da Corte portuguesa para o Brasil e da primeira necessidade de modernizar as Forças Armadas coloniais.



Figura 6: Escola Militar, praia Vermelha, Rio de Janeiro, 1888. Fonte: Lago, 2008.

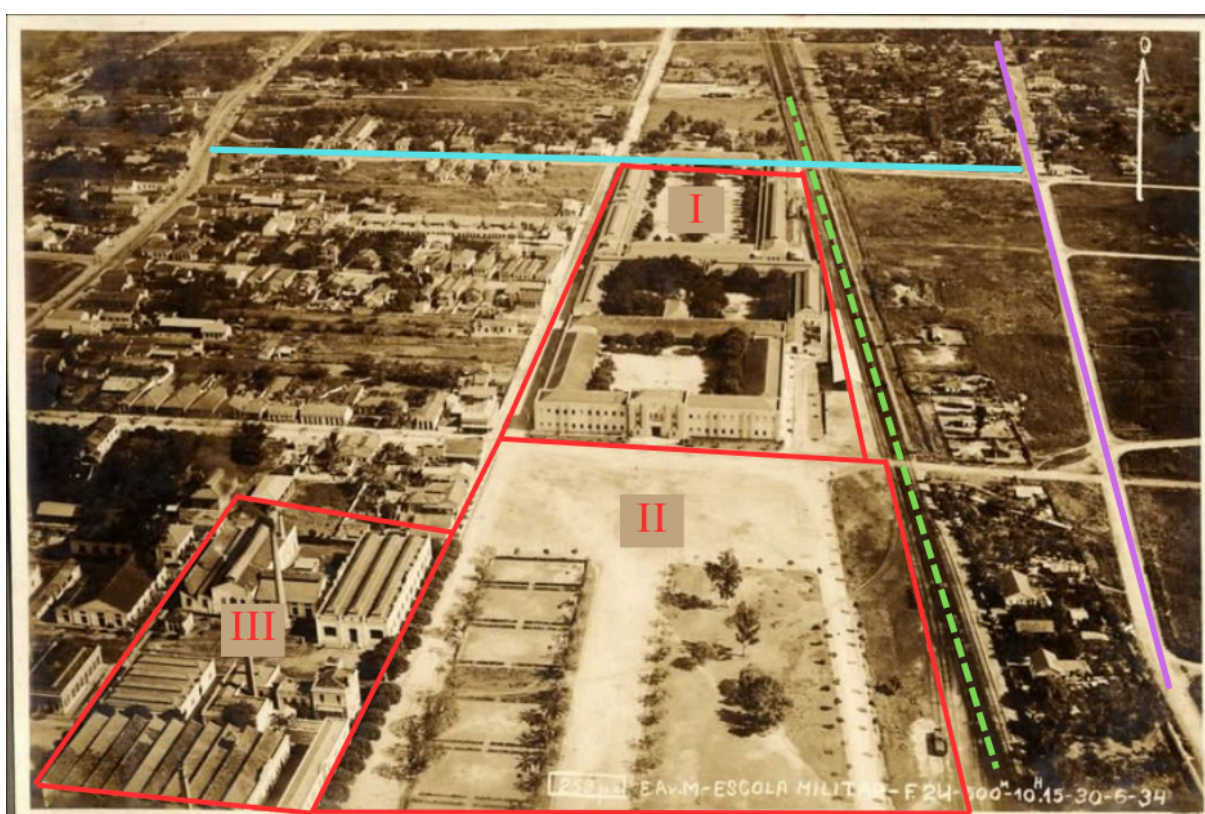
A escola foi um espaço de formação de uma elite militar que atuou em momentos decisivos da história brasileira, como a Guerra do Paraguai (1864-1870) e a Proclamação da

República (1889). Além de formar oficiais, a Praia Vermelha também era um centro de difusão de ideias políticas e científicas, influenciada pelo positivismo e pelo liberalismo.

1.3.2 Escola Militar do Realengo

A Escola Militar do Realengo foi criada em 1913, já no contexto da Primeira República, e substituiu a Escola Militar da Praia Vermelha como principal instituição de formação de oficiais do Exército brasileiro.

A mudança para Realengo, também no Rio de Janeiro, refletia uma nova fase de profissionalização e modernização das Forças Armadas, com um enfoque mais técnico e menos teórico em comparação com a Praia Vermelha. A escola adotou um modelo de ensino inspirado nas academias militares europeias, especialmente a francesa, com ênfase na disciplina, na hierarquia e na formação de um corpo de oficiais mais alinhado com as necessidades de um Exército moderno.



Legenda:

- I - Escola Militar do Realengo
- II - Campo de Marte
- III - Fábrica de Cartuchos

- Linha Férrea
- Rua Marechal Joaquim Inácio
- Rua do Imperador

Figura 7: Fotografia aérea da Escola Militar do Realengo, registro feito pela Aviação do Exército em 1934.

Fonte: Brasileira Fotográfica Digital

Na fotografia aérea (figura 7) é possível perceber o baixo nível de ocupação residencial da região imediatamente ao redor da instituição e algumas áreas ainda vazias, todas sob posse militar. O enquadramento fotográfico se dá justamente no que se configurou como central no bairro de Realengo, que foi desenvolvido a partir da chegada das instalações militares, ainda no século XIX. É possível perceber não só a Escola Militar, mas também parte dos edifícios da Fábrica de Cartuchos, galpões, depósitos, espaços para testes, áreas de treinamento e pequenas construções residenciais.

1.3.3 Transição e continuidade: a relação entre as duas escolas

A criação da Escola Militar do Realengo representou uma transição em relação à Praia Vermelha. Enquanto a Praia Vermelha era mais voltada para a formação de uma elite intelectual e política, Realengo priorizava a formação técnica e profissional, refletindo as mudanças nas demandas do Exército e do Estado brasileiro no início do século XX.

A transferência da Escola Militar para Realengo, em 1913, marcou uma nova fase na formação dos oficiais do Exército brasileiro. Longe do centro urbano do Rio de Janeiro, a escola passou a operar em um espaço mais isolado, o que refletia a busca por uma formação mais disciplinada e técnica, alinhada aos novos padrões de profissionalização militar que se consolidavam no início do século XX. (Souza, 2008, p. 156)

No entanto, ambas as escolas compartilhavam o objetivo de consolidar o Exército como uma instituição nacional e de formar líderes militares capazes de atuar tanto na defesa do país quanto na política.

A Escola Militar da Praia Vermelha foi um importante centro de difusão do positivismo, doutrina que influenciou gerações de militares, incluindo muitos que participaram da Proclamação da República. Essa influência continuou a ser sentida em Realengo, onde valores como ordem, progresso e nacionalismo permaneceram centrais na formação dos cadetes.

Ambas as escolas formaram militares que desempenharam papéis políticos significativos. Os egressos da Praia Vermelha estiveram envolvidos em eventos como a Guerra do Paraguai e a Proclamação da República, enquanto os formados em Realengo foram protagonistas de movimentos como o Tenentismo, que questionava as estruturas oligárquicas da Primeira República, e do golpe militar de 1964.

A transição da Praia Vermelha para Realengo refletiu a necessidade de adaptar o Exército às novas realidades do século XX, marcadas pela Primeira Guerra Mundial, pela industrialização e pela crescente complexidade da guerra moderna. A Escola de Realengo representou uma tentativa de modernizar a formação militar, tornando-a mais técnica e menos teórica, mas sem abandonar completamente os valores e tradições herdados da Praia Vermelha.

Em síntese, enquanto a Escola de Realengo representou um momento de transição e modernização das Forças Armadas no início do século XX, a AMAN (inicialmente na Urca e depois em Resende) consolidou um modelo mais moderno e abrangente de formação militar, que perdura até os dias atuais. Ambas as instituições tiveram papéis fundamentais na história militar e política do Brasil. A Escola de Realengo foi criada em um contexto de modernização das Forças Armadas e de busca por maior profissionalização dos oficiais.

1.4 Uma realidade latino-americana

Os processos de urbanização no Brasil e em outros países da América Latina estão profundamente marcados pelo legado colonial e pela atuação das Forças Armadas em diferentes períodos. Esses dois fatores influenciaram não apenas a formação das cidades, mas também a estrutura social, econômica e política desses países, com consequências que perduram até os dias atuais. O Rio de Janeiro, como uma das principais cidades brasileiras, serve como um exemplo emblemático desses processos, mas é possível identificar paralelos em outras metrópoles latino-americanas, como Buenos Aires, Cidade do México e Lima.

O papel das Forças Armadas como produtoras do espaço urbano em cidades da América Latina é complexo e multifacetado, refletindo tanto a influência histórica dos militares na política e na sociedade quanto às dinâmicas específicas de cada país. Ao longo da história, os militares atuaram como agentes diretos e indiretos na conformação das cidades, seja por meio de intervenções urbanísticas, controle territorial, repressão política ou mesmo pela promoção de grandes projetos de infraestrutura. Esse papel, no entanto, frequentemente esteve associado a processos de exclusão social, violência e manutenção de estruturas de poder desigual.

a estrutura urbana do Rio de Janeiro colonial refletia a lógica de exploração e dominação que caracterizava o projeto colonial português, com o porto funcionando como o coração econômico e as áreas periféricas relegadas à marginalidade" (Bicalho, 1997, p. 78)

Durante o período colonial, as cidades latino-americanas foram planejadas para servir aos interesses das metrópoles europeias, com uma clara hierarquia social e espacial. No Rio de Janeiro, a cidade foi organizada em torno do porto, que era o ponto central para a exportação de riquezas e a importação de escravizados. Essa centralização do poder e dos recursos em áreas específicas criou uma divisão espacial que ainda persiste, com regiões centrais mais desenvolvidas e periferias marginalizadas.

A atuação das Forças Armadas na América Latina frequentemente esteve associada ao controle territorial e à manutenção da ordem interna. No Brasil, durante o período imperial e, posteriormente, na República, os militares desempenharam um papel crucial na consolidação do Estado nacional. No entanto, essa militarização também serviu para reprimir movimentos sociais e manter estruturas de poder desigual, como no caso da Guerra de Canudos (1896-1897) e da repressão às revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX.

A urbanização acelerada no século XX, tanto no Brasil quanto em outros países latino-americanos, foi marcada por um crescimento intenso e desprovido de condições de infraestrutura urbana adequada. No Rio de Janeiro, a migração em massa do campo para a cidade, especialmente a partir dos anos 1950, levou à formação de favelas e áreas informais, onde a infraestrutura básica era (e ainda é) precária. Esse fenômeno também ocorreu em cidades como Lima, onde os "pueblos jóvenes" surgiram como resultado da migração interna.

A urbanização acelerada na América Latina foi marcada por uma profunda desigualdade, com as populações pobres sendo relegadas às periferias, onde a infraestrutura e os serviços públicos eram quase inexistentes. Esse processo de exclusão espacial refletia não apenas a falta de planejamento urbano, mas também a lógica de acumulação capitalista que priorizava os interesses das elites e do capital internacional em detrimento das necessidades básicas da maioria da população. As periferias das grandes cidades latino-americanas, como São Paulo, Cidade do México e Lima, tornaram-se espaços de precariedade e marginalização, onde a falta de acesso a saneamento básico, transporte público e saúde criava um ciclo de pobreza e exclusão social. Como resultado, essas áreas passaram a ser vistas como 'problemas urbanos', enquanto as regiões centrais, ocupadas pelas elites, concentravam investimentos e infraestrutura de qualidade (Carlos, 2001, p. 67).

Em vários momentos da história, as Forças Armadas foram utilizadas para realizar remoções forçadas de populações pobres, sob a justificativa de "modernização" ou "segurança nacional". No Rio de Janeiro, durante a ditadura militar (1964-1985), comunidades inteiras foram removidas para dar lugar a grandes obras de infraestrutura, como a construção da Avenida Perimetral e do Rio-Niterói. Essas remoções, muitas vezes violentas, deixaram um legado de desconfiança e resistência nas comunidades afetadas.

A urbanização latino-americana foi marcada por uma profunda desigualdade espacial, com bairros ricos e áreas pobres claramente demarcadas. No Rio de Janeiro, a divisão entre a Zona Sul, rica e turística, e a Zona Norte e Oeste, mais pobres e menos valorizadas, é um exemplo claro dessa segregação. Essa dinâmica também pode ser observada em cidades como Buenos Aires, onde os bairros mais ricos concentram a maior parte dos investimentos públicos e privados.

Apesar do histórico de urbanização militar na América Latina ter intensificado as desigualdades socioespaciais e marginalizado as áreas periféricas urbanas, a avaliação dos bairros de Santa Cruz, Vila Militar e Realengo desvenda uma característica singular. Nestes locais, mesmo estando próximos a áreas de pobreza e favelização, a presença militar facilitou a instalação de infraestrutura e serviços urbanos comparáveis aos demais territórios periféricos. Contudo, é crucial enfatizar que essa infraestrutura foi originalmente projetada para satisfazer principalmente as demandas das corporações militares, reforçando a divisão social e espacial ao invés de transformá-la. Portanto, mesmo que estes bairros consigam escapar em parte do padrão de precariedade geral, a urbanização que ali ocorreu seguiu a lógica excludente e seletiva típica do urbanismo militar, priorizando mais a proteção e perpetuação dos interesses militares do que a integração eficaz das populações civis desses bairros.

CAPÍTULO 2 – Subúrbio carioca: uma categoria não linear

O conceito de subúrbio no Rio de Janeiro está profundamente entrelaçado com a história de urbanização e transformação social da cidade. Para entender o desenvolvimento dos subúrbios cariocas, é necessário voltar ao período da consolidação do Rio de Janeiro como centro econômico e político do Brasil. Desde o final do século XIX, a cidade passou por diversas reformas urbanas e reestruturações que moldaram a forma como as diferentes classes sociais foram distribuídas geograficamente.

As reformas urbanísticas no Rio de Janeiro, como a realizada pelo prefeito Pereira Passos (1902-1906), foram fundamentais para a formação e consolidação dos subúrbios. Essas transformações estavam inseridas em um contexto mais amplo de modernização e higienização da cidade. Inspiradas em modelos europeus, as reformas tinham como objetivo embelezar a capital federal, removendo favelas, cortiços e habitações populares do centro da cidade, e alocando essas populações em áreas periféricas, afastadas dos espaços nobres e das atividades econômicas mais dinâmicas.

O subúrbio carioca surgiu como uma alternativa de moradia para as classes trabalhadoras que foram deslocadas pelas políticas de renovação urbana. Enquanto no imaginário internacional o termo "subúrbio" muitas vezes remete a áreas de classe média, com boas condições de infraestrutura e qualidade de vida, no Rio de Janeiro essa designação assumiu um significado de precariedade e exclusão social. Isso se deve ao fato de que, no caso carioca, os subúrbios se desenvolveram inicialmente como regiões de baixa infraestrutura, com condições urbanas bastante aquém das áreas centrais e sem a oferta de serviços públicos básicos, como saneamento, transporte eficiente e saúde.

Originário do latim, a palavra *suburbium* fazia referência às cercanias da cidade e por consequência a definição desses espaços era feita em função da sua distância das cidades. Contudo essa palavra, bem como a sua correspondente em francês, *banlieue* carregaram um tom de inferioridade.

Na Língua Portuguesa, o sufixo “sub” está associado à ideia de subordinação, nesse caso das localidades que formam o entorno da cidade. No francês, sentido literal do termo se refere às áreas situadas a uma légua (*lieue*) de distância da cidade, mas que estão sob sua jurisdição (*ban*), que também assume uma face depreciativa, é do *ban* que vem a ideia de expatriação e a expressão “banir”.

Na Língua Espanhola o *suburbio* está associado não só com a distância da região central, mas também com uma “pobreza arquitetônica” resultante das formas de ocupação e

desenvolvimento das moradias. Sendo assim, evidenciamos que em diferentes línguas, a aplicação carregou uma concepção pejorativa, dando maior enfoque às questões negativas de aspectos sociais e materiais.

Em contrapartida, nos Estados Unidos a ideia de subúrbio foi acompanhada pela idealização da vida benéfica, em dimensões que incorporam valores de origem burguesa e evidenciam o seu aspecto de classe. Vejamos que

o subúrbio ideal, destilado em sua essência, consiste na crença de que a melhor forma de abrigo é a casa unifamiliar com jardim e amplo espaço aberto localizada em uma comunidade homogênea e localmente controlada na periferia de uma cidade. [...] Portanto, o ideal suburbano assumiu algo como uma fórmula padronizada que corretores de imóveis e construtores comunitários recapitularam para orientar a produção em massa de uma variedade limitada de subdivisões de áreas muito populares e conjuntos habitacionais suburbanos em todo o país. [...] Uma definição e descrição abrangentes do ideal suburbano devem incluir não apenas ideias – aqueles valores e benefícios para a saúde, espírito, caráter moral e conhecimento social que acompanham a vida suburbana – mas também cultura material – as formas características de arquitetura e paisagem que expressaram essas ideias no ambiente construído suburbano. (Shumsky, 1998)

A partir desta breve comparação se torna possível a compreensão dos diferentes significados e aplicações da ideia subúrbio, o que torna ainda mais necessário delimitar de qual subúrbio este trabalho pretende tratar.

O conceito, importado de categorias europeias, chegou ao Rio de Janeiro para substituir o termo “arrabaldes”, de origem árabe (El-Kareh, 2010), mais precisamente um derivado da palavra ar-rabad, que faz referência às áreas que cercam a cidade.

A geógrafa Maria Therezinha Segadas Soares também recupera a dimensão pejorativa da palavra subúrbio e seu esvaziamento enquanto categoria geográfica, demonstrando que para a peculiaridade carioca sua aplicação está para além de um sentido administrativo ou de planejamento urbano, mas também a uma ideia de dependência à cidade central por partes desses subúrbios que foram nascendo à medida que o município vivia suas intensas transformações.

A palavra subúrbio, no Rio de Janeiro, se já era usada antes da existência do transporte ferroviário para pequenas distâncias, isto é, do transporte suburbano, para denominar certas áreas da periferia urbana, só se consagrou e se fixou na linguagem popular quando foi utilizada para denominar determinada área de expansão da cidade, servida por trens com várias viagens diárias, que traziam as pessoas para trabalhar na cidade. A ideia de utilização do transporte ferroviário diário ficou indissoluvelmente ligada à palavra subúrbio. Hoje, apesar da insuficiência desse meio de transporte e da utilização, em ritmo cada vez maior, no transporte rodoviário, no conceito popular carioca, onde não há trem, não é subúrbio (como é o caso de Jacarepaguá). Entretanto, áreas servidas pelo trem, mas onde a paisagem está totalmente urbanizada, como no Méier, em Cascadura ou Madureira, reluta-se abandonar a designação subúrbio. (Soares, 1990, 141)

A definição e aplicação desta categoria é extremamente política e por isso carece de contextualização. Em primeiro lugar, observa-se diferentes sentidos atribuídos à categoria subúrbio, de acordo com a época e lugar, e por isso que este capítulo inicia justamente retomando a discussão da ideia de subúrbio ao longo da História das Cidades, para então ser possível precisar as suas particularidades no caso carioca.

A obra de Nelson Nóbrega Fernandes, intitulada "Subúrbio: vida cotidiana e história nos arrabaldes do Rio de Janeiro" (1995), oferece uma análise detalhada sobre a formação dos subúrbios cariocas, sua evolução histórica e o fenômeno da segregação socioespacial nesses territórios. Ele constrói uma narrativa que coloca o subúrbio como um espaço marginalizado dentro da dinâmica urbana da cidade do Rio de Janeiro, destacando as forças sociais, políticas e econômicas que contribuíram para essa condição. Embora não mantenha seu foco principal nos bairros que são analisados ao longo desta dissertação, a obra citada aborda como o conceito de subúrbio foi sendo moldado ao longo do tempo e revela o papel das políticas públicas, da especulação imobiliária e das práticas urbanísticas na construção desse território como um espaço de segregação e exclusão social.

Fernandes examina o desenvolvimento dos subúrbios a partir da implantação das linhas férreas, especialmente a Estrada de Ferro Central do Brasil e a Estrada de Ferro Leopoldina, que promoveram a ocupação de áreas distantes do centro urbano a partir da segunda metade do século XIX. A obra explica que os subúrbios foram inicialmente ocupados por uma população heterogênea, que incluía trabalhadores, comerciantes e pequenos proprietários, mas que, com o tempo, passaram a ser associados exclusivamente às classes populares e trabalhadoras, que eram deslocadas para essas áreas pela pressão urbanística no centro.

Um dos principais argumentos do autor é que o conceito de subúrbio foi “sequestrado” ideologicamente. Inicialmente, o termo não carregava o significado depreciativo que possui atualmente. Porém, à medida que o Rio de Janeiro se modernizava e as reformas urbanas empurravam a população pobre para as periferias, o subúrbio passou a ser visto como um lugar de pobreza e marginalidade. Isso ocorreu principalmente após as reformas de Pereira Passos (1902-1906), que removeram as moradias populares do centro e direcionaram os trabalhadores para áreas servidas pelas linhas de trem, criando uma divisão espacial e social na cidade.

A análise de Fernandes explora como a identidade suburbana foi associada a uma posição subalterna no imaginário social da cidade, reforçando a estigmatização dos moradores dessas áreas como cidadãos de segunda classe. Essa construção simbólica teve efeitos

profundos na forma como os subúrbios foram vistos e administrados ao longo do século XX, influenciando o desenvolvimento urbano e o acesso a serviços e infraestrutura.

O autor também aborda o papel da ideologia e da mídia na consolidação desse estigma, argumentando que o subúrbio se tornou uma categoria social que transcende a localização geográfica. A obra discute como, no Rio de Janeiro, a ferrovia foi um elemento central na construção do subúrbio proletário, diferentemente de cidades europeias e norte-americanas, onde o subúrbio era associado a áreas de classe média e alta. Vale destacar que é necessário incorporar uma análise mais detalhada, também, do papel das instituições militares em alguns desses subúrbios do Rio de Janeiro, como é o caso dos bairros de Realengo e Vila Militar, que tiveram origem e desenvolvimento a partir das necessidades dessas instituições.

Por fim, *O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio* destaca a resistência cultural e social que emergiu nestes espaços. Mesmo com o estigma e a marginalização, os subúrbios cariocas se tornaram locais de produção cultural vibrante e de construção de identidades próprias, como a cultura do samba e outras manifestações artísticas e comunitárias, que contribuíram para a ressignificação do território suburbano ao longo do tempo.

2.1 O subúrbio na História

O subúrbio assumiu diferentes significados ao longo da história das cidades, bem como para a vida e cultura urbana. Pesquisadores como Nóbrega Fernandes (2011), se dedicaram ao estudo das origens do subúrbio e apontam que em diferentes épocas os grupos e instituições que demandam por espaços tiveram que recorrer aos subúrbios ou criá-los, como foi a relação das instituições militares em determinadas áreas suburbanas do Rio de Janeiro.

O fato é que o subúrbio se torna visível quase tão cedo quanto a própria cidade, e talvez explique a capacidade de sobrevivência da cidade antiga, frente às condições de insalubridade que predominava dentro de seus muros [...]. (Mumford, apud Fernandes, 2011, p.33)

Para Mumford, o subúrbio foi um espaço reservado para as classes médias, uma espécie de “refúgio da cidade insalubre e socialmente perigosa” (Fernandes, 2011 p. 28). A saída dessa elite é uma estratégia, permeada pelo sentimento de rejeição e ruptura, em busca de assegurar sua qualidade de vida. Essa visão é resultado de análise do desenvolvimento dos centros urbanos, no auge da desordem urbana causada pelo avanço da industrialização,

justificativa bastante utilizada nos estudos de casos das cidades europeias e estadunidenses, mas que diverge do caminho percorrido no Rio de Janeiro.

Enquanto para Mumford a forma suburbana foi uma espécie de saída articulada pelas classes dominantes para lidar com a desorganização oriunda do crescimento urbano, Lefebvre aponta que ao estudar o desenvolvimento do espaço suburbano é necessário considerar a formação de um subúrbio proletarizado, mesmo nas cidades centrais do capitalismo. A proletarização apresentada e defendida por Lefebvre, em geral, destoa do contexto carioca, mas as transformações em aspectos como a classe social e projetos de intervenção pública se aproximam mais do que a ideia clássica europeia de organização suburbana.

No decorrer do avanço de um modelo chamado por Lefebvre de cidade industrial, a expulsão das camadas proletárias para o subúrbio, ou áreas mais afastadas dos centros urbanos, foi uma das estratégias utilizadas pela burguesia.

A dinâmica própria do capitalismo impõe que as burguesias organizem grandes reformas urbanas, como vimos em Londres (1848- 1865), Paris (1853- 1869), entre outras. Anos mais tarde, este processo também ocorreu na América Latina, como se pode identificar em Buenos Aires (1883- 1887) e Rio de Janeiro (1903- 1906). (Fernandes, 2011 p. 29)

Ao contrário do que se pode imaginar, o *grand finale* das reformas urbanas não é um empreendimento urbano ou revitalização de um determinado espaço, mas sim uma transformação do sentido do habitar em uma função apenas residencial. Ou seja, a consolidação das transformações nas áreas centrais da cidade promovem o deslocamento da massa de trabalhadores e das classes populares para o subúrbio, promovendo sua proletarização.

O deslocamento não foi apenas no sentido da localização geográfica, mas também implicou na perda de direitos relacionados ao espaço. Se “até então, habitar era participar de uma vida social, de uma comunidade, aldeia ou cidade” (Lefebvre, 1991 p. 16), agora o direito à cidade se esvai.

A diferença social na aplicação do conceito de urbanização está diretamente relacionada ao modelo de vinculação da propriedade. Em *O Direito à Cidade*, Lefebvre (1968) analisa como, em Paris, a reforma urbana conduzida por Haussmann (1853–1869) visou a expulsão das camadas populares do centro, confinando-as às periferias e submetendo-as aos programas habitacionais privados, dentro da lógica ideológica do habitat. De modo análogo, a reforma urbana promovida por Pereira Passos (1903–1906), no Rio de Janeiro, consolidou um processo de modernização excludente, que reforçava a especulação imobiliária sem assegurar condições mínimas de sobrevivência para os trabalhadores

deslocados. A então capital nacional passou a ser caracterizada por uma intensa fragmentação socioespacial: de um lado, um espaço central privilegiado pelas políticas públicas de infraestrutura; de outro, vastas áreas marcadas pela precarização das condições urbanas e pela informalidade na ocupação do solo.

A ideologia do habitat consiste no processo de proletarização do subúrbio, através da expansão de moradias, como consequência das reformas urbanas. Tudo isso implica em um esvaziamento do sentido do “habitar”, que até então era compreendido a partir da construção de uma vida social, seja em comunidades ou cidades, mas que passou a significar somente a função residencial. (Lefebvre, 1991, p.16). Ainda que não seja possível afirmar que o subúrbio carioca experimentou um processo de proletarização no sentido de operários fábris, aspectos foram importados mecanicamente das cidades europeias.

Assim, vemos uma trajetória guiada pela especulação, onde a burguesia, com uso de dinheiro público, consolida sua instalação e desenvolve sua infraestrutura. O capital imobiliário apoia-se nos altos preços dos terrenos e moradias construídos pelo Estado, ou pela ausência de investimentos onde deixou de investir, abrindo mão de loteamento de terras em terrenos de baixo valor.

Sucessivamente a ideologia do subúrbio e a ideologia do habitat se (re)abastecem, em ciclos, e ambas são alimentadas pelo crescimento da riqueza e da pobreza nas cidades, espremendo a classe média urbana nesse meio. No período varguista, a política urbana no Rio de Janeiro passa a ser sustentada por grandes obras habitacionais, como as promovidas pelos Institutos de Aposentadoria e Previdência, conduzindo, por vias oficiais do Estado, a uma transformação na forma e no sentido do habitar." (Moreira, 2013, p.163)

Contudo evidenciamos que a polissemia da ideia de subúrbio permanece; compreender sua aplicação historicamente é crucial para que se possa refletir sobre a existência de um conceito carioca de subúrbio e seu conjunto de particularidades.

2.2 O conceito carioca de subúrbio

No decorrer do texto “A periferia de ontem” (1987), Maurício de Abreu discute a origem do conjunto de subúrbios formados ao longo da linha férrea no século XIX, outrora considerados periferias e após a expansão urbana no Rio de Janeiro, compreendidos a partir desta categoria de subúrbio que aqui analisamos.

Neste momento o Rio de Janeiro era “a maior cidade e capital econômica, política e cultura do país” (Carvalho, 2019, p.16) sentiu todo o impacto das mudanças que ocorreram

nos anos finais do Império, sobretudo naquelas que resultaram na abolição da escravidão e na proclamação da República. As mudanças no regime se relacionam com as mudanças no espaço, e a primeira percepção é possível através das análises quantitativas.

A expansão da Cidade, mais precisamente da sua região central, inflou as contradições ali presentes, afinal o centro da cidade era ocupado pelas massas de trabalhadores, seja escravizados libertos, trabalhadores livres ou migrantes que necessitavam manter proximidade das suas fontes de trabalho. Ao contrário do que se pode imaginar, na época, viver longe do centro urbano era um privilégio das elites que não dependiam de transporte coletivo para garantir seu deslocamento. Portanto, viver no

centro significava garantir a sobrevivência, mesmo porque, para grande parte da população ativa, constituída de vendedores ambulantes e de prestadores dos mais variados serviços, o trabalho não existia enquanto local, mas só era obtido com decorrência das demandas advindas da aglomeração de um grande número de pessoas e de atividades econômicas. E isso ocorria quase que exclusivamente no centro, razão pela qual o número de cortiços continuava a crescer nas freguesias centrais, não importando que as condições de moradia fossem, aí, as mais precárias possíveis. (Abreu, 1987, p. 48)

O intenso crescimento populacional impactou as condições de vida, sobretudo no que tange a questão habitacional. A imigração passou então a ser responsabilizada por esta crise, como relembra José Murilo de Carvalho quando recupera os apontamentos feitos pela União dos Proprietários e Arrendatários de Prédios em 1892. (Carvalho, 2019, p.18) Contudo, vale a pena ressaltar que, como vimos acima, a crise habitacional atingiu os mais pobres.

Essa configuração espacial se manteve até que o Rio de Janeiro experimentasse quatro anos de intensas transformações, quando o então prefeito Pereira Passos (1902-1906) conduziu a famosa reforma urbana que consolidou a cidade como uma capital de padrões internacionais. Após a reforma, as transformações eram notórias, construção de palácios, alargamento e criação de avenidas, criação de um novo porto, praças, monumentos e automóveis circulando pela Avenida Central (atual Avenida Rio Branco) rodeado de árvores.

Esta reforma é consequência de uma disputa ideológica, vencida pela burguesia, sobre a organização do espaço urbano. Afinal, naquele momento, o Brasil era

primeiro produtor mundial de café, país efetivamente integrado à nova divisão internacional do trabalho, nação agora republicana e não mais escravocrata, era inadmissível que o Brasil apresentasse aos do mundo uma capital que ainda mantinha forte aspecto colonial, onde o capitalista se misturava com o operário, onde os edifícios públicos e empresariais eram vizinhos de cortiços.[...] Era preciso separar os diversos usos do solo e classes sociais. Era preciso criar uma nova capital, um espaço que simbolizasse o novo Brasil que surgia. (Abreu, 1987, p. 14)

Evidentemente que as melhorias que atingiram, em maior intensidade, as áreas centrais da cidade tiveram a explosão de crise habitacional foi a consequência. Os trabalhadores foram expulsos, direta ou indiretamente pelas novas regras de construção e moradia, e a saída estava na ocupação de novas áreas, aí então as favelas e os subúrbios surgem como alternativa.

A ampliação das Companhias de Carris (1868) e da circulação ferroviária (1870) garantiram novos eixos de deslocamento em direção às antigas zonas rurais que vieram a ser moradas desses trabalhadores e futuramente consolidados como bairros suburbanos.

O subúrbio, agora ocupado por camadas mais populares, é o incremento final das transformações vividas pela cidade. Isso, em função de dois principais aspectos. O primeiro se dá justamente na dispersão da força de trabalho, antes concentrada no centro, e depois desarticulada pelas áreas distantes e sem preparo algum para abrir aquele novo contingente, localidades que dependem de infraestrutura, sobretudo transporte⁶. Essa dispersão também dificulta a organização destes trabalhadores em seus processos de organização e mobilização em prol de direitos e melhorias. O segundo aspecto é a duplicação da exploração da força de trabalho, a partir deste momento, além do capital, o Estado também cumpre esse papel, tanto pelas ações realizadas como pelas omissões. (Abreu, 1987)

Nos anos de 1950 que o tal “conceito carioca de subúrbio” foi cunhado pela geógrafa Maria Therezinha Segadas Soares, quando ela aponta para uma discussão simbólica do tema, expressada por um sentido totalmente depreciativo das zonas periféricas da cidade.

Este conceito se consolidou somente a partir das primeiras décadas do século XX, pois como vimos, anteriormente as áreas suburbanas eram ocupadas pelas elites, sendo a linha férrea considerada seu principal marcador, materializando uma ideologia de divisão do espaço que já permeia o pensamento das burguesias que ansiavam por transformações.

O caso do trinômio trem/subúrbio/pobreza, por exemplo, só de fato a se concretizar na imagem social da cidade depois do início do século XX, com o desenvolvimento entre nós da ideologia da casa própria no subúrbio, isto é da, ideologia do habitat. (Fernandes, 2011, p. 97)

É importante ressaltar que não existe uma definição rígida ou mesmo uma histórica única para o surgimento dos subúrbios cariocas, no plural porque eles assumem diferentes origens e motivações. Da Tijuca a Madureira ou de Deodoro a Santa Cruz, é possível

⁶ Vale a pena ressaltar que apesar das transformações ao longo do tempo, como obras de infraestrutura, as reivindicações por melhorias no sistema de transporte seguem como uma das principais nas áreas suburbanas. À medida que a área se distancia do centro é perceptível a piora na oferta de meios de transporte e circulação da população.

identificar diferentes agentes modeladores do espaço urbano. Isso se dá, também, porque existiram subúrbios que foram ocupados pelas classes alta e média, que conseguiam arcar com melhores condições e assegurar melhor deslocamento entre a área de moradia e o centro, ou aqueles cujas famílias permanecem em condições de extrema precarização até o presente.

Com as longas distâncias e a precariedade dos sistemas de transporte, o eixo ferroviário se consolidou como o principal elemento de construção da identidade do tal conceito carioca de subúrbio. As áreas de predomínio dos bondes não seguiam a mesma classificação, daí então surge uma famosa frase popular “o bonde fez a cidade, assim como o trem fez o subúrbio proletário” ou “o trem fez o subúrbio e o bonde, a zona sul”. A questão é que o bonde e o trem foram utilizados como divisores, como pontos para diferenciar a Zona Sul da Zona Norte, e posteriormente a Zona Oeste também. Embora inicialmente faça sentido, há uma grande simplificação ao colocar em confronto o trem e o bonde, quando era possível identificar a presença de bondes em áreas não centrais da cidade, como na região de Vila e Isabel e Guaratiba.

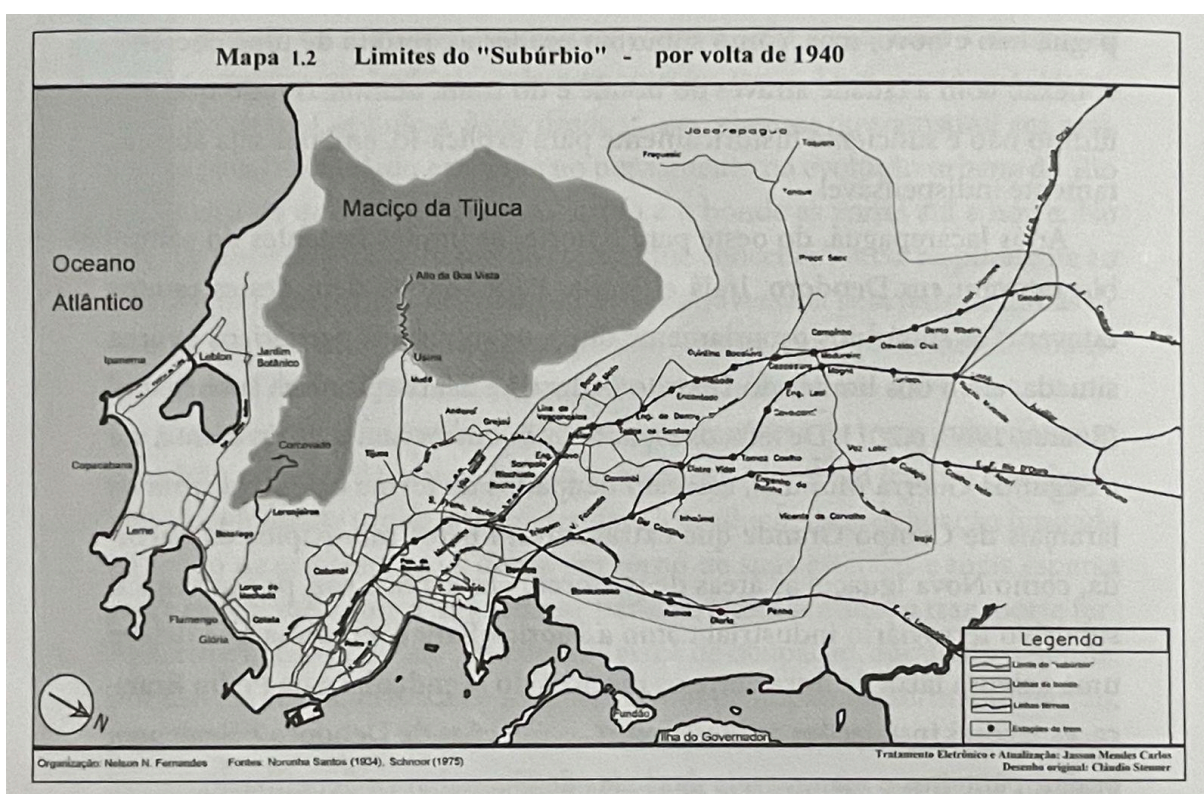


Figura 8: Limites do “Subúrbio” – por volta de 1940. Fonte: Fernandes, 2011, p. 44

Anos depois, o surgimento da Avenida Brasil também apresenta novos elementos que divergem do chamado subúrbio clássico, mas que auxiliam na caracterização dessas áreas da cidade, já que ela está atrelada ao surgimento de novos bairros ou recortes nos já existem, que

agora além de serem divididos pelos dois lados da linha do trem também são separados pela via expressa.

A área vizinha da Avenida Brasil surgiu do aterro de uma ampla área do litoral lodoso. Essa zona se destaca das anteriores por seu caráter muito recente e por não dispor de transporte ferroviário, o que deveria excluí-la do enquadramento nos bairros suburbanos, mais antigos e oriundos da expansão ao longo das ferrovias. Sua inclusão na zona urbana é justificada pela proximidade do centro, absoluta continuidade de construções e ritmos acelerados com o que está sendo dotada de melhoramentos urbanos. (...). Genericamente a área, que se constituiu às margens da avenida Brasil e entre ela e a Estrada de Ferro Leopoldina, teve como ponto de partida a nova avenida, que rapidamente foi ocupada por grande número de estabelecimentos industriais, depósitos e oficinas, enquanto na zona intermediária uma ocupação com fins residenciais, oriunda da zona da Leopoldina e das margens da avenida Brasil, soldava-se, preenchendo-a toda. Essa área, que utiliza, predominantemente o transporte rodoviário, é habitada por uma população de classe média modesta[...] (Soares, 1965, p. 46 apud Torres, 2018, p.294).

Isso também auxilia a compreensão de que a “ferrovia, sozinha, não provocou um deslocamento imediato de indústrias para o subúrbio” (Torres, 2018, p.293). A partir de 1947 a construção da Avenida Brasil, e o desenvolvimento dos bairros ao seu redor, se tornam importantes marcadores na construção do subúrbio, ainda que com menor impacto que a linha férrea.

Os bairros suburbanos são aquelas áreas, que se apresentam hoje com características fisionômicas acentuadamente urbanas, mas que, num passado próximo, foram subúrbios da cidade, isto é, caracterizam-se pela descontinuidade espacial da área construída e pela ocupação por uma classe pobre, que tinha na ferrovia o seu único meio de transporte. (...) a denominação bairros suburbanos procura conciliar o reconhecimento simultâneo das características urbanas de sua fisionomia atual, da importância ainda grande do transporte ferroviário e das origens suburbanas dessa área (Soares, 1965, p. 41 apud Torres 2018, p.293).

Ao olhar para a cidade aplicando as caracterizações de centro, bairro e subúrbio e suas diferenciações, ao longo do tempo, é possível perceber as transformações que atravessam essas categorias que vão desde a cidade colonial à conformação da metrópole em que ela foi transformada com o passar do tempo.

E assim, o conceito de subúrbio, de múltiplos significados, vai se moldando socialmente e territorialmente, fruto de um processo de ideologização que inverte seu significado originário para o que vai ser aplicado no Rio de Janeiro (Moreira, 2013, p.157). É sobretudo, após a consolidação das transformações sociais e espaciais na cidade que a palavra (categoria) “subúrbio” passa por um fenômeno de raptó ideológico.

Dialogando com Lysia Bernardes, o fato dos subúrbios terem forte apelo residencial oriundo da crise habitacional gerada pelas transformações na área central, da dificuldade de deslocamento, cria condições favoráveis para o desenvolvimento de subcentros suburbanos como Madureira, Méier, Bangu e Campo Grande.

Para a autora, as experiências suburbanas cariocas se diferenciam das consideradas “clássicas”, como as estadunidenses e inglesas, justamente no predomínio das classes populares e operárias. Assim como a atração de uma classe média para aquelas localidades como Santa Cruz, Campo Grande e Bangu, ruas calçadas, serviços de iluminação pública e abastecimento de água (Bernardes, 1967, p.75).

É justamente pelas questões apresentadas acima que identificamos uma preocupação expressa por diferentes autores em caracterizar a que conjunto de bairros estão se referindo e assim explicitando as diferenças entre a aplicação desta palavra nos Estados Unidos e na Europa, onde os trens se associam com camadas médias e altas da sociedade.

O fato é que há um abismo entre o significado histórico e o significado geográfico da palavra subúrbio para o Rio de Janeiro, também se esvaziando do seu sentido de localização e transformado em uma categoria social.



Figura 9: Estrutura urbana do Rio de Janeiro e divisão administrativa segundo freguesias urbanas e rurais - 2ª metade do século XI Fonte: Fernandes, 2011 p. 119

A administração pública, como o caso da prefeitura, não utiliza a categoria subúrbio, mas ao olhar a organização espacial da cidade através das áreas de planejamento (APs) podemos observar algumas semelhanças. O subúrbio carioca, caracterizado pelo corte das linha férreas da antiga Central do Brasil, Leopoldina e a linha auxiliar Rio D'Ouro (já extinta, mas que se aproxima ao trajeto da atual linha 2 do Metrô), ou seja, o subúrbio carioca faz

referência direta aos bairros populares desenvolvidos próximos ao trem, e não a uma periferia (Souza, 2010). Essas semelhanças podem ser observadas nos mapas (figuras 9 e 10).

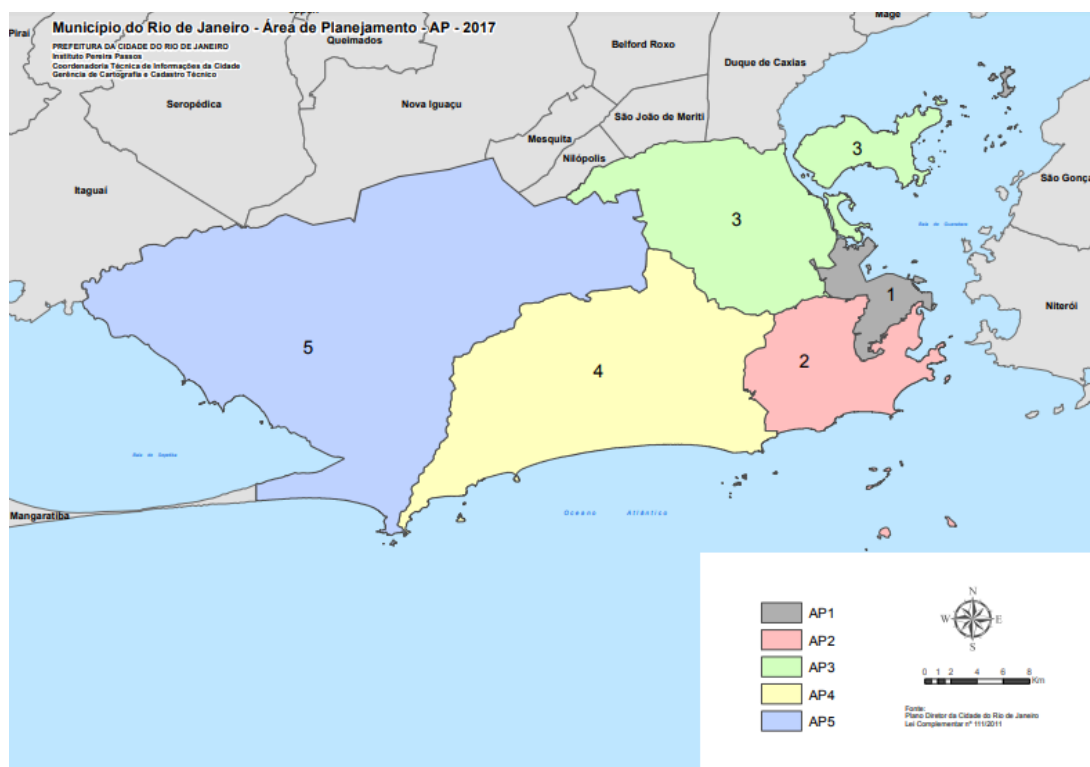


Figura 10: Município do Rio de Janeiro – Área de Planejamento – AP - 2017 Fonte: DATA.RIO, 2019

A burguesia carioca trabalha permanentemente para uma divisão social do espaço urbano, mantendo excluídas dos seus espaços as pessoas consideradas indesejáveis, dividindo as áreas entre alto e baixo status, como ocorre hoje entre bairros de maior e menos prestígio.

Os 10% mais ricos da população possuem 45% da renda da cidade. A maior renda per capita está no bairro da Lagoa; a menor, no de Acari (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2001). A composição étnica também difere bastante: a Zona Sul tem 9% dos negros (pretos e pardos); no bairro da Barra da Tijuca, porém com alto status econômico e social, os negros são 18%; no subúrbio carioca, por sua vez, 40% da população é composta por negros. As diferenças se confirmam na segurança pública. No 9º BPM (Rocha Miranda) há um policial para 1.200 habitantes; já no 23º BPM (Leblon), a proporção muda radicalmente: um policial para cada 286 habitantes. (Souza, 2010, p.225)

Essas motivações burguesas se materializam nas reformas urbanas, remoções e aplicação de políticas públicas e nos demais aspectos que envolvem a organização do espaço urbano no Rio de Janeiro.

Mapa 1.1 - Estrutura da Metrópole do Rio de Janeiro Adaptação de um trabalho de Therezinha de Segadas Soares

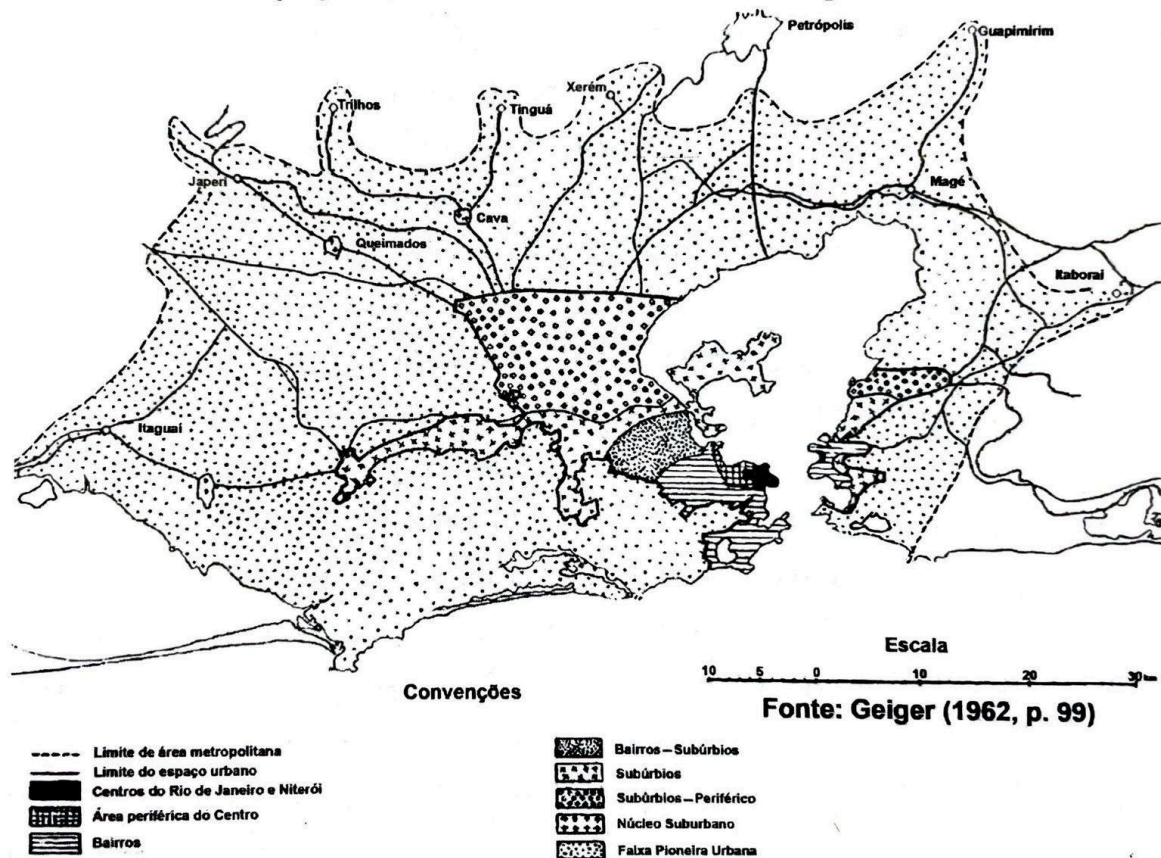


Figura 11: Estrutura da Metrópole do Rio de Janeiro. Fonte: Fernandes, 2011 p. 41

2.3 De Sertão Carioca a Zona Oeste

Em seus primórdios a cidade do Rio de Janeiro foi dividida a partir de freguesias ou unidades paroquiais, evidenciando o caráter religioso da jurisdição das terras em posse dos portugueses. A região hoje compreendida como a Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, que acomoda grandes áreas residenciais e outras destinadas ao setor de comércio e serviços, além de ser fortemente marcada por uma dinâmica urbana, outrora já foi um importante empório rural, sua utilização era integralmente para o cultivo das monoculturas de açúcar e café, ou de pastoreio. Esta parte da cidade, no passado, correspondia às freguesias rurais de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande (1673), São Salvador do Mundo de Guaratiba (1755), Santa Cruz (1833) e Jacarepaguá (1661).

A vinda da família real para o Brasil, em 1808, intensifica a aglomeração nas regiões centrais do Rio de Janeiro, assim como impõe um conjunto de modificações na cidade para atender a novas necessidades, e conseqüentemente implicam também em mudanças nas áreas

rurais. Em Fridman (1999, p.127) é apresentado o funcionamento de cada um desses postos rurais como uma “célula da sociedade” diante da capacidade desenvolvida pela sua pequena população em garantir de forma autônoma sua subsistência dentro dos limites de suas propriedades, entretanto isso motivou conflitos de ordem fundiária. O século XIX foi marcado por inúmeras transformações no Rio de Janeiro, sobretudo nessas áreas agrícolas que foram repassadas ao comando de padres ou senhores de engenho sob o regime de sesmarias advindas diretamente da Câmara ou herdadas em testamentos.

A relação entre a administração pública e aqueles que ocupam as terras, como os foreiros e arrendatários, foi alterada diante da implementação da Lei de Terras, em 1850. A nova legislação, e seu regulamento em 1854, assegurou a propriedade privada e impulsionou a lógica capitalista na comercialização de terras, isto é, a partir de agora a terra se torna uma mercadoria, além de se tratar do instrumento jurídico que consente o latifúndio em território brasileiro, servindo aos interesses da elite agrária. Deste momento em diante é proibida a doação de terras, aquelas que porventura se encontravam desocupadas seriam vendidas.

É nesse contexto que diferentes transformações são realizadas, como a mercantilização do solo e a instituição do Código Comercial, para garantir a adequação brasileira no sistema capitalista à sua necessidade de impor um novo regime de servidão e organização do espaço. Embora não seja o aspecto prioritário a ser tratado ao longo deste trabalho, é inegável a influência da transformação da terra em mercadoria nas repartições nas freguesias rurais da Zona Oeste e, portanto, no desencadear de seus diferentes processos de urbanização.

É possível observar que a urbanização da cidade do Rio de Janeiro ocorreu de maneira desigual, variando entre lugares, períodos e intensidades distintas. Ao contrário da região central da cidade, que foi precursora, a Zona Oeste (e parte da Zona Norte) vivenciou este processo tardiamente, em função da dinâmica imposta pelas atividades agrícolas diante, sobretudo, da necessidade de abastecimento da região central.

A região que hoje compreende a atual Zona Oeste foi, por um longo tempo, chamada de “Sertão Carioca”, quando ainda correspondia uma área rural.

Era assim chamado o território que compreendia a antiga zona rural do município do Rio de Janeiro. Esse termo foi popularizado perto de meados da década de 1930 pelo naturalista Magalhães Corrêa (1936). Essa região abarcava as freguesias (regiões administrativas) rurais de Jacarepaguá, Campos Grande, Guaratiba, Santa Cruz e Irajá. Curiosamente, o termo caíria em desuso antes mesmo da região perder quase que por completo suas características rurais, isso por volta do final da década de 1980. Já no decênio anterior a região passaria a ser denominada de Zona Oeste. (Santos, 2019 p. 375)



Figura 12: Mapa do Sertão Carioca extraído do livro de Magalhães Corrêa Fonte: Franco, 2005, p.1056

Tanto o termo, quanto a caracterização, foram feitos pelo pesquisador e escritor Magalhães Corrêa⁷ em seu livro, também intitulado por *Sertão Carioca*, que aborda de forma mais específica a questão de Jacarepaguá, assim como a predominância de latifúndios, engenhos e fazendas, em contexto de conflitos devido às delimitações imprecisas.

Em seus estudos e escritos, Magalhães Corrêa se empenhou em apresentar a contrastante realidade “sertaneja” vivenciada pelas áreas distantes da cidade.

O próprio título do livro incluía a expressão ‘sertão carioca’ que, embora constasse de mapas e outros documentos antigos e da época, buscava causar no leitor um efeito desconcertante, ao combinar duas palavras como que opostas. A palavra ‘sertão’ – designação genérica dada até hoje pelos brasileiros citadinos aos lugares ermos, ignotos e inóspitos do vasto interior brasileiro – era juxtaposta a ‘carioca’ – gentílico reservado aos urbaníssimos habitantes da cidade do Rio de Janeiro,

⁷ O carioca Armando Magalhães Corrêa (Rio de Janeiro, 1889- 1944) foi escultor, desenhista, professor e escritor. Iniciou os seus estudos de nível superior na Escola Militar de Realengo, transferindo-se mais tarde para a antiga Escola Nacional de Belas-Artes, onde fez o curso de escultura e foi discípulo de Rodolfo Bernardelli [...] Colaborou assiduamente no importante jornal carioca Correio da Manhã, escrevendo e ilustrando, estudos do passado e do presente da cidade do Rio de Janeiro, inclusive as matérias que deram origem ao livro O sertão carioca. [...] O sertão carioca nasceu de uma série de artigos publicados no jornal carioca O Correio da Manhã, nos anos de 1931 e 1932. O objetivo do texto era, por meio do estudo de uma região vizinha à cidade do Rio de Janeiro, que compreendia os maciços da Tijuca e da Pedra Branca e a baixada de Jacarepaguá, chamar a atenção para o que Corrêa julgava ser o principal problema enfrentado pelo país, ou seja, o da falta de assistência, por parte dos poderes públicos, às gentes e às terras do sertão. Queria destacar que os problemas dos sertanejos e dos sertões não ocorriam apenas em lugares ermos e distantes da capital federal. (Franco, 2005, p. 1036)

metrópole cosmopolita que fora capital colonial e imperial e ainda era a capital republicana e a maior cidade do país. (Franco, 2015, p. 1038)

Essas grandes porções de terra foram repartidas, sobretudo pela crise gerada nos antigos engenhos, criando propriedades de menor porte, até alcançarmos uma configuração mais próxima da atual de delimitação de regiões e bairros.

Em 1557, após a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, o capitão-mor Cristóvão Monteiro recebeu, como reconhecimento por seu empenho na luta contra as invasões francesas, sesmarias formadas por um grande trecho que englobava parte do atual bairro Guaratiba e Santa Cruz.

Em 1673 surge a Freguesia de Campo Grande, sob controle da Companhia de Jesus. No presente, toda aquela área corresponde aos bairros de Deodoro, Vila Militar, Magalhães Bastos, Realengo, Padre Miguel, Bangu, Senador Camará, Santíssimo, Senador Vasconcelos, Campo Grande, Inhoaíba e Cosmos.

Os jesuítas compravam fazendas e arrendavam outras próximas, sempre mantendo o controle total sobre a propriedade e utilizando mão de obra escrava, negra e indígena. Os escravizados sob sua tutela tinham moradia individual e suas próprias roças, e seus filhos recebiam roupas, alimentação e educação. Com suas fugas, alguns quilombos foram formados nas matas nos arredores, como ocorreu em Palmares, Itaguaí e na “cabeceira” do Rio Guandu. (Nicola, 2021, p.844)

Assim fica evidente o caráter extremamente rural de toda essa região, a Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande chegou a contar com engenhos de açúcar (Nicola, 2021, p.844). Mesmo com uma importância agrária, existia um vazio em termos populacionais, para além das pessoas que viviam nos engenhos há registros de pequenas comunidades, vilas e paradas de pouso para foreiros.

Em 1759, os representantes religiosos foram expulsos e todas as propriedades ficaram sob posse da Coroa Portuguesa, nesse momento os bairros de Realengo e Vila Militar compunham as áreas chamadas de foreiras e serviam como caminho da antiga Estrada Real que ligava Santa Cruz a São Cristóvão. Já as terras de Santa Cruz receberam maior destaque e atenção dos colonizadores e vivenciou a construção de diferentes empreendimentos.

O Caminho Imperial, ou a Estrada Real de Santa Cruz como também era chamada, foi responsável por conectar duas propriedades reais: a Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, e a Fazenda Real no Curato de Santa Cruz. Assim tornou-se trecho fundamental para os primeiros sinais de ocupação e povoamento. A estrada, que foi utilizada inicialmente pelos padres jesuítas em suas missões de interiorização do território colonial, posteriormente também recebeu comerciantes, mineradores, tropeiros e foi amplamente utilizada por

proprietários de engenhos e fazendas. Serviu como único caminho terrestre até a chegada da Estrada de Ferro.

Diante das necessidades impostas pelo tamanho das viagens alguns pontos de parada e hospedagem foram estabelecidos, dentre eles destacam-se: Campinho (nos arredores do atual bairro de Madureira), Realengo do Campo Grande, Venda do Santíssimo e Fazenda do Mato da Paciência. Estes postos iniciais fomentaram os primeiros sinais concretos de ocupação, que mais tarde concretizaram seus diferentes processos de urbanização. Enquanto os bairros de Santíssimo e Paciência assumiram sua disposição majoritariamente para zonas residenciais, a região de Madureira tornou-se uma área prioritariamente comercial, características essas que perduram até o presente.

Diferente das outras três localidades mencionadas acima, Realengo teve uma trajetória excepcional, seu processo de urbanização é iniciado anos depois, a partir da constituição de um povoado agrícola que posteriormente passou a conglutinar diversos atrativos, em uma área que ficou marcada pelas junções de interesses militares, industriais e residenciais (Fridman, 1999).

A Estrada Real, também integrou o trajeto que estabelecia a conexão do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, sua extensão deixou marcas na construção de diversos bairros, mesmo após sua fragmentação. No que viria ser entendido como o subúrbio carioca, nas Zonas Norte e Oeste da cidade, este caminho corresponde ao que são hoje as vias, integral ou parcialmente: Avenida Santa Cruz, Dom Hélder Câmara (anteriormente Suburbana), Cesário de Melo, Intendente Magalhães e a BR 465 (antiga estrada Rio São Paulo).

É fundamental destacar que, como apresentado acima, diferentemente dos bondes, que em um primeiro momento serviram para consolidar o processo de urbanização já em andamento em áreas mais próximas à região central do Rio de Janeiro, o sistema ferroviário esteve totalmente relacionado a transformação das freguesias que eram considerada tão somente rurais, e superou a Estrada Real em importância.

Em 1846 era inaugurado, em Santa Cruz, a primeira agência fixa dos Correios, em 1881 foi construído o matadouro, e em 1934 foi instalado o único hangar de dirigíveis do mundo. Com a chegada da linha férrea há um aumento da concentração populacional e de postos comerciais nessas regiões e o processo de integração com a cidade é acelerado.

Até os anos de 1920, Realengo e Santa Cruz eram considerados distritos da Freguesia do Campo Grande, e, portanto, parte da zona rural do município do Rio de Janeiro, junto com demais freguesias localizadas à oeste (Jacarepaguá, Santa Cruz e Guaratiba). Se comparado a regiões como Méier ou Engenho Novo, no mesmo período, é possível perceber que estes

bairros da Zona Norte já haviam atingido uma fase significativa em seus processos de urbanização, e passaram a ser consideradas integrantes do que veio a ser caracterizado como o subúrbio carioca.

À medida que ocorre o fortalecimento desta estrutura urbana, com o desenvolvimento do transporte ferroviário e do aumento populacional, esses bairros são incorporados ao conhecido subúrbio carioca. Abreu (1986) identifica, de maneira mais abrangente, quando esse processo de ocupação deixa de ser conduzido espontaneamente e passa a contar com a interferência dos setores públicos e privados, quando aponta que

até meados da década de 1880, o processo de retalhamento de terras nos subúrbios era comandado principalmente pelo pequeno proprietário de terra, que retalhava a sua “chácara” em lotes, vendendo-os em leilão. A abertura de [...] novos eixos de penetração na área suburbana modificou substancialmente esse processo. Atraídos pela perspectiva de lucros fartos e rápidos, diversos bancos e companhias nacionais e estrangeiros logo adquiriram grandes glebas de terra, convertendo-as em lotes à medida que as ferrovias iam sendo inauguradas ou melhoram seu tráfego suburbano. [...] que viabilizou, para muitos e antes mesmo da Reforma Passos, a moradia fora da área central. (Abreu, 1986, p.226)

É interessante perceber que, diferentemente de outros trechos que hoje compreendem as áreas suburbanas do Rio, onde pode ser debatida maior influência das companhias de bondes, como apresenta Fernandes (2011, p.120), na maior parte do que viria ser a Zona Oeste (e a Baixada Fluminense) é indubitável a interferência direta do sistema ferroviário, especificamente da Estrada de Ferro D. Pedro II. O ramal de Santa Cruz da Estrada de Ferro Central do Brasil, a antiga Estrada de Ferro D. Pedro II, atravessava toda a freguesia e possuía inicialmente cinco estações, sendo elas: Realengo, Santa Cruz e Campo Grande (estas três inauguradas em 2 de dezembro de 1878), Bangu (em 1º de maio de 1890), Santíssimo (23 de novembro de 1890) e Paciência (29 de maio de 1897).

Junto com o sistema ferroviário, como já citado, a presença dos bondes foi um aspecto extremamente relevante no desenvolvimento do transporte, começaram a ser implantados em 1894, quando parte da Zona Norte e a Zona Oeste ainda eram tratadas como áreas rurais. Os bondes, ainda movidos a tração animal, ligavam Campo Grande a lugares mais distantes como Pedra e Ilha de Guaratiba, seguindo a Estrada do Monteiro. Em 1913 se inicia o projeto de modernização dos bondes, com a proposta de criação de uma linha elétrica de ferro-carril, e então surge a ligação entre os bairros de Madureira e Santa Cruz, com um ramal de 38 km, organização em sub-ramais: de Madureira a Realengo, acompanhado a Estrada Real de Santa Cruz (10 km); de Realengo a Campo Grande, passando pelas Fazendas do Retiro e Capoeiras (16 km); do Retiro à Fazenda do Guandu do Sena, seguindo o rio de mesmo nome (18 km);

de Campo Grande a Estrada do Viegas (11 km). Além dos trechos citados também haviam outros ramais na região de Campo Grande, como o que acompanhava a Estrada dos Palmares (com 16 km de comprimento) e o que seguia pela Estrada do Rio da Prata do Mendanha (4 km). (Mansur, 2022)

A Zona Oeste integra efetivamente o Rio de Janeiro, com a delimitação que reconhecida atualmente, com o ato adicional de 1834, que deu origem ao Município Neutro (ou da Corte), que demarcou o que seria a capital e a Província do Rio de Janeiro. Logo após a proclamação da República, esta área passou a ser reconhecida como a zona rural do então Distrito Federal, até que ocorresse a transferência da capital federal para Brasília, em 1960, quando foi nomeada de Zona Oeste.

Com novas alterações trazidas pelo ato Adicional de 1834, que instituiu o Município Neutro, que posteriormente se tornaria o Distrito Federal, o aspecto religioso se funde também ao administrativo para o manejo das freguesias. Com o auxílio da produção de Noronha Santos (1965) é possível observar esta delimitação da cidade:

Ainda hoje persistem dúvidas atinentes às antigas delimitações das freguesias da Cidade do Rio de Janeiro, que eram, mais ou menos, as das agências das fiscalizações municipais. [...] Desde os tempos coloniais que se cuida da demarcação do que os antigos chamavam - recôncavo da cidade, zona da cidade, zona do campo. A resolução de 15 de outubro de 1808 limitou a cidade para o pagamento da décima, por um lado pelo rio das Laranjeiras, e por outro pelo rio Comprido. [...] Em 1830 regularizou-se o limite da cidade e de seu termo. Sob regência deram-se providências para arrecadação da décima urbana, demarcando-se o que se conhecia com nome de cidade. No código de Posturas de 1838, nas leis de 1842 e 1845, entende-se por zona da cidade urbana até o Engenho Novo, e rural, ou por fora dos limites para a cobrança do imposto federal: Inhaúma, Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz, Ilha do Governador e Paquetá. (Delgado, 1990, p.114 apud Noronha, 1965)

A região que inicialmente concentrou atividades rurais, viu suas pequenas áreas urbanas expandirem com a chegada do Matadouro Industrial de Santa Cruz (1870), a Fábrica de Tecidos Bangu (1889), a Fábrica de Cartuchos do Realengo (1898), a Escola Militar do Realengo (1913), serviços militares e processos de remoções de favelas das áreas centrais, ao mesmo tempo que a influência da expansão da malha ferroviária junto à Estrada Real de Santa Cruz, construída durante o século XIX.

Em 15 de novembro de 1906, quando Marechal Hermes da Fonseca assume o antigo Ministério da Guerra a presença militar já identificada cresce em tamanho e importância, consolidado pela criação da Vila Militar, iniciada em 1904, refinando as atribuições que antes estavam destacadas no bairro de Realengo, com a presença de escolas, centros de treinamento,

praças e uma variedade de infraestrutura voltada para as necessidades de ampliação do Exército Brasileiro, seus soldados e suas famílias.

A região da Zona Oeste, que outrora havia desempenhado um importante papel na produção agrícola, em especial com o plantio e venda de laranjas, é descaracterizada em função do que foi chamado de crise da citricultura, após o início da Segunda Guerra Mundial, quando as rotas de escoamento da produção são diretamente afetadas pelos conflitos, somado a uma praga que se apoderou e dizimou os laranjais.

A presença da citricultura se estendeu por um longo tempo e conviveu com as modificações trazidas pela chegada dos primeiros aquartelamentos e da indústria.

De fato, os espaços que começavam dali em diante, até a Segunda Guerra Mundial, estavam ocupados de forma extensiva, com os laranjais de Campo Grande que extravasaram pelos municípios da baixada, como Nova Iguaçu; as áreas de pastoreio em Santa Cruz, por um típico subúrbio ferroviário industrial como a Fábrica Bangu empresa que deteve uma extensa faixa de terra entre os Maciços do Mendanha e da Pedra Branca, espaçosas instalações militares entre as estações de Deodoro e Realengo. (Fernandes, 2011 p.43)

A crise do sistema de citricultura impactou diretamente esta parte do município, onde as lavouras deram lugar a inúmeros loteamentos. Diante disso, proprietários de sítios e chácaras de laranja repartiram suas terras e as venderam para aqueles que demonstravam interesse imobiliário, para a construção de casas. E outros terrenos que foram abandonados por seus antigos donos passaram a ser ocupados por moradores oriundos das classes populares, em busca de terreno para construção de suas moradias. A influência da presença militar é notável até o dia de hoje, obviamente bastante reduzida se comparada até meados do século passado, onde atingiu seu ápice.

Na década de 1960, sob comando do governador Carlos Lacerda, o programa de remoção de favelas foi conduzido na área central da cidade, impondo o deslocamento de diversas famílias para a Zona Oeste, aumentando o contingente populacional e a demanda de infraestrutura nos bairros integrantes.

No início do século XX

os subúrbios, portanto, pareciam ser mais heterogêneos do que supunha o discurso da imprensa, técnicos e autoridades políticas da época. Mas essa heterogeneidade estava bem circunscrita a áreas específicas da região. Ele tendia ser maior nos centros mais povoados do subúrbio, em especial as áreas que circundavam as estações de trem da Central do Brasil e da Leopoldina e as que eram servidas por linhas de bonde, como o eram as localidades como Méier, Engenho de Dentro, Realengo e os centros de Bangu, Campo Grande e Santa Cruz. Ali tanto se podia encontrar pessoas de segmentos considerados como de classe média - profissionais liberais, comerciantes, funcionários públicos (civis e militares), como trabalhadores das camadas mais populares, como empregadas domésticas, agentes do comércio ambulante, operários, profissionais da área de serviços e comércio (garçons,

sapateiros, padeiros, motorneiros, *chofeurs*, barbeiros, policiais, guardas etc.).(Santos, 2011, p. 262)

E como já apresentado anteriormente, a região suburbana foi ocupada por grandes fazendas, onde viviam pequenos lavradores e pessoas que ofereciam diversos serviços, como carpintaria, reparos domésticos e públicos, comércio e artesanatos (Santos, 2011, p.) Há registros no jornal Gazeta Suburbana que evidencia este perfil:

Entretanto, os que ali habitam são homens do trabalho, são lavradores, pescadores, carvoeiros, alguns negociantes e um ou outro raro empregado federal ou da Prefeitura. Por que não se protege e não considera mais aquella gente honrada e amiga? (Gazeta Suburbana, 14 de agosto de 1920, p. 3)

Em 1940, o Censo Demográfico, que organizava a área metropolitana nos seguintes agrupamentos: centro; área periférica central; Zona Sul; Zona Norte; Zona Suburbana I; Zona Suburbana II; Zona “Rural”; Subúrbios Periféricos I e Subúrbios Periféricos II. O bairro de Realengo estava inserido no núcleo da Zona Suburbana II e Santa Cruz na Zona “Rural”.

Com os resultados obtidos pelo Censo é possível medir o impacto da presença militar através da distribuição ocupacional da população residente, e também a diversidade nas características desses subúrbios. Em Realengo a população atuante no setor de administração pública e defesa nacional era de 24%, número superior quando comparado com outros bairros ou o total da área metropolitana (com exceção da área das Ilhas que marcaram 32%)

Com auxílio da Tabela 01, é possível observar que embora, nesse período, Santa Cruz tenha maior relevância nas atividades rurais ou em condições inativas, as atividades voltadas para a administração pública e defesa nacional marcam a casa dos 14%, o que confirma um determinado crescimento já que na década seguinte sobe para os 17%.

Tabela 01 - Distribuição ocupacional da população economicamente ativa na área metropolitana do Rio de Janeiro (1940)

Localização	Atividades agrícolas e extrativas (%)	Indústria de transformação (%)	Comércio (%)	Transporte e Comunicação (%)	Administração pública e defesa nacional(%)	Profissões liberais (%)	Serviços e atividades sociais (%)	Inativos e outros (%)	Total
Centro	2	14	28	7	10	3	24	12	30.868
Área periférica central	1	20	20	9	9	2	21	17	101.089
Zona Sul	1	16	19	6	16	6	20	23	106.861
Zona Norte	1	23	19	6	14	4	13	20	85.125
Zona Suburbana I	1	25	14	10	13	2	12	22	233.597
Zona Suburbana II	5	24	8	8	17	1	11	25	73.522
Pavuna	2	27	9	10	10	1	13	28	21.698
Anchieta	3	28	8	11	12	1	11	26	13.550
Realengo	8	20	7	7	24	1	9	24	38.274
Zona “Rural”	28	7	7	5	11	1	9	31	28.142
Campo Grande	23	9	8	6	11	1	8	34	14.407
Guaratiba	54	3	3	2	8	0	6	24	5.327
Santa Cruz	21	7	7	6	14	0	14	31	8.408
Subúrbios Periféricos	17	22	8	9	7	1	10	26	55.145
Subúrbios Periféricos II	18	22	9	8	8	1	8	26	34.713

Fonte: Abreu, 1987, p. 132 (adaptada)

2.4 A segregação nos subúrbios

Como foi possível observar, o surgimento dos subúrbios cariocas está diretamente ligado à construção das primeiras linhas de trem, como a Estrada de Ferro Central do Brasil (inaugurada em 1858) e a Estrada de Ferro Leopoldina. As ferrovias desempenharam um papel crucial na expansão urbana da cidade, permitindo que áreas mais afastadas do centro

fossem ocupadas pela população que, até então, morava em cortiços e habitações precárias na região central.

Com a crescente industrialização e urbanização do Rio de Janeiro no final do século XIX, os bairros suburbanos passaram a se desenvolver ao longo dessas linhas férreas. Essa ocupação foi inicialmente promovida por pequenos proprietários e trabalhadores que construíam suas residências perto das estações de trem, buscando facilitar o deslocamento diário até o centro da cidade. Dessa forma, a ferrovia se tornou um eixo de estruturação desses territórios, e o trem passou a ser o principal meio de transporte para os trabalhadores suburbanos.

No entanto, o desenvolvimento dessas áreas não foi acompanhado pelo investimento público em infraestrutura, o que contribuiu para que o subúrbio fosse estigmatizado como um local de precariedade. A ausência de políticas públicas que garantem saneamento, iluminação pública, pavimentação e serviços sociais fez com que esses bairros fossem vistos como regiões de segunda categoria, o que reforçou a segregação social e geográfica entre o centro e os subúrbios.

O processo de formação dos subúrbios também foi marcado por uma profunda segregação socioespacial. As reformas urbanas do prefeito Pereira Passos, por exemplo, resultaram na expulsão de milhares de famílias das classes populares do centro da cidade. Esse fenômeno ficou conhecido como a política de “bota-abaixo”, que, ao demolir moradias populares, promoveu um processo de “limpeza social” no centro da cidade, deslocando as classes mais pobres para as áreas suburbanas.

A segregação socioespacial, na perspectiva de Fernandes, é o processo pelo qual diferentes classes sociais são separadas em diferentes espaços urbanos, reforçando desigualdades e criando barreiras ao acesso a recursos e oportunidades. No caso dos subúrbios cariocas, esse fenômeno não foi apenas um efeito colateral da modernização da cidade, mas um processo deliberado de exclusão das camadas populares.

Fernandes destaca que essa segregação foi facilitada pela geografia da cidade e pelo desenvolvimento dos sistemas de transporte, particularmente as ferrovias. As linhas ferroviárias, que deveriam facilitar a mobilidade e a integração dos subúrbios ao centro, acabaram por se tornar um fator de segregação. Isso ocorreu porque, ao invés de promoverem a integração plena dos subúrbios ao tecido urbano, as ferrovias serviram para manter os trabalhadores distantes do centro, garantindo sua função como “cidade-dormitório”. Essas áreas recebiam pouca ou nenhuma atenção do poder público em termos de infraestrutura,

saneamento ou serviços de educação e saúde, o que reforçava a sensação de distanciamento e inferioridade.

Enquanto o centro era remodelado para atender aos interesses das elites, os subúrbios foram relegados ao abandono e à marginalização. Assim, o subúrbio carioca se tornou sinônimo de exclusão, um espaço destinado a abrigar aqueles que não podiam pagar pelos altos custos das moradias no centro ou na zona sul. A construção desse estigma social foi reforçada por décadas de desinvestimento público e políticas que aprofundaram as desigualdades entre os diferentes bairros da cidade.

As elites cariocas, por sua vez, passaram a utilizar o termo “subúrbio” de forma pejorativa, associando-o à pobreza, à falta de qualificação profissional e à precariedade. Essa conotação negativa perdurou ao longo das décadas e consolidou-se no imaginário popular, afetando a percepção que a própria cidade tinha sobre esses territórios e seus habitantes.

A desmoralização da classe trabalhadora nos subúrbios cariocas é um fenômeno de caráter tanto material quanto simbólico. No aspecto material, a falta de investimentos em infraestrutura, saneamento, transporte e educação nas regiões suburbanas reforçou a exclusão social e econômica dessas populações. As condições de vida nos subúrbios eram frequentemente precárias, com ruas de terra batida, falta de saneamento básico e oferta limitada de serviços públicos.

Esse abandono por parte do Estado contribuiu para a construção de um imaginário social em que o subúrbio era sinônimo de atraso e inferioridade. A associação dos subúrbios à classe trabalhadora, que ocupava posições subalternas no mercado de trabalho, reforçou essa percepção. O trabalhador suburbano, longe do centro e das oportunidades, passou a ser visto como alguém marginalizado tanto no espaço urbano quanto na dimensão social.

O estigma em torno do subúrbio foi construído não apenas pela distância física, mas também pela construção simbólica de uma identidade suburbana ligada à falta de civilidade e à "periferização" dos costumes. Nesse sentido, a classe trabalhadora foi desmoralizada tanto por sua localização geográfica quanto por sua posição social. O subúrbio, em vez de ser visto como um espaço de trabalhadores que moviam a economia da cidade, foi retratado como um espaço de atraso e violência, reforçando uma hierarquia social baseada na geografia urbana.

A mídia, a cultura popular e, conseqüentemente, o senso comum desempenharam um papel significativo na consolidação desse demérito em torno do subúrbio e da classe trabalhadora ali abrigada. As representações dos subúrbios em novelas, filmes e músicas frequentemente retratam essas áreas como locais de pobreza, violência e marginalidade. Esses discursos culturais contribuem para reforçar a ideia de que os subúrbios são o "outro" da

cidade, uma área distante tanto física quanto culturalmente da modernidade e do prestígio da zona sul e outras áreas entendidas como nobres.

O interessante nessas diferentes conotações do que de fato seria esse tal “subúrbio carioca” ou não é a o papel que as classes dominantes exercem na determinação do espaço, selecionando os lugares para atender suas próprias necessidades de *status quo* e jogadas políticas. Sendo assim,

é a classe social que determina o que é subúrbio, a geografia não importa, a tal ponto de a posição excêntrica e francamente suburbana da Barra da Tijuca ser vista como um acidente, algo fora dos nossos padrões e difícil de ser admitido. (Fernandes, 2011, p. 36).

Um importante marcador dessa segregação é o próprio estilo de vida e de acesso à cidade, buscando uma similaridade irreal com outras capitais de renome internacional, como cita Gralha (2009) “na Nova República o mais importante era se livrar do aspecto provinciano e assumir uma mentalidade e aparência europeia, buscar uma nova construção ideológica, uma nova ideia do que se aspirava, o combate à mentalidade colonial ocupou a cena”.

A compreensão do subúrbio carioca como um conceito distinto e multifacetado envolve uma análise que passa pela história, pela geografia e pelas questões sociais. Ao longo de mais de um século, o subúrbio se consolidou como um espaço de exclusão e marginalização, mas também como um território de resistência e formação de identidades próprias. A desmoralização da classe trabalhadora suburbana foi uma constante no desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro, mas os subúrbios também se tornaram um símbolo de luta e resiliência frente às desigualdades sociais e urbanas da cidade.

2.5 Um subúrbio militar

Embora não seja propriamente uma categoria técnica do planejamento urbano, a expressão “subúrbio militar” passou a ser utilizada em diferentes contextos durante análises sobre a presença militar no espaço urbano, seja no passado ou no presente. Diante disso, surge a necessidade de balizar a perspectiva que será utilizada nesta pesquisa e os critérios que permitiram classificar os bairros aqui abordados como subúrbios militares. Isso engloba três principais pontos:

1. A presença de instalações militares consideradas estratégicas, como quartéis, fábricas, bases militares e centros de instrução e treinamento;

2. Urbanização estruturada para satisfazer as necessidades das Forças Armadas, como as vilas de operários, residências para militares, locais de armazenamento, escolas e comércio;
3. Impacto direto da atividade militar na organização e economia local, assim como na identidade do território.

Em um enquadramento mais amplo dos estudos de urbanização do Rio de Janeiro, a principal característica que define Santa Cruz, Realengo e Vila Militar como subúrbio seria sua conexão com a ferrovia. A inauguração da Estação de Realengo, em 1878, como parte da antiga Estrada de Ferro Dom Pedro II (posteriormente Estrada de Ferro Central do Brasil), foi um dos fatores que determinou o desenvolvimento do bairro. A inauguração da estação ferroviária de Santa Cruz, no mesmo período, não apenas simplificou o transporte de mercadorias (como açúcar e café provenientes de antigas fazendas locais), mas também possibilitou a locomoção de trabalhadores até o centro da cidade. Este processo se intensificou no século XX, quando Santa Cruz e Realengo começaram a receber grandes projetos industriais e militares, tornando-os em centros estratégicos para a defesa do país. Embora a Vila Militar tenha características específicas por ser uma área destinada ao Exército Brasileiro, sua localização e a dependência do transporte ferroviário para a mobilidade urbana assemelham-se a outros bairros suburbanos que se desenvolveram ao longo das linhas de trem.

Assim como muitos outros bairros suburbanos do Rio de Janeiro, Realengo se desenvolveu a partir da expansão das linhas férreas e da migração das classes trabalhadoras expulsas do centro devido às reformas urbanas realizadas no final do século XIX e início do século XX. Durante o processo de modernização da cidade, especialmente com a reforma do prefeito Pereira Passos (1902-1906), a população mais pobre foi removida das áreas centrais e empurrada para regiões mais afastadas, incluindo Realengo. Esse movimento consolidou o bairro como um destino das classes populares e trabalhadoras, uma característica típica dos subúrbios cariocas.

Já a criação da Vila Militar ocorreu no início do século XX, durante o governo do então ministro da Guerra, Marechal Hermes da Fonseca, foi parte de um projeto de reorganização e expansão das atividades militares no Rio de Janeiro. A escolha da área para a instalação da Vila Militar foi influenciada pela proximidade com Realengo, um bairro já consolidado como subúrbio e que abrigava várias instituições militares e indústrias.

A fundação da Vila Militar representou uma extensão do processo de urbanização e desenvolvimento suburbano, pois essa região, anteriormente rural, começou a atrair uma

população de militares, servidores e suas famílias. A ocupação foi acompanhada por um aumento da infraestrutura e serviços voltados para atender às necessidades dos moradores, caracterizando um processo típico de formação dos subúrbios cariocas.

A Vila Militar foi concebida como um espaço reservado para os militares e suas famílias, o que gerou uma segregação espacial e social. Apesar de possuir infraestrutura própria e ser relativamente mais organizada do que outros bairros suburbanos, a Vila Militar permaneceu isolada dos investimentos públicos destinados às áreas centrais da cidade.

Esse isolamento contribuiu para reforçar a identidade suburbana do bairro, visto que, assim como outros subúrbios, a Vila Militar não recebia os mesmos investimentos e não participava do mesmo dinamismo econômico que os bairros centrais. O bairro funcionava como um espaço de moradia para os militares que se deslocavam diariamente para outras áreas para trabalhar ou estudar.

Sendo assim, Realengo e Vila Militar, como a maioria dos subúrbios cariocas, foram marcados pela segregação socioespacial. Historicamente, o bairro recebeu poucos investimentos em infraestrutura e serviços públicos comparado às áreas mais nobres, como o centro e a zona sul do Rio de Janeiro.

Essa segregação também se reflete na ausência de planejamento urbano adequado em Realengo, com ruas que se desenvolveram de forma desordenada e falta de saneamento básico, elementos que são comuns aos subúrbios formados sem suporte público.

Embora a Vila Militar tenha sido planejada com uma infraestrutura voltada para atender às necessidades de seus moradores militares, ela ainda mantém uma infraestrutura que se assemelha a de muitos subúrbios cariocas, com ruas internas, áreas residenciais delimitadas e serviços básicos.

Em comparação aos bairros centrais e mais destacados da cidade, a Vila Militar não possui os mesmos recursos e investimentos, o que reforça sua imagem de subúrbio. Além disso, o bairro também enfrenta desafios comuns a outras áreas suburbanas, como a falta de serviços de alta complexidade, comércio restrito e oferta limitada de entretenimento.

Em Realengo a ocupação foi predominantemente residencial e voltada para a classe trabalhadora e setores médios. A presença militar no bairro, especialmente com a construção da Vila Militar, consolidou Realengo como um espaço de moradia para oficiais e soldados, assim como para trabalhadores industriais e seus familiares.

Estes bairros, sobretudo Realengo e Santa Cruz, atualmente possuem características que se assemelham a outras áreas suburbanas que funcionam como "bairros-dormitório". Isso significa que o bairro é predominantemente residencial e possui pouca atividade econômica e

comercial própria, obrigando seus moradores a se deslocarem para outras regiões para acessar serviços e oportunidades de emprego.

Essa composição socioeconômica reflete a realidade de muitos bairros suburbanos, que são caracterizados por uma população majoritariamente trabalhadora, em contraste com os bairros mais centrais e abastados da cidade.

A caracterização como subúrbio também pode ser observada na forma como eles se desenvolveram economicamente. Diferente de bairros de classe média alta, Realengo se estabeleceu como um subúrbio proletário, recebendo moradores com vínculos militares ou empregos na indústria local. A concentração de atividades econômicas voltadas para o comércio e serviços de apoio ao cotidiano dos moradores e a ausência de grandes centros empresariais ou atividades de alto valor agregado também são marcas de um bairro suburbano.

CAPÍTULO 3 – O Papel do Exército na Produção do Espaço Urbano em Bairros Suburbanos: Realengo, Vila Militar e Santa Cruz

Como discutido nos capítulos anteriores, a urbanização do Rio de Janeiro, marcada por ciclos de expansão e transformação, não pode ser compreendida sem analisar a atuação estratégica das Forças Armadas, em especial do Exército Brasileiro. Enquanto a região central da cidade consolidou-se como núcleo político e econômico desde o período colonial, a Zona Oeste permaneceu por séculos como uma vasta área rural, distante dos interesses imediatos do poder público. No entanto, a partir do século XIX, a necessidade de modernização das estruturas militares, aliada à disponibilidade de terras e à lógica geopolítica, transformou bairros como Realengo, Vila Militar e Santa Cruz em um espécie de laboratórios de intervenção estatal. Essas localidades, outrora caracterizadas por engenhos, pastagens e estações ferroviárias isoladas, tornaram-se espaços onde o Exército (e a Aeronáutica no caso de Santa Cruz) não apenas ocupou terras, mas modelou a urbanização, definindo traçados, infraestruturas e dinâmicas sociais que persistem até hoje.

Essas dinâmicas sociais se manifestam, principalmente, na alteração das relações comunitárias e nos padrões de uso e ocupação do espaço devido à presença militar. Ao delimitar zonas claramente delimitadas - com áreas de residência e recreação para oficiais, locais de treinamento e vias de acesso restrito -, o Exército e a Aeronáutica estabeleceram um tipo de segregação socioespacial que persiste até os dias atuais, demarcando áreas "privilegiadas" e outras mais periféricas e desprovidas de assistência.

Esta estrutura rígida do território, marcada pela disciplina militar, gerou comunidades unidas, onde celebrações, associações e redes de solidariedade se concentravam no universo militar. Ao mesmo tempo, gerou dependências econômicas: estabelecimentos comerciais, escolas, postos de saúde e sistemas de transporte foram estruturados para satisfazer primeiramente as necessidades da guarnição.

Apesar do controle estatal ser severo, houve apropriações híbridas: antigos quartéis ou vias de acesso foram reabertos por cidadãos em busca de moradia ou áreas de convivência comunitária, expondo formas de resistência que desafiavam o planejamento oficial. Assim, as regiões militarizadas transformaram-se em laboratórios urbanos onde a disciplina, a hierarquia e as sociabilidades específicas se entrelaçaram, gerando padrões de convivência e conflitos de poder que ainda influenciam a vida nesses bairros.

O século XIX foi um período crucial para essa transição. Com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808, o Rio de Janeiro assumiu papel central nas estratégias de

defesa do Império. A criação de instituições como a Escola Geral de Tiro em Realengo (1857) e a Fábrica de Cartuchos (1898) refletiu a dualidade das ações militares: formar quadros técnicos e, simultaneamente, garantir o controle territorial. Como destaca Fernandes (2011), “o Exército atuou como um agente híbrido, mesclando interesses bélicos, industriais e civilizatórios” (p. 43). Essas instalações não apenas atraíram militares, mas também operários, comerciantes e famílias, criando núcleos urbanos que dependiam diretamente da presença militar. A Estrada de Ferro Central do Brasil, inaugurada em 1858, ampliou essa dinâmica, integrando regiões distantes ao centro e facilitando o transporte de tropas e recursos.

Em Realengo, a ocupação militar iniciou-se com a Escola de Tiro, mas consolidou-se com a instalação da Escola Militar do Realengo em 1905, que formou gerações de oficiais até sua desativação em 1944. A presença dessas instituições redefiniu a paisagem: vastos campos de instrução substituíram laranjais, e quartéis ergueram-se onde antes havia ranchos. O bairro tornou-se um espaço de exceção, onde o Estado atuava com autonomia, desenhando ruas, praças e sistemas de saneamento conforme suas prioridades. Fridman (1999) ressalta que “o urbanismo militar em Realengo não seguia a lógica do mercado imobiliário, mas sim a cartografia do poder” (p. 128). Essa lógica explica, por exemplo, a construção do Conjunto Habitacional do IAPI na década de 1940, projeto que combinava moradias populares com a necessidade de fixar mão de obra próxima às fábricas de munições.

A Vila Militar, projetada no início do século XX como um complexo autossuficiente, ilustra o plano de criação de um território militarizado. Inaugurada em 1910, a vila abriga, até os dias de hoje, quartéis, residências para oficiais, escolas e até um hospital, organizados em um traçado geométrico que contrastava com o crescimento orgânico dos subúrbios ferroviários. A proximidade da linha férrea não apenas garantia acesso rápido ao centro, mas também funcionava como barreira simbólica, separando a área nobre (destinada a oficiais) dos alojamentos de praças e operários. Esse modelo influenciou até mesmo a arquitetura, com casas em estilo neocolonial para oficiais e construções austeras para subalternos.

Santa Cruz, por sua vez, ilustra como a presença militar se entrelaçou com projetos de modernização tecnológica. A Fazenda Real de Santa Cruz, antigo empreendimento colonial, transformou-se no século XX em polo da aviação militar com a criação da Base Aérea de Santa Cruz (BASC) em 1916. A base, estratégica durante a Segunda Guerra Mundial, trouxe infraestrutura de alta tecnologia para a época, como pistas de pouso e sistemas de radar, para uma região ainda predominantemente rural. No entanto, como observa Santos (2019), “a modernização técnica conviveu com a exclusão social: enquanto a BASC recebia investimentos federais, os bairros vizinhos se expandiram sem planejamento, marcados por

loteamentos irregulares” (p. 402). A instalação do 1º Batalhão de Engenharia de Combate (1944) reforçou esse contraste, promovendo obras de drenagem e pavimentação, mas sem resolver problemas como a falta de habitação digna para migrantes.

A atuação do Exército nesses bairros também teve implicações simbólicas. Nomes de ruas homenageando militares (como Marechal Hermes e General Sezefredo), monumentos como o Marco da Aviação em Santa Cruz, e até a arquitetura de prédios públicos reforçavam uma narrativa de ordem e progresso associada às Forças Armadas. Essa simbologia, porém, escondia tensões. Na Vila Militar, a rigidez hierárquica limitava a integração social entre civis e militares, criando uma espécie de enclaves fortificados⁸.

Ao analisar esses casos, percebe-se que o Exército não foi um mero coadjuvante na urbanização carioca, mas um dos protagonistas e com seus objetivos próprios. Suas intervenções combinavam necessidades operacionais, como treinamento e logística, com uma visão de Estado que priorizava segurança nacional sobre demandas locais. Como argumenta Fernandes (2006), “as Forças Armadas moldaram o espaço urbano não por benevolência, mas por cálculo estratégico, transformando terrenos em territórios de controle” (p. 12). Essa lógica explica, por exemplo, a escolha de áreas afastadas para instalações militares, liberando o centro para especulação imobiliária, enquanto garantiam zonas de influência na periferia.

3.1 A categoria de paisagem militar

O debate acerca do impacto da urbanização militar no Rio de Janeiro tem ganhado mais destaque na área de urbanismo e na geografia, particularmente à medida que se reconhece o impacto das estruturas militares na construção da malha urbana. A combinação de áreas pertencentes ao Exército, com seus projetos específicos e critérios funcionais, resultou na formação de uma paisagem urbana única, visível em vários bairros da Zona Oeste, eixo que será melhor discutido ao longo deste capítulo, que será tratado a partir da categoria de paisagem militar.

Trabalhos e estudos mais recentes destacam a importância de entender não somente os aspectos estéticos dessas intervenções, mas também suas consequências na dinâmica social e na organização espacial da cidade. Históricos de urbanização de bairros como os tratados

⁸Enclaves fortificados são áreas, geralmente em espaços urbanos, caracterizadas pela intensa presença de estruturas de segurança e controle, tais como bases militares, quartéis ou instalações estratégicas, que se distanciam do ambiente circundante através de obstáculos físicos e normas de acesso específicas. Em regiões militarizadas, esses enclaves influenciam não somente a ocupação do território, mas também a vida social circundante, estabelecendo zonas de influência que frequentemente intensificam as desigualdades e as dinâmicas de separação entre diversos grupos sociais.

nesta dissertação evidenciam, através de estudos de caso, a influência da arquitetura militar na configuração dos espaços urbanos, sobretudo no Rio de Janeiro.

Neste estudo, a ideia "paisagem militar" será vista como um espaço construído que combina as necessidades operacionais das Forças Armadas com características estéticas e organizacionais inerentes ao ideal de modernização. Esses espaços, além de serem áreas funcionais, representam símbolos de poder: suas construções, divisões territoriais e permanência prolongada influenciam a vivência urbana, fortalecendo identidades coletivas e definindo normas de organização social. Assim, o cenário militar não apenas espelha, mas também gera dinâmicas de controle e pertença que persistem na estruturação do tecido urbano.

Fernandes (2006) destaca justamente o peso que estas instituições possuem no Rio de Janeiro, ao afirmar que

os espaços militares têm uma grande força de permanência, num certo sentido comparável à das instituições religiosas e seus edifícios, bem como uma lógica espacial subordinada a seus interesses e objetivos particulares. Foram estes elementos que orientaram onde e como determinadas áreas da cidade passaram a ser incorporadas para o desenvolvimento de suas atividades. Assim, de leste a oeste e de norte a sul, o território do município está marcado por muitas instalações militares, algumas com a extensão de vários bairros, como nos casos de Vila Militar e Bases Aéreas do Galeão e dos Afonsos. São Cristóvão, Praia Vermelha, Realengo e Grajaú têm ou tiveram diferentes unidades militares, que não raro possuíam também vilas ou conjuntos residenciais. Na própria área central da cidade existem grandes unidades do exército: a monumental e antiga sede do Ministério da Guerra, no Campo de Santana; da Marinha, no litoral entre a Praça 15 e a Praça Mauá e mais um conjunto de ilhas próximas; e da Aeronáutica, na Esplanada do Castelo e Aeroporto Santos Dumont.

A influência do urbanismo militar é particularmente evidente na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Os bairros como Realengo, Santa Cruz e regiões adjacentes à Vila Militar de Deodoro mostram evidências evidentes do planejamento e implementação de projetos militares destinados à construção de espaços estruturados e funcionalmente distintos. Por exemplo, esses projetos incluíam traçados ortogonais, avenidas largas e uma distribuição estratégica de infraestruturas coletivas, tais como quartéis, alojamentos e áreas de treinamento.

Em sumo, é possível afirmar que a categoria de "paisagem militar" refere-se a áreas geográficas que são influenciadas e moldadas por atividades militares. Estas paisagens podem incluir campos de batalha, áreas de treinamento militar e locais de memória militar. A definição e o estudo dessas paisagens são multidisciplinares, abrangendo geografia, história, e antropologia, entre outros campos.

As paisagens militares são complexas e multifacetadas, abrangendo desde locais de conflito até áreas de conservação. Elas são estudadas através de um olhar interdisciplinar que

considera tanto os impactos físicos quanto os culturais e simbólicos (Pearson, 2012). A compreensão dessas paisagens é crucial para debates sobre militarismo e suas implicações sociais e em alguns casos até ambientais.

3.2 O bairro de Realengo

O atual bairro de Realengo, situado na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, teve suas origens em uma porção da antiga Freguesia de Nossa Senhora do Desterro do Campo Grande, cujas terras foram destinadas ao uso foreiro por meio de uma Carta Régia emitida por D. João VI em 1814. Esse documento marcou o início de um processo de ocupação e organização do território, ainda que de forma incipiente, já que a região permaneceu por muito tempo distante dos grandes centros urbanos e dos interesses imediatos da Coroa.

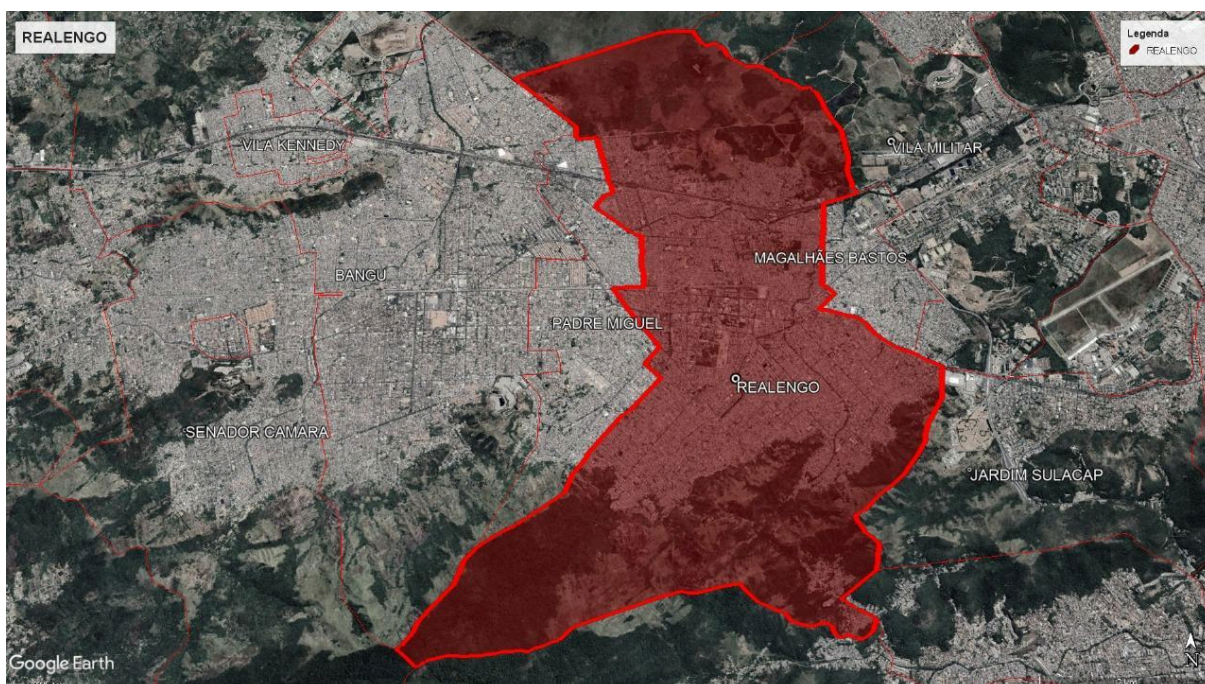


Figura 13: localização do bairro de Realengo (1 : 2 000 000). Fonte: QGIS, 2025.

Quanto à origem do nome "Realengo", existe uma saudável polêmica entre as duas versões principais. A primeira, ligada às tradições populares, sugere que o nome teria surgido da abreviação do termo "Real Engenho" (escrito como "Real Engº" nas placas que indicavam os caminhos da região). A segunda versão, de veracidade comprovada, servirá como base para

as análises ao longo desta pesquisa, relaciona-se diretamente ao termo *reguengo*⁹, derivado do latim, com dois significados aparentemente opostos, mas que, na prática, traduzem de forma precisa a dualidade do tratamento dado a essa área: 1) aquilo que é próprio do rei, ou seja, de caráter régio; e 2) algo sem dono, público, abandonado ou em desordem.

Essa aparente contradição reflete exatamente a natureza do território de Realengo, que, embora fosse propriedade da nobreza portuguesa, era visto como uma área distante, de uso secundário, destinada a fins como descanso, repouso, pastagem e utilização pública por parte daqueles que não possuíam terras próprias. No entanto, essa ocupação não implicava a transferência definitiva da posse, mantendo-se sob o domínio real e sob um regime de uso compartilhado e temporário. Essa dualidade entre o real e o público, entre o ordenado e o abandonado, marcou profundamente a história e a identidade de Realengo, influenciando seu desenvolvimento urbano e social ao longo dos séculos.

Através de importantes registros históricos contidos nas obras de Noronha Santos, especialmente no livro “As Freguesias do Rio Antigo”, é possível identificar as singularidades que marcaram o desenvolvimento do então povoado de Realengo. Diferente de outras áreas da antiga Freguesia do Campo Grande, que seguiam um ritmo de ocupação e urbanização mais lento e desorganizado, Realengo destacava-se por estar respaldado por decretos da realeza e pelos interesses específicos da administração municipal. Esses fatores conferiram ao povoado um rumo distinto, moldado por uma combinação de influências políticas, econômicas e sociais que o diferenciam de outros trechos da freguesia.

Enquanto muitas áreas permaneciam relegadas ao abandono ou a usos secundários, como pastagens e terras de uso comum, Realengo começou a ganhar contornos mais definidos, ainda que sua ocupação não fosse prioritária no contexto geral da região. Essa trajetória singular, marcada por uma relação peculiar entre o poder real, a administração local e as demandas da população, ajudou a construir uma identidade única para o povoado, que mais tarde se consolidaram como um bairro de relevância histórica e urbana na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Do relatório do Dr. Cândido Borges Monteiro, depois Visconde Itaúna, presidente da Câmara Municipal de 1855, constam das tabelas estatísticas apresentadas mais de 1000 prédios existentes em todo o distrito de Campo Grande, até aquele ano, e 59 de negócio. São livres todas as terras da freguesia, excetuadas as do Realengo, que são foreiras¹⁰ à Municipalidade, por Carta Régia de D. João VI, de 27 de junho de 1814, julgada por sentença de 3 de novembro do mesmo ano. Ao Senado da Câmara, foi dada uma sesmaria nas terras realengas de Campo Grande, para servir de descanso, depósito e pastagem de gado que fosse importado para consumo da cidade de S.

⁹Verbete Realengo, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.

¹⁰Que está sujeito a encargos correspondentes à enfiteuse: Quando um imóvel é negociado, deve ser recolhida à União a taxa denominada laudêmio.

Sebastião do Rio de Janeiro. A zona foreira do Realengo limita com a antiga Fazenda de Sapopemba¹¹, em Irajá, com as terras que pertencem aos herdeiros de Fernandes Barata, na Fazenda do Barata, e com as terras do Bangu e Água Branca. (Noronha Santos, 1965 p.15)

As terras realengas do Campo Grande, que pertenciam à Coroa Portuguesa, eram tratadas como áreas de serventia pública, administradas diretamente pela Câmara Municipal. Essas terras tinham uma função essencialmente utilitária, servindo como pontos de repouso para viajantes, áreas de pastagem para a criação de gado e até mesmo como depósitos, conforme evidenciado pela citação mencionada. Essa característica de uso comum e compartilhado refletia a natureza dessas terras, que, embora fossem propriedade real, estavam longe de serem vistas como prioritárias para ocupação ou desenvolvimento urbano no período colonial.

Após a independência do Brasil, a aplicação do Ato Adicional de 1834 trouxe mudanças significativas ao reformar a antiga Constituição do Império Português. Esse marco legal garantiu a quebra de vínculos administrativos com a cidade do Rio de Janeiro e a criação do Município Neutro, um território com status especial diretamente ligado ao governo central. Nesse contexto, novas propriedades foram incorporadas a partir de áreas vizinhas, especialmente sob o interesse do Ministério da Guerra, que buscava expandir suas áreas de atuação e influência. Entre essas propriedades estavam as fazendas de Sapopemba e Afonsos, terrenos que originalmente faziam parte da antiga Freguesia do Irajá. Essas aquisições estratégicas não apenas ampliaram o controle militar sobre a região, mas também deram origem a uma série de bairros que hoje compõem a Zona Oeste do Rio de Janeiro, como Realengo, Magalhães Bastos, Vila Militar, Deodoro, Jardim Novo, Marechal Mallet, Campo dos Afonsos e Sulacap. Essa expansão territorial, impulsionada pelos interesses militares, moldou profundamente a geografia e a história da região, transformando áreas antes rurais e pouco habitadas em espaços urbanizados e integrados ao tecido da cidade.

Há registros históricos que apontam para um conflito de interesses em relação à ocupação do Realengo, revelando uma tensão entre a administração pública e os anseios de particulares. Enquanto a administração municipal insistia em manter a condição foreira das terras, ou seja, preservar seu uso comum e controlado pela Coroa, os primeiros sinais de urbanização nos terrenos vizinhos já começavam a surgir, atraindo a atenção de foreiros, arrendatários e até mesmo proprietários que buscavam expandir suas propriedades. Esses grupos, motivados pela possibilidade de aproveitar economicamente as terras, iniciaram

¹¹ A Fazenda de Sapopemba, nas terras da antiga Freguesia de Irajá corresponde ao atual bairro de Deodoro, conforme (Fridman 1999 p.128)

ocupações mais intensas, muitas vezes de forma irregular, desafiando as restrições impostas pelo regime de sesmarias, que proibia a doação ou transferência definitiva dessas áreas.

No entanto, a fiscalização pública, ainda que rígida, não conseguiu impedir completamente essas ocupações. Relatos da época indicam que, apesar dos esforços para manter o controle sobre as terras, a Câmara Municipal acabou por flexibilizar parcialmente sua postura, permitindo a permanência de cerca de 10 famílias e autorizando algumas poucas vendas e a instalação de ranchos. Essa concessão, ainda que limitada, sinaliza um certo nível de adaptação da administração pública diante da pressão externa e da crescente demanda por ocupação e uso das terras. Esse cenário de conflito e negociação entre o poder público e os interesses particulares reflete as complexidades do processo de urbanização do Realengo, marcado por disputas que moldaram o desenvolvimento do bairro e sua integração ao tecido urbano do Rio de Janeiro. Dessa maneira, é possível perceber que as transformações nesta região, assim como suas atribuições, acontecem de acordo com a dinâmica nacional, até receber maior atenção que condicionam Realengo à uma dinâmica de ocupação bastante diferenciada de suas regiões vizinhas.

3.2.1 A Estrada Real de Santa Cruz

O Caminho Imperial, também conhecido como Estrada Real de Santa Cruz, desempenhou um papel crucial na história do Rio de Janeiro, ao conectar duas importantes propriedades reais: a Quinta da Boa Vista, localizada em São Cristóvão, e a Fazenda Real no Curato de Santa Cruz. Essa via não apenas facilitou o deslocamento entre essas duas áreas estratégicas, mas também se tornou um eixo fundamental para os primeiros sinais de ocupação e povoamento da região. Inicialmente, a estrada foi utilizada pelos padres jesuítas em suas missões de interiorização, que buscavam expandir a influência religiosa e colonial para áreas mais distantes do litoral. Com o tempo, no entanto, o caminho passou a ser frequentado por uma diversidade de usuários, incluindo comerciantes, mineradores, tropeiros e, principalmente, proprietários de engenhos e fazendas, que dependiam da estrada para o transporte de mercadorias e o escoamento de sua produção.

A Estrada Real de Santa Cruz manteve-se como a principal via terrestre da região até a chegada da Estrada de Ferro, que revolucionou o transporte e acelerou o desenvolvimento da área. Durante décadas, o Caminho Imperial foi o único meio de ligação entre o centro urbano do Rio de Janeiro e as áreas mais afastadas, consolidando-se como uma rota vital para o comércio, a comunicação e a integração territorial. Sua importância histórica e estratégica não

apenas facilitou a ocupação do interior, mas também contribuiu para a formação de núcleos populacionais ao longo de seu trajeto, incluindo o bairro de Realengo, que se desenvolveu sob a influência dessa rota histórica. Assim, o Caminho Imperial não foi apenas uma estrada, mas um elemento central no processo de colonização e urbanização da região, deixando um legado que ainda pode ser percebido na geografia e na cultura local.

Diante das longas distâncias e das necessidades impostas pelas viagens, alguns pontos estratégicos de parada e hospedagem foram estabelecidos ao longo do Caminho Imperial, ou Estrada Real de Santa Cruz. Entre esses locais, destacam-se o Campinho, situado nos arredores do atual bairro de Madureira; Realengo do Campo Grande; a Venda do Santíssimo; e a Fazenda do Mato da Paciência. Esses postos de parada não apenas ofereciam descanso e abrigo para viajantes, tropeiros e comerciantes, mas também se tornaram os primeiros núcleos de ocupação humana na região, fomentando os sinais iniciais de povoamento que, mais tarde, evoluíram para processos distintos de urbanização. Cada uma dessas localidades seguiu um caminho próprio de desenvolvimento, refletindo as diferentes demandas e características da área.

Enquanto os bairros do Santíssimo e da Paciência assumiram uma vocação majoritariamente residencial, com a formação de comunidades voltadas para a habitação e o cotidiano familiar, a região de Madureira tornou-se um importante polo comercial, concentrando atividades econômicas e serviços que atraíam pessoas de diversas partes da cidade.

Já Realengo, diferentemente das outras três localidades mencionadas, teve uma trajetória singular e excepcional. Seu processo de urbanização começou anos mais tarde, a partir da formação de um pequeno povoado agrícola que, gradualmente, foi se transformando em um espaço multifuncional. Ao longo do tempo, Realengo passou a congregiar diversos atrativos, tornando-se uma área marcada pela convergência de interesses militares, industriais e residenciais. Essa combinação única de fatores moldou a identidade do bairro, diferenciando-o dos demais e conferindo-lhe um papel central no desenvolvimento da região. Como destaca Fridman (1999), essa junção de interesses diversos foi fundamental para definir o caráter excepcional de Realengo, que se consolidou como um espaço de múltiplas funções e significados dentro do contexto urbano carioca.

A Estrada Real, também conhecida como Estrada Real de Santa Cruz, desempenhou um papel crucial não apenas no contexto local, mas também como parte de uma rota maior que conectava o Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo. Sua extensão e importância histórica deixaram marcas profundas na formação e no desenvolvimento de diversos bairros,

mesmo após sua fragmentação ao longo do tempo. No que hoje é reconhecido como o subúrbio carioca, abrangendo as Zonas Norte e Oeste da cidade, o antigo trajeto da Estrada Real corresponde a importantes vias atuais, como a Avenida Santa Cruz, a Dom Hélder Câmara (antiga Avenida Suburbana), a Cesário de Melo, a Intendente Magalhães e a BR-465 (que antes era a estrada Rio-São Paulo). Essas vias, que herdaram o legado da Estrada Real, continuam sendo eixos fundamentais para o transporte e a integração urbana na região.

Além disso, é fundamental destacar que, enquanto os bondes tiveram um papel importante na consolidação da urbanização em áreas mais próximas ao centro do Rio de Janeiro, o sistema ferroviário representou uma transformação ainda mais profunda para as antigas freguesias rurais. A chegada das ferrovias superou a Estrada Real em importância, pois não apenas facilitou o deslocamento de pessoas e mercadorias, mas também acelerou o processo de urbanização em regiões que antes eram predominantemente rurais. As estações ferroviárias tornaram-se pontos de convergência para o desenvolvimento de novos núcleos urbanos, atraindo moradores, comércio e serviços. Dessa forma, o sistema ferroviário não apenas substituiu a Estrada Real como principal meio de conexão, mas também redefiniu a dinâmica territorial e social das áreas por onde passava, transformando-as em espaços integrados ao tecido urbano da cidade. Esse processo foi essencial para a formação do subúrbio carioca como o conhecemos hoje, marcado por uma complexa interação entre o rural e o urbano, o antigo e o moderno.

3.2.2 Uma área de interesse militar

Os primeiros registros que apontam as terras realengas como alvo de interesse das forças militares remontam ao final do século XIX, mais precisamente a partir da década de 1850. Esse período coincide com um momento crucial de expansão da área urbana do Rio de Janeiro, quando a cidade começou a incorporar freguesias que, até então, eram classificadas como rurais. A administração pública, em um esforço para modernizar e organizar o espaço urbano, realizou uma série de obras e reformas, como aterros, sistemas de saneamento básico, canalização de rios e drenagens de áreas alagadas. Essas intervenções permitiram que novas regiões, antes consideradas inóspitas ou de difícil ocupação, pudessem ser plenamente habitadas, desencadeando um movimento crescente de valorização comercial e imobiliária. Paralelamente, o rápido crescimento populacional das freguesias urbanas e a disponibilidade de vastas porções de terra nas áreas mais afastadas tornaram-se fatores determinantes para o deslocamento das instalações militares.

Nesse contexto, observa-se uma clara confluência de interesses: a necessidade de realocar as instalações militares, o inchaço da região central da cidade, a abundância de terras disponíveis e a concepção militar de gestão territorial, que visava organizar o espaço de acordo com seus objetivos estratégicos. O deslocamento de tropas e destacamentos militares para áreas mais distantes, como as terras foreiras do Realengo, atendeu não apenas a demandas operacionais, mas também a intenções político-administrativas.

A transferência dos quartéis da região central e litorânea, que passavam por um processo acelerado de valorização comercial e imobiliária, para terrenos mais afastados e de menor custo, refletia uma estratégia bem planejada. Essa mudança permitiu que o Exército ocupasse grandes extensões de terra, adequadas para treinamentos e instalações de grande porte, enquanto liberava áreas centrais para o desenvolvimento urbano e econômico. Dessa forma, o Realengo tornou-se um espaço privilegiado para a consolidação das atividades militares, ao mesmo tempo em que ajudava a aliviar a pressão sobre o centro da cidade, em um processo que integrava interesses militares, urbanísticos e políticos.

A seguir será possível observar um breve histórico (figura 14) desta ocupação militar, com a constituição e fusão de diferentes instalações militares.

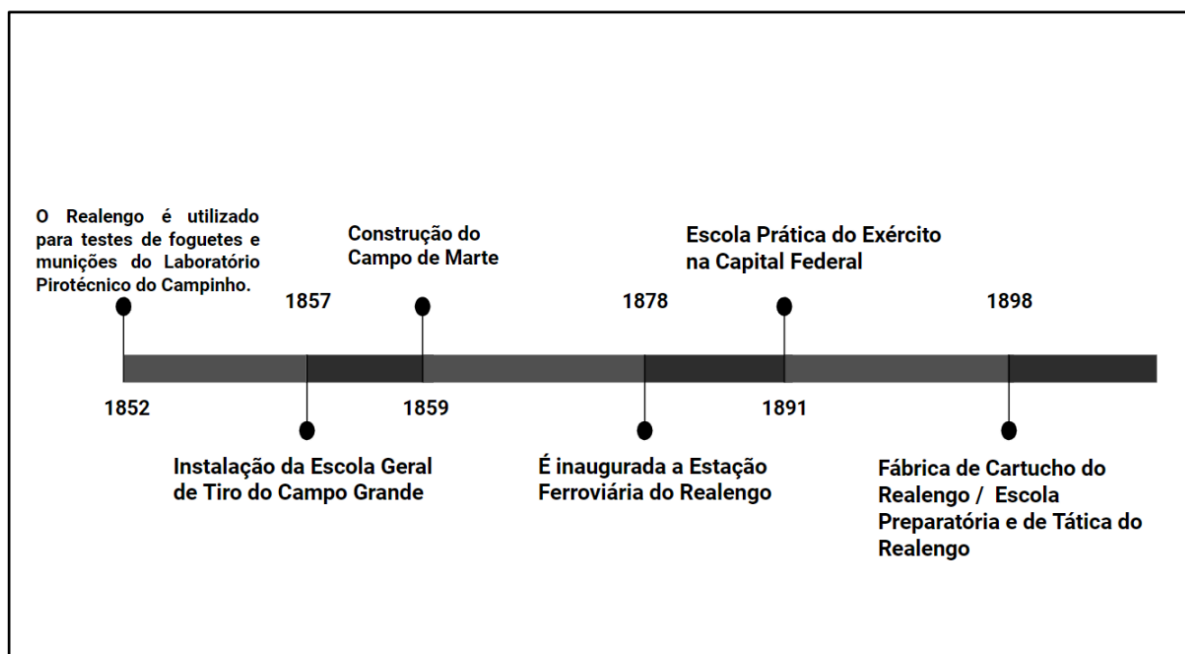


Figura 14 - As primeiras instalações militares no Realengo durante o século XIX. Fonte: Santos, 2020,

A consolidação de Realengo como enclave militar ocorreu em três fases:

1. Instalações Estratégicas (1857-1905): Escola de Tiro, Fábrica de Cartuchos e Escola Militar.
2. Expansão Logística (1910-1940): Integração com a Vila Militar e a Base Aérea de Santa Cruz.
3. Intervenção Habitacional (1940-1977): Conjuntos como o IAPI (1943), com 2.321 unidades, visando fixar operários próximos às fábricas.

O Exército não apenas ocupou o espaço, mas o reorganizou: ruas como Bernardo de Vasconcelos e General Sezefredo foram abertas para conectar quartéis, enquanto o Campo de Marte (atual Praça do Canhão) serviu como área de treinamento. Essa intervenção seguiu uma "cartografia do poder", nas palavras de Fridman (1999), que priorizava segurança e controle sobre as demandas sociais (p. 128).

A urbanização militarizada gerou contradições. Enquanto oficiais residiam em casas neocoloniais próximas à Escola Militar, operários ocupavam conjuntos habitacionais precários. As instalações de pesquisa e produção, como fábricas e paios, embora geradores de empregos, provocaram acidentes e contaminação ambiental¹², temas pouco discutidos à época, como foi o caso da Fábrica de Cartuchos em Realengo. Após o declínio da citricultura (décadas de 1950-1960), loteamentos irregulares expandiram-se, marcando a transição para um subúrbio densamente povoado.

¹² A explosão do paiol de Deodoro, que aconteceu na madrugada de 2 de agosto de 1958, foi um dos piores desastres urbanos já registrados na cidade do Rio. O incidente começou às 23h15 do dia anterior, quando o Armazém de Material Bélico do Exército, situado na Estrada do Camboatá, começou a incendiar. Durante a madrugada, as explosões se intensificaram e, por volta das 3h30, um paiol repleto de obuses de calibre 75 foi atingido, provocando um impacto que abalou toda a cidade. O pânico invadiu os bairros adjacentes, obrigando cerca de 50 mil indivíduos a deixarem suas residências rapidamente. As explosões foram tão fortes que puderam ser percebidas em áreas distantes como Copacabana e Leblon. A descrição da tragédia foi comparada a um ataque aéreo numa cidade em conflito: casas destruídas, ruas esburacadas, floresta e prédios queimados. Pacientes de hospitais e detentos de delegacias tiveram que ser removidos rapidamente, enquanto o serviço de transporte público na área foi suspenso. A devastação foi vasta, resultando em um dano calculado em três bilhões de cruzeiros. Embora haja caos, não existem registros oficiais de vítimas fatais, contudo, cerca de 150 indivíduos sofreram ferimentos. O acontecimento mobilizou autoridades, incluindo o ex-presidente Juscelino Kubitschek, resultando na criação de campos militares para abrigar os desabrigados. Atualmente, a verdadeira origem da explosão é incerta, com algumas versões até mesmo insinuando a possibilidade de sabotagem. Fonte: <https://marcusfigueiroa.com.br/uma-madrugada-de-panico-no-rio-em-1958-as-explosoes-dos-paios-do-ex-ercito-em-deodoro-na-correspondencia-de-um-menino->



Imagem 14 - Vista aérea de parte das instalações da Fábrica de Cartuchos (1939).

Fonte: Museu Aeroespacial/ Brasileira Fotográfica

Depois da chegada dos militares, até meados dos anos 1930, a urbanização de Realengo progrediu de maneira mais lenta em relação a outros bairros, mesmo com a forma distinta como foi promovida pelo Estado, com a participação direta do Exército. É neste período que se nota com mais clareza a melhoria de uma estrutura urbana no bairro, fortemente influenciada pelas instalações militares, especialmente a Escola Militar e a Fábrica de Cartuchos, além de uma maior intervenção do governo na tentativa de mais organização desta ocupação já em andamento. A Escola Geral de Tiro do Campo Grande marca o começo deste processo de urbanização, direcionando as instalações militares para a área da Zona Oeste.

Desde 1857, os militares adquiriram essas terras de diversas formas, seja através de negociações com a Câmara Municipal, desapropriações ou compras diretas de antigos foreiros. A compra de terrenos na Zona Oeste, iniciada pelo Exército, se estende até o século XX, período em que outras forças militares (como a Força Aérea Brasileira e a Marinha do Brasil) e forças auxiliares (como a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar) começam a se envolver ativamente.



Figura 15: Vista Panorâmica da Fábrica de Cartuchos Infantaria e da Escola Militar de Realengo (1939). Fonte: Museu Aeroespacial/ Brasiliana Fotográfica

A presença dos militares trouxe à região a face administrativa do Estado, que não apenas permitiu os primeiros indícios de urbanização, mas também a implementação de um plano de ocupação mais complexo, mesmo que lento, alinhado aos interesses nacionais. Com as estruturas de ensino e de combate, os territórios inóspitos testemunharam a abertura de vias e estradas, o aumento do comércio, políticas de saneamento, iluminação, fornecimento de água e a edificação de instalações de saúde e educação. Assim, é possível afirmar que os militares estabeleceram uma estrutura que organizou a vida social em Realengo, expandindo-se para áreas próximas, como é o caso da Vila Militar, Marechal Hermes, Magalhães Bastos e Campo dos Afonsos.

A presença da Escola e da Fábrica (figura 15) foi elemento central para o desenvolvimento dos setores comercial e imobiliário: é justamente entre as décadas de 20 e 30 que é elevada a presença de armazéns, pensões, farmácias, alfaiatarias na região central do bairro. Esse crescimento se dá em função do aumento da circulação de pessoas, promovidos por alunos e funcionários dos aquartelamentos ali presentes.

As áreas imediatamente ao redor da Escola Militar foram marcadas pela ocupação daqueles que possuíam maior prestígio social, como os pertencentes a elite e funcionários que ocupavam elevada posição hierárquica. A medida que se adentrava ao bairro, nos arredores da praça Nossa Senhora da Conceição era observado a presença de imóveis duplos, combinando um espaço comercial na parte inferior e residencial na superior, possuíam em suas fachadas a data de construção assim como símbolos militares. Parte dessas edificações ainda integra a paisagem atual, mesmo que bastante deteriorada pela ausência de ações de preservação.

A partir da década de 30, é notável aceleração na dinâmica de ocupação e urbanização do bairro, com maior desdobramento entre os anos de 1950 a 1960 quando as últimas chácaras voltadas para o plantio de laranja foram totalmente desmembradas em loteamentos, em função da crise da citricultura como vimos anteriormente. É justamente nesse período que Realengo recebe novos empreendimentos imobiliários de baixo custo que foram ocupados por famílias oriundas das classes populares, militares e operários.

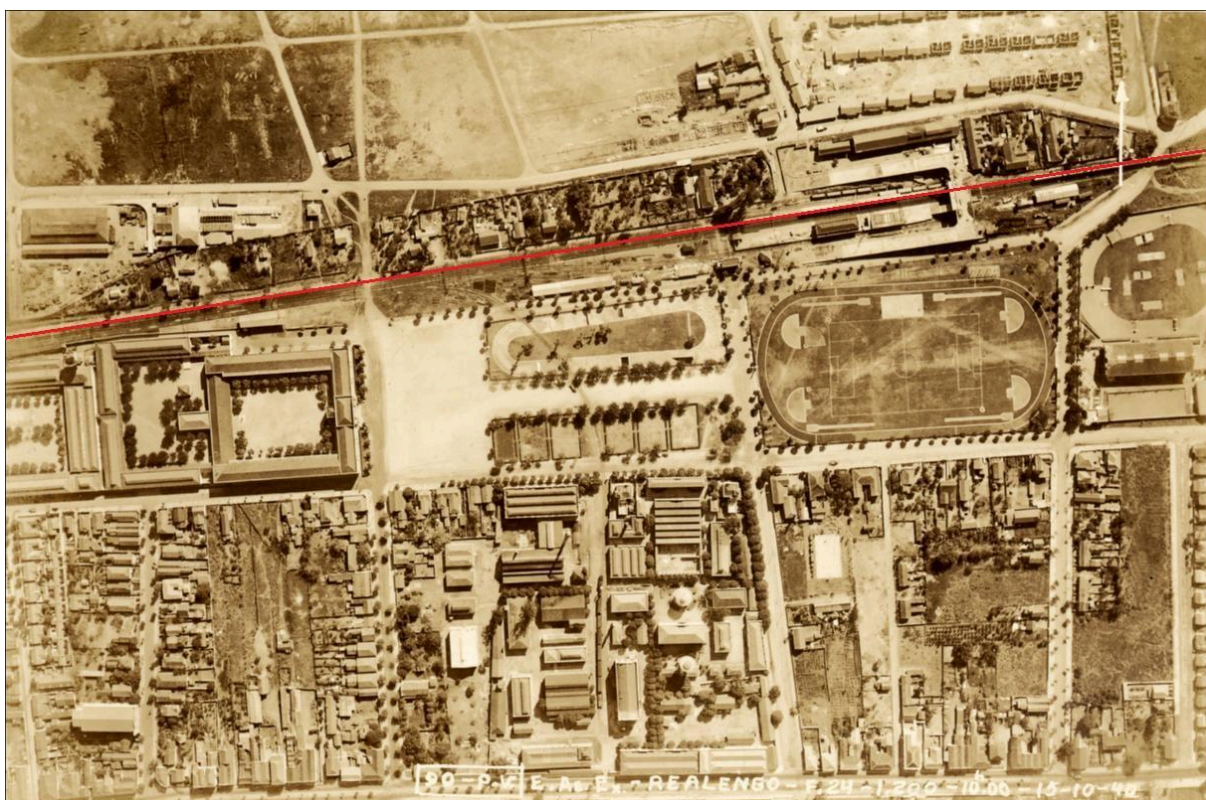


Imagem 16 - Vista aérea do bairro Realengo (1940), com linha férrea demarcada pelo traçado em vermelho. Fonte: Museu Aeroespacial/ Brasileira Fotográfica

É a partir da primeira intervenção em habitação popular do governo de Getúlio Vargas que o bairro recebe seu primeiro conjunto habitacional de grande porte. As primeiras moradias foram entregues em 1943, possuíam os três andares residências com o térreo destinado a estabelecimentos comerciais. O Conjunto habitacional do Realengo, depois viria a ser conhecido por IAPI em referência a sigla do Instituto de

Aposentadorias e Pensões dos Industriários, a instituição responsável pela aplicação direta das políticas de habitação popular. (Santos, 2021)

O IAPI de Realengo foi uma das primeiras experiências de uma construção deste tamanho na história da política de habitação brasileira (Mangabeira, 1982). Na época os conjuntos possuíam em média 200 casas, entretanto está novo empreendimento na Zona Oeste recebeu um total de 2000 casas ao final de suas obras. O Conjunto ocupa cerca de 89 hectares, e atualmente possui 2.321 unidades habitacionais, sendo capaz de abrigar aproximadamente 12 mil moradores.



Figura 16: Conjunto Habitacional Realengo, década de 1940. Fonte: Aravecchia-Botas, 2010, p.12

Também há registro das unidades habitacionais conhecidas como “próprios nacionais¹³”, que foram conjuntos de casas e apartamentos cedidos a militares e funcionários de suas instalações em função da necessidade de residir próximo aos quartéis, agravada pela carência de transporte, na época reduzido ao sistema ferroviário (Santos, 2021). Este sistema de habitação foi pouco desenvolvido e apresentou baixo impacto na dinâmica urbana do bairro.

A Fábrica de Cartuchos, diferente de outras unidades fabris do mesmo período, rendeu pouca atenção aos planos de habitação proletária. Além destas edificações dos próprios nacionais, localizada onde hoje funciona uma unidade do Supermercados Guanabara, havia outras poucas residências voltadas aos funcionários da fábrica localizadas na Rua General Sezefredo e na Rua Goulart de Andrade. (Santos, 2021)

A partir do levantamento feito na pesquisa de Viana (2010, p. 128), e da análise dos decretos da União, é possível dimensionar o patrimônio do Exército até a década de 1970, e

¹³ A definição de "próprio nacional" é fornecida pela Superintendência do Patrimônio da União no âmbito federal. É que se trata de um bem de propriedade da União, empregado em serviço público federal. Instalação de entidades ligadas à Administração Pública Federal, seja ela direta ou indireta.

destacar as instalações de caráter militar presentes do bairro de Realengo, algumas até os dias atuais, sendo elas:

1. O prédio da antiga Escola Militar: sob a então administração do 3º Regimento de Carros de Combate, situado na rua Bernardo de Vasconcelos, sem número (atualmente sob o número 1090). Possuindo 348,00 metros, pelo lado esquerdo confronta com a Praça Campo de Marte, com 96,40 metros; pelo lado direito confronta com a Rua do Imperador; pelos fundos confronta com leito da Estrada de Ferro Central do Brasil, formando um quadrilátero regular, com superfície de 33.547,20 metros quadrados.¹⁴
2. A área de instrução do 3º Regimento de Carros de Combate: que entesta na Rua Bernardo de Vasconcelos com 269,60 metros; pelo lado direito confronta com o prolongamento da Rua Goulart de Andrade, com 97,60 metros, pelo lado esquerdo confronta com o prolongamento da Rua Doutor Lessa, 122,00 metros; e, pelos fundos, confronta com terrenos da Estrada de Ferro Central do Brasil, com 264,60 metros: fechando um quadrilátero irregular com superfície de 28.464,31 metros quadrados.¹⁵
3. O Campo de Marte: que se encontrava sob administração da da Escola de Equitação do Exército, e entesta na Rua Bernardo de Vasconcelos com 209,30 metros; pelo lado direito confronta com o prolongamento da Rua Doutor Lessa, com 118,00 metros, pelo lado esquerdo confronta com o prolongamento da Rua Marechal Soares Andréa, com 137,90 metros; pelos fundos confronta com terrenos da Estrada de Ferro Central do Brasil, com 227,70 metros; fechando quadrilátero irregular com superfície de 27.838,58 metros quadrados;¹⁶
4. A Escola de Equitação do Exército: localizada no Campo de Marte, s/ número, onde entesta com 155,40 metros; pelo lado direito confronta com terrenos da Estrada de Ferro Central do Brasil, em três segmentos sucessivos na frente para os fundos, com 27,10 metros, Lessa, com 118,00 metros; pelo lado esquerdo confronta com a Rua Bernardo de Vasconcelos, com 135,80 metros; pelos fundos confronta com a Rua Engenheiro Miranda Ribeiro, com 181,80 metros, fechando um perímetro de forma irregular com superfície de 21.709,98 metros quadrados;¹⁷
5. Potreiro da Escola de Equitação do Exército: situado à Rua Engenheiro Miranda Ribeiro, sem número, onde entesta com 29,10 metros: pelo lado esquerdo confronta com a Rua Bernardo de Vasconcelos, com 53,20 metros; pelo lado direito medindo 54,30 metros e pelos fundos medindo 27,00 metros, confronta com terrenos de Marcio Braçante; fechando um quadrilátero irregular com superfície de 1.506,31 metros quadrados;¹⁸
6. A Fábrica do Realengo: situada à Rua Bernardo de Vasconcelos nº 941, onde entesta com 250,00m; pelo lado direito confronta com a Rua Doutor Lessa, com 214,00 metros; pelo lado esquerdo confronta com a Rua Goulart de Andrade, 205,00 metros; pelos fundos confronta com a Avenida Santa Cruz com 260,00 metros; fechando um quadrilátero irregular com superfície de 54.094,25 metros quadrados;¹⁹
7. Áreas ocupadas por instalações da Fábrica do Realengo: Localizado à Avenida Santa Cruz sem número, onde entesta com 205,00 metros; pelo lado direito confronta com a Rua Doutor Lessa com 137,80 metros; pelo lado esquerdo, medindo 128,00 metros, confina com o prédio nº 907 da Avenida Santa Cruz e com os prédios nº 43, 45, 47, 49, 51 e 53, da Rua Goulart de Andrade pelos fundos confronta com a Rua Paranaguá, com 221,50 metros;

¹⁴Decreto nº 76.821, de 16 de dezembro de 1975.

¹⁵ Decreto nº 77.914, de 24 de junho de 1976.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Idem.

fechando um quadrilátero irregular com superfície de 28.329,00 metros quadrados.²⁰

8. Assim como outras instalações, localizada na Rua Oliveira Braga, sem número, onde entesta com 371,00 metros; pelo lado direito confronta com a Rua General Raposo com 482,50 metros; pelo lado esquerdo confronta com a Rua General Sezefredo, com 483,00 metros; pelos fundos confronta com a Rua Pedro Gomes; com 366,00 metros; fechando um perímetro de forma irregular, com superfície de 177.744,00 metros quadrados;²¹
9. Próprio Nacional Residencial: localizado na Avenida Santa Cruz número 451, onde entesta com 32,00 metros, pelo lado direito, medindo 84,90 metros, confina com o prédio número 419, da mesma Rua, ocupado pelo Supermercado Guanabara, pelo lado esquerdo confronta com a Rua Marechal Soares Andréa, com 134,80 metros; pelos fundos, medindo 12,50 metros, confina, inicialmente, com o prédio número 405 da mesma Rua, e, a seguir em dois segmentos sucessivos de 48,60 metros e de 11,70 metros, com os prédios número 260, 240, 220 e 210, da Rua Rerituba; fechando um perímetro de forma irregular, com superfície de 4.250 metros quadrados;²²
10. Escola de Instrução Especializada: localizado na Rua Princesa Imperial, com 157,00 metros; pelo lado direito confronta com a Rua Demerara, com 129,20 metros; pelo lado esquerdo confronta, inicialmente, com a Avenida São Pedro de Alcântara, com 54,00 metros; a seguir na direção geral N, em dois segmentos, sendo o primeiro com 9,00 metros e o segundo com 29,00 metros e na direção geral. E, com 61,60 metros, confronta com terrenos de José Vieira ou sucessores; pelos fundos, em dois segmentos a partir da Rua Demerara sendo o primeiro com 74,50 metros e o segundo com 12,90 metros, confronta com o Rio Piraquara; fechando um polígono de forma irregular, com superfície de 11.782,68 metros quadrados.²³

“A chegada dos militares e suas abastadas instalações coexistiram e influenciaram o crescimento do bairro de Realengo, impuseram uma lógica de ocupação do espaço que deixou marcas na paisagem até o presente e que atravessou a vida social de seus moradores, sobretudo os mais antigos” (Santos, 2021) A Fábrica de Cartucho²⁴, o Campo de Marte (popularmente conhecido como Praça do Canhão) e o edifício da antiga Escola Militar, ainda permanecem como referências fundamentais de localização na região, conectando passado e presente.

²⁰ Idem.

²¹ Idem.

²² Idem.

²³ Decreto nº 78.147, de 2 de agosto de 1976.

²⁴ A reutilização de partes da antiga Fábrica de Cartuchos de Realengo, que foi encerrada na década de 1970, permitiu a edificação de dois importantes marcos urbanos: o Parque Realengo Susana Napolini (2024) e o campus do Colégio Pedro II (2010). Enquanto o parque, nomeado em honra à jornalista Susana Napolini, foi planejado para combinar áreas de recreação, cultura e sustentabilidade ambiental, o campus do Colégio Pedro II emergiu da recuperação de uma parte do terreno, incentivando a revitalização do patrimônio histórico e expandindo a disponibilidade de serviços públicos na área. Ambos empreendimentos foram resultado de mobilização popular de moradores de Realengo e bairros adjacentes e de disputas de interesses com a administração pública, que demonstrou mais vontade em atender a exigência de mais empreendimentos militares, como condomínios, na região.

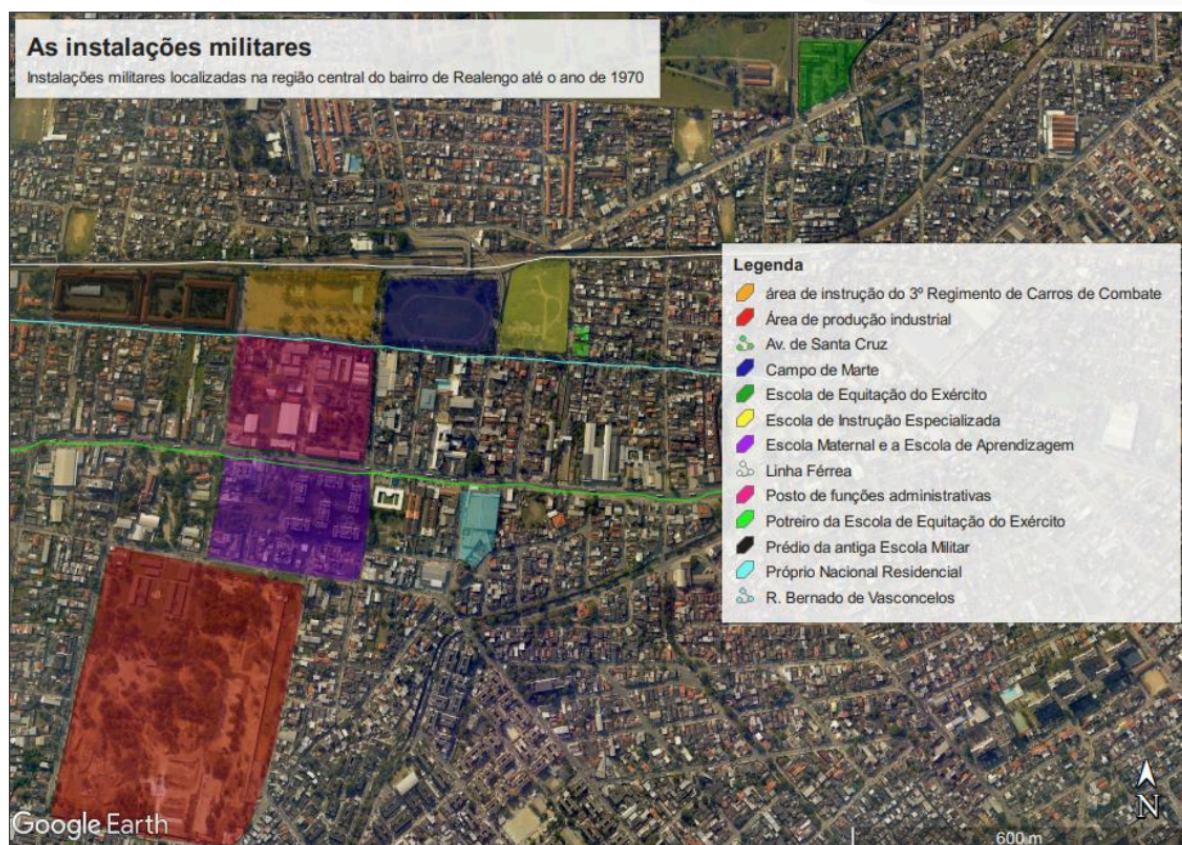


Figura 17: As instalações de caráter militar em Realengo até 1970. Fonte: Santos, 2020, p.36

Ao compreender o papel das organizações militares enquanto um dos agentes modeladores do espaço urbano do Rio de Janeiro, torna-se evidente que seus horizontes estratégicos, políticos e econômicos apresentam a militarização de diferentes partes da cidade. E, portanto, não basta somente um olhar sobre a intervenção do Estado na construção do espaço urbano carioca, é preciso ir além, pois as Forças Armadas têm particularidades inconfundíveis, o que requer uma compreensão teórica e empírica do papel desempenhado pelos militares brasileiros.

Ao recortar o espaço de Realengo em dois mundos sobrepostos, resume a desigualdade material instaurada pelo Exército em antigos territórios rurais. De um lado, os terrenos ricos, com residências geminadas, jardins recuados e instalações públicas (escola militar, hospital), destinados à elite; por outro lado, as vilas de trabalhadores, moradias precárias perto das fábricas de cartuchos e falta de saneamento básico. Este padrão duplo não é apenas fruto de decisões de cima para baixo: as ações de 1910 em diante, como a compra de fazendas, a construção da Estrada Real de Santa Cruz e a plantação de eucalipto, atraíram trabalhadores que se concentraram em áreas de infraestrutura precária, consolidando uma lógica de "periferia dentro da periferia" que continua presente até os dias atuais.

Realengo sintetiza a complexidade da urbanização carioca: de área rural a polo militar, e depois a subúrbio operário. Sua história revela como o Exército atuou como agente modelador do espaço, moldando infraestruturas, hierarquias sociais e simbologias (ruas com nomes de generais, monumentos marciais). No entanto, a modernização técnica conviveu com a exclusão social. O legado dessa militarização persiste não apenas na paisagem, mas nas desigualdades que desafiam o bairro até hoje.

3.3 A Vila Militar de Deodoro

Agora veremos com maior atenção a Vila Militar, localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro, tem suas origens no final do século XIX, período marcado por profundas transformações políticas e sociais no Brasil. A proclamação da República, em 1889, inaugurou uma nova fase na organização das instituições militares, na tentativa de emplacar o Exército como uma instituição forte e bem estruturada. Nesse sentido, a necessidade de modernização das Forças Armadas levou à criação de espaços estratégicos para a formação e treinamento de tropas, culminando justamente na fundação da Vila Militar de Deodoro.

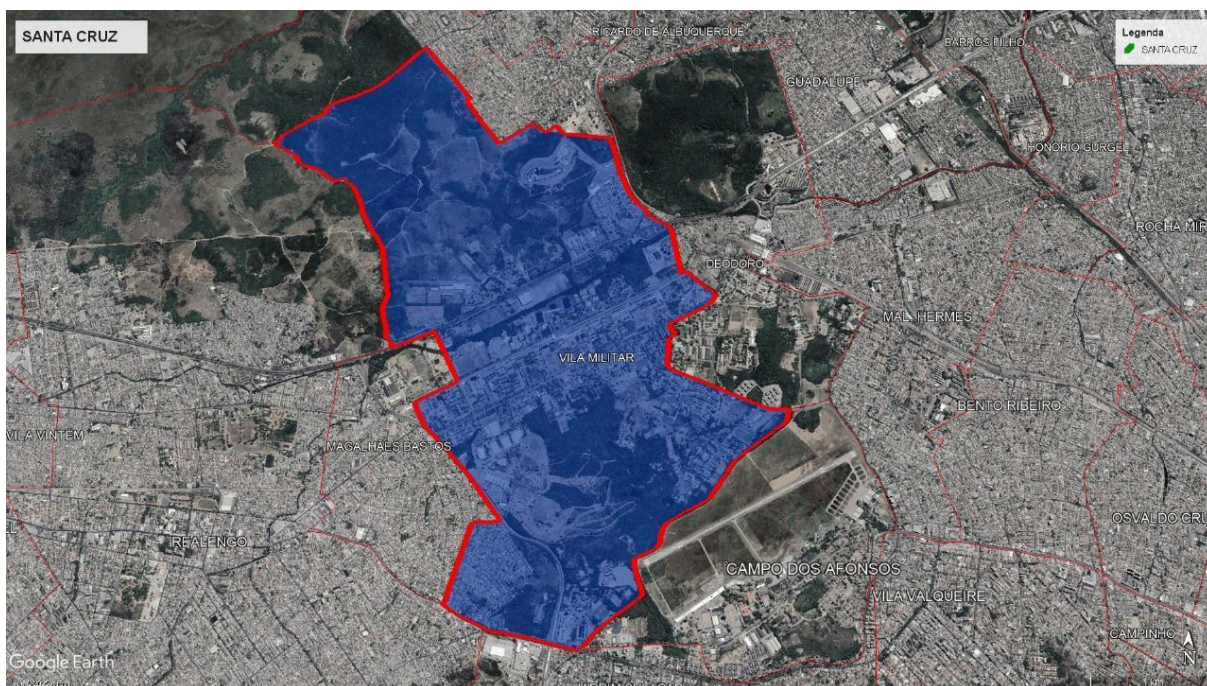


Figura 18: Localização da Vila Militar (1 : 1 000 000). Fonte: QGIS, 2025.

Historicamente, o bairro evidencia de forma cristalina a relação entre o “subúrbio” carioca e suas marcas territoriais: concebida em 1908 na antiga Fazenda Sapopemba, sua implantação obedeceu à lógica ferroviária que definiu o crescimento suburbano — foi a linha

da Estrada de Ferro Dom Pedro II que, além de viabilizar o deslocamento dos militares, funcionou como elemento de segregação entre as áreas residenciais e as zonas de treino.

A Vila Militar, localizada na periferia da área urbana, começou a apresentar sua própria infraestrutura (escolas, hospitais, comércio), um traço característico dos subúrbios "autossuficientes" descritos na historiografia do Rio. Portanto, ela representa o "subúrbio militar": um local periférico e hierarquizado, dependente do transporte ferroviário, estruturado de acordo com padrões funcionais particulares e socialmente delimitado, o que reforça sua posição de bairro submetido ao fluxo e às demandas das Forças Armadas.

Inegavelmente, o Rio de Janeiro cumpriu um papel central na geopolítica do país, embora houvesse outras unidades militares por toda a cidade, o trecho entre Deodoro e Realengo foi marcado por uma enorme concentração de polos militares que contaram com a presença de vilas ou conjuntos residenciais. Ao longo do século XX, sobretudo em suas primeiras décadas, sob influência do complexo militar levantado em Realengo, foram instaladas novas áreas nas redondezas, sendo elas: a Vila Militar do Deodoro e o Campo dos Afonsos, assim, também como a Vila Proletária Marechal Hermes.

Todo esse crescimento se dá em função da ampliação do efetivo do Exército Brasileiro na cidade do Rio de Janeiro, que entre os anos de 1888 e 1920 passou de 1.839 para 11.236 homens, um número quase seis vezes maior (Fernandes, 2006). Diante disso se inicia um processo de aquisição de novos terrenos e elaboração de maior infraestrutura para atender todas suas necessidades de melhorias e modernizações.

A escolha do local foi influenciada por diversos fatores, incluindo sua localização geográfica estratégica e a disponibilidade de terrenos amplos e desocupados, que permitiram a construção de um complexo militar de grande escala. A escolha da região, o antigo engenho da fazenda Sapopemba integrante da Freguesia do Irajá e outrora importante foco de atividade agrícola durante o século XIX, foi pelo tamanho da área desabitada, que atendia requisitos importantes para a realização de manobras e testes militares. Além da acessibilidade proporcionada pela proximidade à linha férrea e a Estrada Real de Santa Cruz, assim como a proximidade com Realengo.

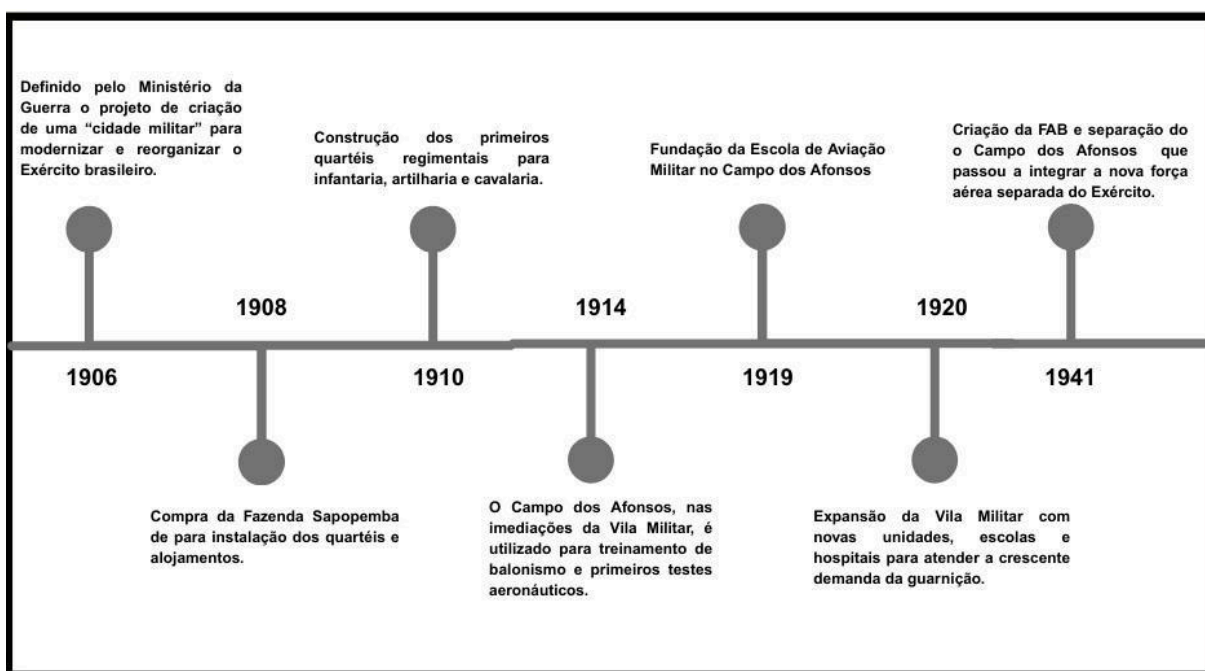


Figura 20: Cronologia da implantação e expansão das instalações militares na Vila Militar (1906–1941). Fonte: elaboração própria.

No relatório do Ministério da Guerra, escrito por Hermes da Fonseca em 1907, é descrito o trabalho desempenhado pela comissão construtora da Vila Militar nos primeiros passos desse empreendimento. Foram efetuados os levantamentos e os primeiros nivelamentos dos trechos mais favoráveis para erguer os edifícios no terreno, assim como foram feitos os desenhos de plantas e estudos de custos de terraplanagem. Em 18 de novembro do mesmo ano foi realizada a cerimônia de assentamento da pedra fundamental da vila.

Ainda foram executadas obras de modificação no quartel do 10º Batalhão de Infantaria, construção de um galpão destinado ao acantonamento do contingente do 1º Batalhão de Engenharia, ligações de diferentes seções de linhas telefônicas e ainda mais 1.209 metros de linha férrea para facilitar o transporte de materiais. Além disso, foram construídas 170 residências agrupadas em quarteirões destacados para oficiais e destinadas à moradia de operários, estas mais isoladas. Ao 1º Batalhão de Engenharia foram entregues 48 casas, e ao 10º Batalhão de Infantaria duas pequenas casas e um edifício, onde funcionava o almoxarifado, após obras de adaptação. Ainda em 1912, poucos anos depois da fundação da Vila Militar os seus os quartéis já eram considerados "os mais modernos que o Exército dispunha", de acordo com apontamentos feitos em relatórios do Ministério da Guerra.²⁵

²⁵ Relatório do Ministro da Guerra Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, 1912, p.72.

Embora não conste nos projetos da comissão construtora da vila, a linha férrea que se apresentava paralela à via principal que atravessa a Vila Militar, cumpriu papel crucial na organização do bairro. A estação da Vila Militar foi inaugurada em 1910 (figura 21), e por ter sido implantada em local periférico, o trem se apresentou como o mais rápido e fácil meio de acesso. Ademais, a linha férrea cumpria o papel de barreira, de modo de um lado foi destinado à estruturas relacionadas ao trabalho, e o outro à ocupação residencial.



Figura 21: Estação Ferroviária da Vila Militar (1910). Fonte: Arquivo Histórico do Exército.

3.3.1 O urbanismo da Vila Militar

A concepção urbana da Vila Militar surgiu de uma proposta considerada inovadora para a época, guiada por uma lógica higienista e da urgência de modernização das estruturas militares. O projeto original priorizava a centralidade dos equipamentos coletivos, e a organização dos espaços públicos de forma simétrica e bastante ordenada, princípio similar ao projeto do Bairro Operário Marechal Hermes, que apresentava uma praça central em formato circular, reforçando uma ideia de convívio social. (Bonates, 2016). Vale destacar que ambos os projetos não foram cumpridos em sua totalidade.

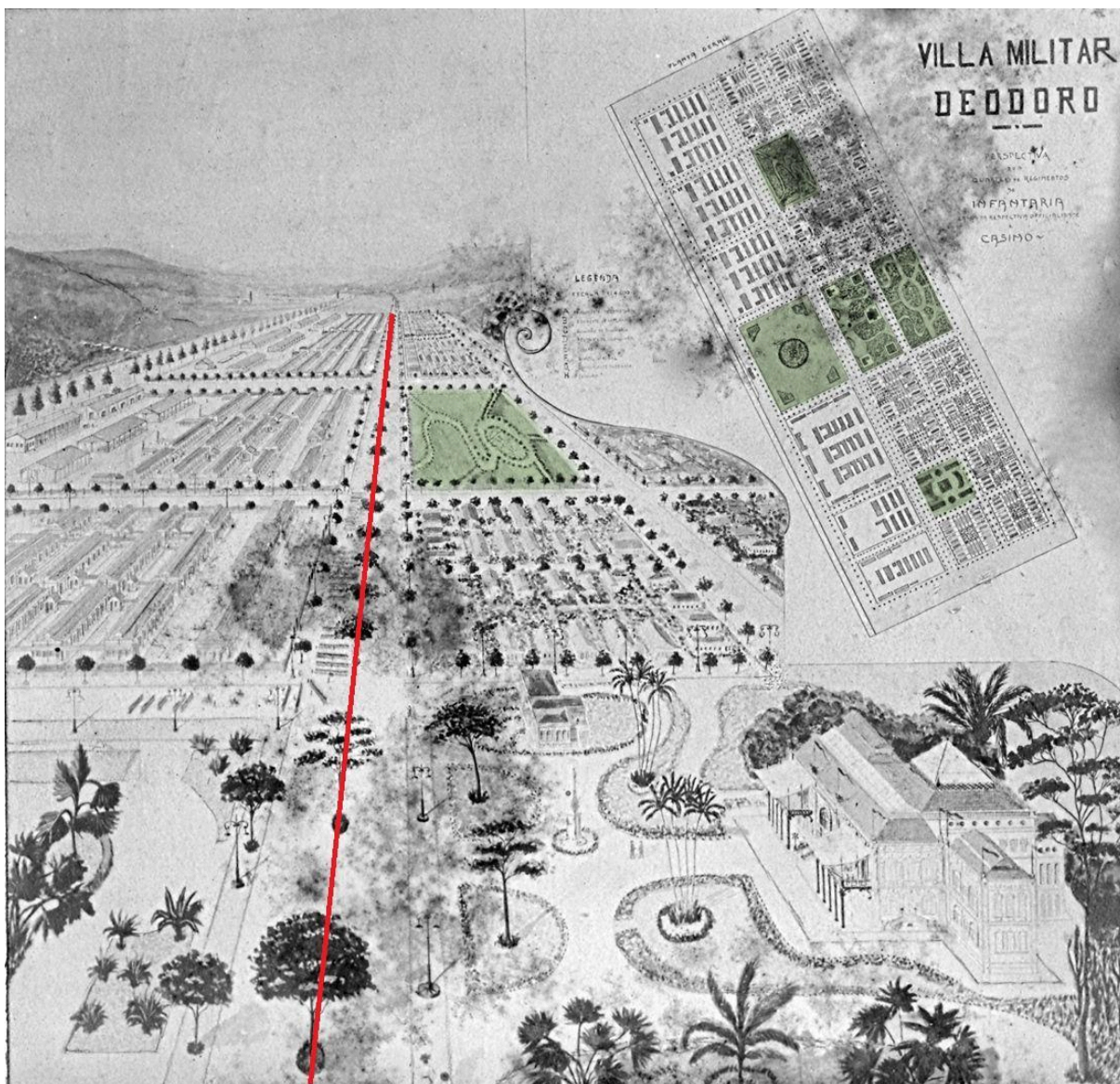


Figura 22: Visão ampliada da perspectiva da Vila Militar (1908). Avenida Duque de Caxias indicada pela linha vermelha. Fonte: Bonates (2016, p.158)

Construída nas terras da antiga Fazenda de Sapopemba, a Vila Militar foi responsável pela concentração de diferentes instalações, como residências, depósitos, aquartelamentos, entre outras. A ideia de vila a ser construída nos distritos militares, como consta nos relatórios do então Ministério da Guerra do ano de 1901²⁶, foram discriminados nos projetos parciais como apresentava em seu modelo as seguintes instalações:

1. Edifício para o quartel-general;
2. Escola distrital;
3. Casa de residência do comandante do distrito;
4. Casa para os delegados, chefes de seção e oficiais superiores dos regimentos;

²⁶ Relatório do Ministro da Guerra João Nepomuceno de Medeiros Mallet, 1901, p. 78 e 79.

5. Grupo de duas casas para oficiais subalternos;
6. Depósito de artigos bélicos;
7. Armazéns de viaturas e baias para um regimento de infantaria e para os de cavalaria e artilharia;
8. Quartel para uma companhia, um esquadrão ou uma bateria;
9. Edifício destinado à administração de cada regimento;
10. Casa para inferior casado;
11. Grupo de duas casas para praças casadas;
12. Paiol de munições de guerra.;
13. Hospital militar;
14. Enfermaria de isolamento.

O traço urbanístico da Vila valorizou a arborização e o cálculo meticuloso do espaço, mas longe de ser apenas uma preocupação meramente estética, pois representa uma tentativa de promover ideais de saúde e bem-estar aos seus moradores, uma busca por maior qualidade de vida. No que se refere à questão residencial, a área destinada aos oficiais foi planejada e executada com um abordagem modular, considerada inovadora para o período. (Bonates, 2016). As quadras foram organizadas em formatos retangulares e algumas integram espaços verdes ao centro, garantindo um sistema de ventilação natural, se contrapondo ao modelo colonial de total aproveitamento de terrenos para as construções.

Esses princípios tidos como higienistas, como a questão da iluminação, ventilação, qualidade do ar e equipamentos coletivos de bem-estar, são resultantes de uma articulação com ideias vindas da Europa e dos Estados Unidos no início do século XX. Assim como a separação do fluxo de pedestres e veículos intercalada de áreas abertas e integradas, que dialogam com os conceitos apresentados na Cité Industrielle, de Tony Garnier (Benévolo, 1976). Como previa o projeto, essa separação de fluxos foi feita a partir da criação de um eixo viário central, a atual Avenida Duque de Caxias. (figura 22)

Como bem ressalta Bonates (2016, p. 113) em sua tese:

A avenida principal também proporcionava uma segregação de funções entre as suas margens: de um lado foram implantadas as áreas residenciais, áreas verdes ou praças públicas, um edifício administrativo e um “casino”; ao passo que do outro lado da via destinaram-se as áreas para o funcionamento da estrutura militar como os edifícios para armazenamento, treinamento, entre outros – estes são deduzidos em função da configuração das edificações (tipo pavilhão) e da observação das condições atuais.

Ainda que não constasse no projeto, outro elemento central é a presença e proximidade da linha férrea, localizada paralelamente ao eixo viário principal. A estação de trem da Vila Militar, inaugurada em 1910, ganhou centralidade na execução do projeto já que o local escolhido para implementação da vila era distante do centro da cidade e a presença do trem se mostrou como um facilitador dos deslocamentos. Além do aspecto da mobilidade, a linha férrea e a Avenida Duque de Caxias cumpriam um papel na segregação do bairro, separando as residências pela hierarquia do corpo militar.

Arelada à questão da segregação, a linha férrea serviu como um delimitador das instalações centrais e daquelas que seriam mais apartadas. Assim, de modo

contíguo à Vila Militar de Deodoro foi estabelecido o Campo de Instrução de Gericinó, em uma área de 35.000 quilômetros quadrados. A fazenda Gericinó havia sido adquirida pelo Ministério da Guerra juntamente com a de Sapopemba, em 27 de abril de 1908, por seiscentos contos de réis, servindo originalmente como depósito de materiais de campanha. Em 1917 foi escolhida para ser adaptada como campo de instrução, e com esse fim foram iniciados o levantamento topográfico e a construção de instalações para a instrução militar. Foram construídos seis abrigos para exercícios de tiro de infantaria e quatro para artilharia, situados de modo que a direção dos projéteis disparados tivesse no maciço do Gericinó, ao fundo, um pára-balas natural. (Viana, p.108)

Essa barreira física — avenida larga de um lado, trilhos e matagal do outro — materializa a hierarquia social intrínseca ao desenho castrense. Oficiais circulavam livremente pelas alamedas arborizadas da Avenida Duque de Caxias, enquanto praças e subalternos ficavam confinados em ruas secundárias, mais estreitas e sem serviços. Ao instituir duas malhas urbanas distintas, o Exército reforçou a ideia de “cidade dentro da cidade”: infraestrutura de luxo para alguns e ausência crônica de iluminação e coleta de lixo para outros, fenômeno que replicou, no limiar de Deodoro, a segmentação típica dos subúrbios ferroviários cariocas.

A divisão espacial da Vila Militar pode ser analisada em três grandes setores: o setor administrativo, onde se localizam os comandos e escritórios militares; o setor residencial, destinado ao alojamento de oficiais e praças; e o setor de treinamento, onde ocorrem exercícios e formações. Essa separação funcional permitiu maior controle e eficiência na administração do espaço.

No setor administrativo, localizam-se os principais prédios institucionais, como quartéis-generais, centros de comando e áreas destinadas à gestão operacional das unidades

militares. Essas construções foram projetadas para serem imponentes e funcionais, reforçando a autoridade militar e facilitando o fluxo hierárquico dentro da estrutura.

O setor residencial apresenta uma organização diferenciada conforme as patentes dos militares. Oficiais e suas famílias ocupam casas maiores e bem estruturadas, enquanto os praças residem em unidades habitacionais mais simples. Essa diferenciação espacial reflete a estrutura hierárquica do Exército, reproduzindo no espaço urbano a lógica de comando e subordinação da corporação.

O setor de treinamento e instrução militar foi planejado para garantir a realização de atividades estratégicas essenciais para a preparação das tropas. Campos de treinamento, áreas de tiro e circuitos de exercícios físicos fazem parte desse ambiente, garantindo que os militares possam se preparar adequadamente para suas funções operacionais.

A infraestrutura da Vila Militar também contemplou aspectos de urbanização voltados para a autossuficiência da comunidade militar. Foram construídas escolas para os filhos dos militares, hospitais para atendimento médico e unidades comerciais, criando um ambiente que minimize a necessidade de deslocamento para outras regiões da cidade.

A paisagem da Vila Militar de Deodoro combina elementos naturais e construídos que refletem sua função e história. Entre os principais componentes dessa paisagem, destacam-se:

1. Áreas Verdes e Campos de Treinamento: Preservam extensões de vegetação nativa e amplos terrenos para exercícios militares, criando um contraste com a densidade urbana das regiões vizinhas.
2. Arquitetura Militar: Os edifícios seguem um padrão criterioso e funcional, com influências neoclássicas e modernas, refletindo a necessidade de durabilidade e praticidade.
3. Vias Planejadas: As avenidas internas foram projetadas para permitir o deslocamento de veículos militares e tropas, além de conectar a Vila Militar a outras partes da cidade.

O urbanismo militar tem características distintas que refletem tanto a funcionalidade exigida para operações estratégicas quanto a necessidade de organização do espaço urbano. No caso da Vila Militar de Deodoro, seu planejamento foi cuidadosamente estruturado para atender às demandas logísticas e habitacionais das Forças Armadas, incorporando princípios de racionalidade e eficiência.

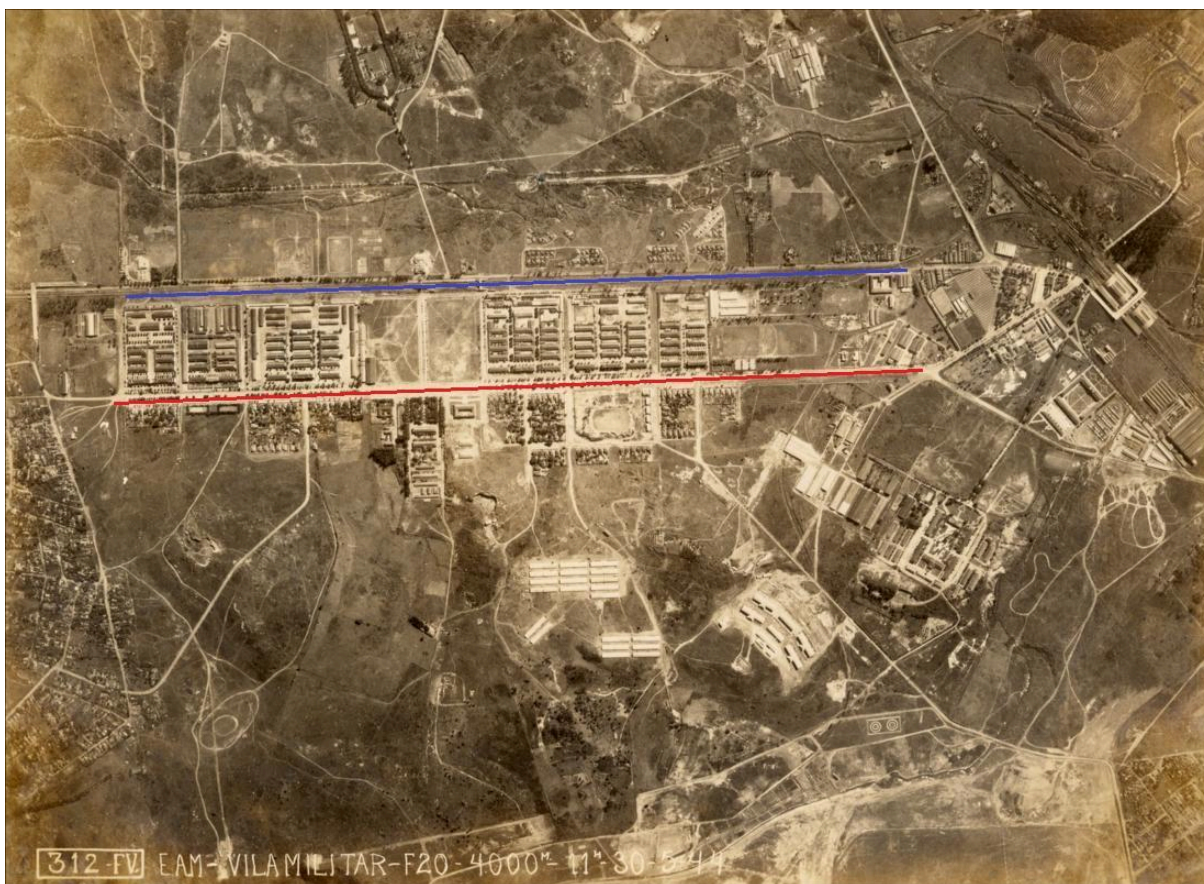


Figura 23 - Vista Aérea da Vila Militar (1944). Avenida Duque de Caxias marcada pelo traço vermelho e a linha férrea pelo traço em azul. Fonte: Brasiliana Fotográfica

Ao comparar o projeto da Vila Militar (figura 22) com a fotografia aérea (figura 23) que mostra sua execução, percebe-se, em primeiro lugar, a ênfase na organização perpendicular e na existência de grandes eixos viários que estruturam o conjunto. No projeto original, a perspectiva reforça a ideia de simetria e a presença de áreas verdes centrais, elementos que foram parcialmente mantidos no resultado final. Observa-se que o plano previa a setorização das construções em torno de vias largas, com destaque para uma avenida principal arborizada, na qual se concentrariam as praças e os edifícios mais importantes.

Na fotografia aérea, pode-se identificar que alguns desses princípios foram efetivamente concretizados. O traçado das ruas e a disposição dos quarteirões residenciais seguem, em linhas gerais, a mesma lógica de setorização proposta no croqui. Contudo, é possível notar diferenças em determinadas áreas de expansão, onde surgiram edificações que não estavam no plano inicial ou que se distribuíram de forma menos regular. Mesmo assim, a concepção de amplos espaços abertos para treinamento e circulação permanece clara na imagem.

A concepção urbanística da Vila Militar seguiu modelos inspirados em experiências internacionais, especialmente europeias e estadunidenses. A disposição das edificações, vias e

espaços comuns foi pensada para garantir fácil circulação e segurança, ao mesmo tempo em que mantinha um padrão de hierarquia espacial. A organização urbana foi um reflexo direto da estrutura militar, com setores bem definidos para diferentes funções.

Desde sua fundação, a Vila foi planejada para abrigar não apenas instalações operacionais, mas também áreas residenciais para militares e suas famílias. Esse aspecto tornou-se um diferencial importante, pois permitiu a criação de uma comunidade relativamente autônoma, com serviços próprios, como escolas, hospitais e espaços de lazer, garantindo qualidade de vida aos seus habitantes.

A interação entre a Vila Militar e a cidade do Rio de Janeiro gerou impactos que ultrapassam os limites do espaço estritamente militar. O fluxo de militares e suas famílias para outras partes da cidade, a demanda por serviços e a necessidade de infraestrutura de transporte modificaram a dinâmica urbana da região ao longo dos anos.



Figura 24 - Construção de Residências para oficiais - Vila Militar 1908 Fonte: Histórico da 1ª Divisão do Exército

A estrutura urbana e a arquitetura da Vila Militar do Rio de Janeiro espelham um percurso de mudanças que, embora preservem aspectos tradicionais, incorporam inovações que buscam a modernização e o aprimoramento da qualidade de vida dos seus habitantes. Historicamente, antes da criação da própria Vila Militar, a edificação de residências militares

obedecia a um padrão de produção em massa, caracterizado pela padronização e simplicidade estética.

No século XIX, casas projetadas para membros da corporação apresentavam uma arquitetura severa, marcada pelo uso de materiais tradicionais e pela implementação de um modelo organizacional que vinha do período colonial. Essas edificações, que incluíam um corpo principal e um anexo, conhecido como "puxado" (Bonates, 2016), possuíam uma planta baixa repetitiva que facilitava a execução rápida.

Atualmente, a Vila Militar continua sendo um importante núcleo da presença militar no Rio de Janeiro. Sua estrutura consolidada, aliada à forte identidade institucional, faz dela um dos exemplos mais notáveis de urbanismo militar no Brasil, mantendo-se como referência para futuras análises sobre a relação entre espaço urbano e presença das Forças Armadas.

O corpo principal, de dimensões amplas e alongadas, unia os espaços sociais e privados de maneira unificada, suprimindo a exigência de corredores para separar os espaços. Esta disposição proporcionava um fluxo mais suave entre os espaços, satisfazendo a funcionalidade e a eficácia na utilização do espaço residencial.

A replicação da mesma planta e fachada, comum na produção em massa, possibilitava uma distinção sutil baseada nas marcas registradas dos proprietários. Em determinados conjuntos, como o da Escola de Tiro do Campo Grande, as unidades situadas nas extremidades tinham dimensões distintas para simbolizar hierarquias, ilustrando a utilização de critérios simbólicos na arquitetura militar.

Foi possível observar experiências similares em projetos residenciais para outras entidades militares, como a Escola de Tiro de Realengo e a Fortaleza de São João. Apesar de manterem a estrutura básica de corpo principal e anexo, as divisões internas e a disposição dos espaços variavam, evidenciando um processo constante de adaptação e aprimoramento dos modelos construtivos.

Os elementos urbanos e a arquitetura da Vila Militar do Rio de Janeiro evidenciam um processo de transição que combina a tradição da produção em massa do século XIX com inovações que espelham as aspirações contemporâneas dos oficiais e a demanda por um ambiente de moradia mais funcional e saudável.

O estudo do planejamento da Vila Militar permite compreender não apenas os aspectos técnicos de sua organização, mas também a maneira como a presença militar influencia a estrutura urbana das cidades. Em síntese, a concepção paisagística e urbanística da Vila Militar do Rio de Janeiro reflete um conjunto de ideias modernas que buscavam romper com os padrões coloniais e atender às necessidades específicas do Exército. Sua

história e evolução refletem o papel das Forças Armadas na formação territorial brasileira e os impactos que esse modelo de ocupação pode gerar ao longo do tempo.

3.4 O bairro de Santa Cruz

Santa Cruz é um bairro localizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro, e o maior da cidade e faz fronteira com as cidades de Itaguaí, Seropédica e Nova Iguaçu. A sua geografia é caracterizada por uma extensa planície litorânea, com regiões de manguezais e influência da Baía de Sepetiba. Além disso, é atravessado por rodovias cruciais, como a Avenida Brasil e a Rodovia Rio-Santos (BR-101). A região apresenta uma combinação de áreas urbanas, zonas industriais e áreas de conservação ambiental.

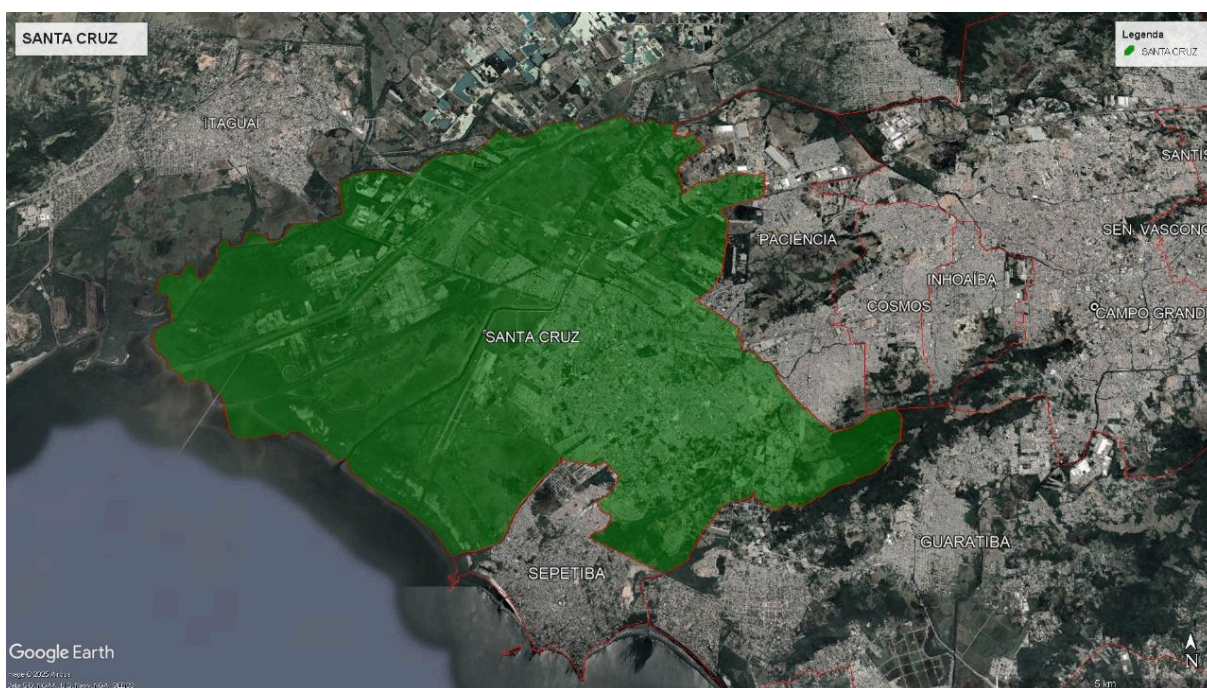


Figura 25: localização do bairro de Santa Cruz (escala 1 : 5 000 000) . Fonte: QGIS, 2025.

Diferente dos outros dois bairros trabalhados anteriormente, o bairro de Santa Cruz tem suas origens ainda no auge da ocupação colonial, quando os jesuítas se estabeleceram na região durante o século XVI, mas há registros da forte presença indígena²⁷ nesta região antes da chegada dos colonizadores. Embora estivesse distante da região central, a ocupação da região foi fundamental pois representava diretamente a importância do bairro naquela

²⁷ A raiz indígena do bairro Santa Cruz data da era pré-colonial, época em que a área era chamada de "Piracema". Este nome, originado das tradições e linguagem dos povos indígenas da região, fazia alusão à migração dos peixes, representando a abundância de recursos naturais e a ligação intensa com o meio ambiente. A herança indígena, demonstrada por este antigo toponímio, continua sendo um componente fundamental na formação da identidade histórica e cultural do bairro.

conjuntura, como aponta Nogueira (2019), “Santa Cruz nasceu como periferia geográfica, mas não sócio-econômica”. A Companhia de Jesus estabeleceu a Fazenda de Santa Cruz em 1594, transformando-a em um dos maiores engenhos de açúcar do Brasil. A fazenda ocupava uma vasta área, abrangendo a agricultura, a pecuária e o emprego de trabalhadores indígenas e negros escravizados.

Em 1759, sob a direção do Marquês de Pombal, os jesuítas foram removidos do Brasil e a propriedade da fazenda foi repassada à Coroa Portuguesa, posteriormente ao domínio imperial, o local passou a atuar como uma das moradias da família real e atuando como campo de teste para métodos agrícolas.

O governo colonial assumiu o controle da fazenda, transformando-a em um ponto de fornecimento de gado e alimentos para as forças militares da área. Ademais, o local serviu como local de repouso e residência da família real portuguesa que chegou ao Brasil em 1808. Este período estabeleceu Santa Cruz como uma área de grande importância estratégica para o governo e para a estrutura militar do Rio.

No século XIX, o bairro ganhou maior importância estratégica. Durante o Império, Dom Pedro II ordenou a construção de um extenso quartel militar na região, consolidando a presença do Exército em Santa Cruz. Inaugurado em 1871, o Quartel de Santa Cruz consolidou-se como uma das principais estruturas militares daquele período. A inauguração da Estrada de Ferro Dom Pedro II (1878) facilitou o transporte de tropas e suprimentos, consolidando Santa Cruz como um importante centro militar, assim como o deslocamento da produção agrícola e pecuária para outras áreas do Rio de Janeiro, impulsionando o crescimento do bairro.

A intervenção militar teve um papel fundamental no avanço de Santa Cruz. Desde o período colonial até os dias atuais, as organizações militares desempenharam um papel crucial na organização do espaço urbano, no avanço econômico e na infraestrutura do bairro. Atualmente, Santa Cruz mantém relevantes instituições militares que continuam a influenciar o avanço da região. A Escola de Sargentos de Logística (EsSLog), localizada no famoso Quartel de Santa Cruz, é um dos principais centros de formação militar no Brasil.

Além disso, o bairro tem conexões com a indústria de armas e com setores ligados à logística militar. A presença dessas organizações ainda impacta a segurança, a infraestrutura e o mercado imobiliário da região. As organizações militares tiveram um papel fundamental na urbanização de Santa Cruz, desde a era colonial até os dias atuais. Elas exerceram uma influência notável na infraestrutura, na economia e na organização urbana, posicionando o bairro como um local estratégico para o Exército Brasileiro.

Atualmente situada no Quartel de Santa Cruz, a Escola de Sargentos de Logística (EsSLog) teve um efeito direto no desenvolvimento urbano. A presença das Forças Armadas requereu aprimoramentos na infraestrutura de estradas, saneamento e transporte coletivo. O Exército também se encarregou de construir moradias para os militares e seus familiares, auxiliando no aumento da população no bairro. Além do quartel, foram estabelecidas outras estruturas militares na área, cobrindo áreas de treinamento e logística. O Centro Tecnológico do Exército (CTEx) e outras entidades relacionadas à segurança nacional contribuíram para a consolidação da economia local, criando postos de trabalho e estimulando o comércio.

Santa Cruz é um dos bairros que melhor ilustra o cruzamento entre a intervenção militar, o progresso ferroviário e a conversão de regiões rurais em áreas urbanas. Como vimos anteriormente, foi no século XIX, que a presença militar em Santa Cruz intensificou-se com a edificação da Estrada de Ferro D. Pedro II (mais tarde, Central do Brasil), cuja linha de Santa Cruz, inaugurada em 1878, conectou a área ao centro da cidade. A ferrovia representou o principal agente de urbanização nas regiões mais apartadas e periféricas, reestruturando a conexão entre o ambiente rural e o urbano, não somente simplificando o deslocamento de tropas e equipamentos, como também acelerou a conquista do território. A estação ferroviária de Santa Cruz estabeleceu-se como um ponto de encontro para residentes, comerciantes e militares, impulsionando a construção de uma malha urbana em desenvolvimento.

No começo do século XX, a implementação de bases militares estabeleceu Santa Cruz como um local de relevância estratégica. O Campo de Aviação de Santa Cruz foi estabelecido em 1916 e, mais tarde, se transformou na Base Aérea de Santa Cruz, a BASC (figura 26) uma das principais estruturas da Força Aérea do Brasil. A BASC não só atualizou a infraestrutura local, construindo pistas e hangares, como também cativou trabalhadores e seus familiares, impulsionando o crescimento de bairros residenciais. A base aérea atuou como um eixo de ocupação planejada, integrando Santa Cruz de maneira única à dinâmica urbana da cidade.

O Exército Brasileiro, além da BASC, instalou na região o 1o Batalhão de Engenharia de Combate (1o BEC), em 1944, encarregado de projetos de infraestrutura e logística (ver figura 27). A existência dessas unidades facilitou a execução de serviços públicos, tais como redes de saneamento, escolas e centros de saúde, beneficiando tanto os militares quanto a população civil. No entanto, a urbanização em Santa Cruz manteve uma dualidade: por um lado, as áreas militares altamente estruturadas; por outro, ocupações informais que demonstravam a falta de políticas de habitação.



Figura 26: Vista Aérea da Base Aérea de Santa Cruz (1939). Fonte: Brasileira Fotográfica Digital

A Fazenda Real de Santa Cruz, antes um emblema do poder colonial, foi progressivamente dividida em partes, muitas delas compradas por ex-militares e trabalhadores. Este processo, que se intensificou nas décadas de 1950 e 1960, gerou áreas como Jardim Santa Cruz e Parque Esmeralda, caracterizadas por loteamentos desordenados e ausência de planejamento. No entanto, a identidade militar continuou profundamente arraigada, com ruas com nomes de personalidades históricas das Forças Armadas e marcos como o Marco da Aviação, construído em 1943.

O vínculo entre Santa Cruz e o Exército transcendeu a simples ocupação de território. No período da ditadura militar (1964-1985), a área foi cenário de iniciativas de segurança nacional, tais como a edificação de silos para o armazenamento de grãos e a ampliação da infraestrutura de logística. No entanto, essas ações não solucionaram questões persistentes como a desigualdade social e a precariedade da vida urbana. Santa Cruz reflete as contradições do desenvolvimento: avanço técnico coexistindo com a marginalização social.

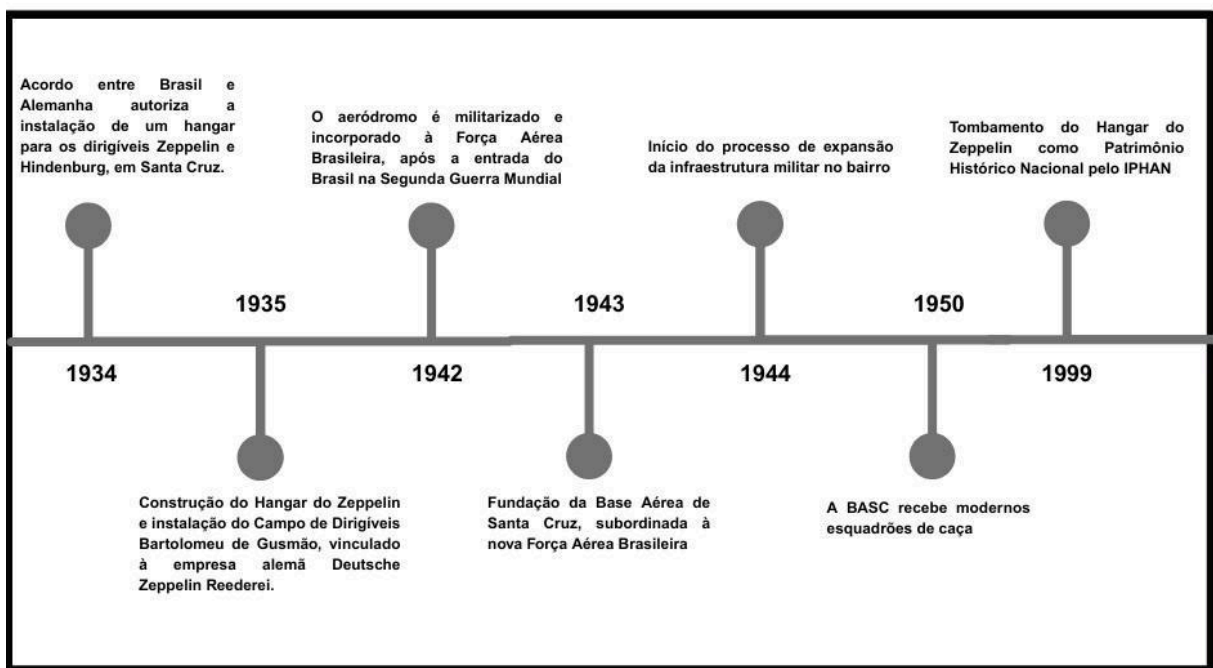


Figura 27: Cronologia da militarização e desenvolvimento da Base Aérea de Santa Cruz (1934–1999). Fonte: Elaboração própria.

3.4.1 A Fazenda Real de Santa Cruz

Desde 1590, os jesuítas ampliaram suas possessões na área de Santa Cruz, adquirindo vastas áreas que se estendiam de Sepetiba a Vassouras, abrangendo também o território atual de Itaguaí. Eles converteram a comunidade local numa fazenda bem estruturada, fomentando o progresso socioeconômico da área. Para tal, introduziram aprimoramentos como sistemas de controle hidráulico, diques, canais e a edificação da Ponte dos Jesuítas, que se estabeleceu como um marco histórico.

A agricultura e a pecuária prosperaram sob o controle jesuítico, com ênfase na cultura da cana-de-açúcar, promovida pelo governo colonial. A produção era distribuída através de rios, canais e pelo porto de Sepetiba, bem como por vias como o Caminho dos Jesuítas, que conectava a propriedade rural ao centro da cidade do Rio de Janeiro. Os jesuítas empregavam trabalho escravo, tanto de origem indígena quanto africana, embora adotassem um modelo de gestão visto como mais estruturado para a época.

parte desse patrimônio foi progressivamente alienada, com exceção da Fazenda dos Jesuítas, que continuou sob o comando real. Contudo, a insuficiência técnica e administrativa dos novos administradores resultou em um extenso período de desleixo, demonstrado pela falta de acontecimentos marcantes desse período na região.

Em contrapartida ao declínio da fazenda, a cidade do Rio de Janeiro passava por um grande desenvolvimento após ser elevada à categoria de capital do Brasil em 1763. A expansão ocorreu em torno do Paço dos Vice-Reis, localizado na atual Praça XV, e expandiu-se a partir do núcleo composto pelos morros do Castelo, Santo Antônio, São Bento e da Conceição. O processo de urbanização progrediu para o sul, atingindo a Glória, e para o oeste, alcançando o Campo de Santana e a Cidade Nova. Surgiram novos bairros, antigas estradas foram convertidas em vias, e a cidade passou por uma rápida modernização.

3.4.2 Momento de grandes transformações

A partir do desembarque da família real portuguesa no Brasil em 1808, Santa Cruz adquiriu relevância ao se transformar na casa de férias da corte. O antigo convento jesuíta foi convertido no Palácio Real de Santa Cruz, além de terem sido realizadas melhorias na infraestrutura local, como a remodelação da antiga Estrada da Fazenda dos Jesuítas, que agora é conhecida como Estrada Real de Santa Cruz. No ano de 1817, estabeleceu-se um serviço de carruagem para simplificar o transporte da nobreza do palácio até o centro da cidade.

A região se sobressaiu pelo pioneirismo em vários campos. Em 1850, um engenho local foi equipado com uma máquina a vapor, uma das pioneiras no Brasil. A primeira agência dos Correios do país foi estabelecida em Santa Cruz em 1842, e em 1877, Santa Cruz recebeu a primeira linha telefônica da América do Sul, ligando-se ao Palácio de São Cristóvão. A mudança significativa aconteceu com a abertura da Estação de Santa Cruz em 1878, possibilitando o transporte ferroviário de passageiros e produtos até o centro do Rio de Janeiro.

O Matadouro de Santa Cruz²⁸ foi estabelecido em 1881, englobando o Palácio Princesa Isabel, uma comunidade operária e uma estação ferroviária. O bairro transformou-se num importante centro comercial, atraindo boiadeiros de várias partes do país e promovendo o aumento populacional. O matadouro implementou a eletrificação no bairro, fazendo dele o

²⁸ O antigo Matadouro de Santa Cruz foi convertido no Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz, demonstrando um esforço significativo para preservar e valorizar o patrimônio histórico e cultural da região. O projeto combina exposições, atividades pedagógicas e ações de conservação ambiental, oferecendo à comunidade um local para ponderar sobre a trajetória do prédio e sua importância para a identidade urbana da área.

primeiro subúrbio do Rio a ter luz elétrica. A urbanização progrediu, resultando na edificação de novas vias, jardins e construções, reforçando a identidade de Santa Cruz.

A fazenda e o bairro se tornaram famosos através das obras de arte de viajantes internacionais, como Debret, Thomas Ender e Maria Graham, bem como pela presença de naturalistas de renome. Contudo, com a abolição da escravidão em 1888, iniciou-se a decadência da Fazenda Imperial, que se deparou com dificuldades estruturais e ausência de manutenção. A falta de supervisão do sistema hidráulico levou a inundações e à disseminação de enfermidades, principalmente a malária, contribuindo para o declínio da propriedade.

A proclamação da República em 1889 alterou o nome da antiga Fazenda Imperial de Santa Cruz para Fazenda Nacional de Santa Cruz, tornando-se propriedade republicana e sendo empregada para suprir o mercado da capital. Neste cenário, o Quartel do Corpo de Artilharia foi estabelecido no local. A expansão da área foi impulsionada em 1894, quando a Companhia de Carris Urbanos obteve permissão para operar linhas de bondes puxados por animais, interligando diversas áreas do bairro. No começo do século XX, a chegada da eletricidade e dos bondes elétricos favoreceu o crescimento da população e a unificação das regiões do bairro.

O bairro também se sobressaiu no âmbito esportivo, graças à fundação do Clube de Corridas de Santa Cruz entre 1912 e 1918, competindo com outras entidades famosas da metrópole. No campo agrícola, o crescimento da produção de café resultou na expansão da ferrovia até Mangaratiba, ao passo que a produção de citrinos aumentou consideravelmente de 1926 a 1941. Ao longo desse período, iniciativas de saneamento e estabelecimento de colônias agrícolas atraíram imigrantes, principalmente japoneses, contribuindo para a transformação de Santa Cruz em um relevante polo produtor de alimentos para o Distrito Federal.

A construção do Aeroporto Bartolomeu de Gusmão em 1936, que permitiu o pouso de dirigíveis como o Zeppelin e o Hindenburg, que ligavam o Brasil à Alemanha, foi outro ponto marcante na história do bairro. A estrutura incluía um amplo hangar, um dos raros ainda em operação no mundo, classificado como Patrimônio Histórico Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1998. O local foi transformado em uma base militar da Força Aérea Brasileira em 1942, dando origem à Base Aérea de Santa Cruz, que permanece em funcionamento até os dias de hoje.

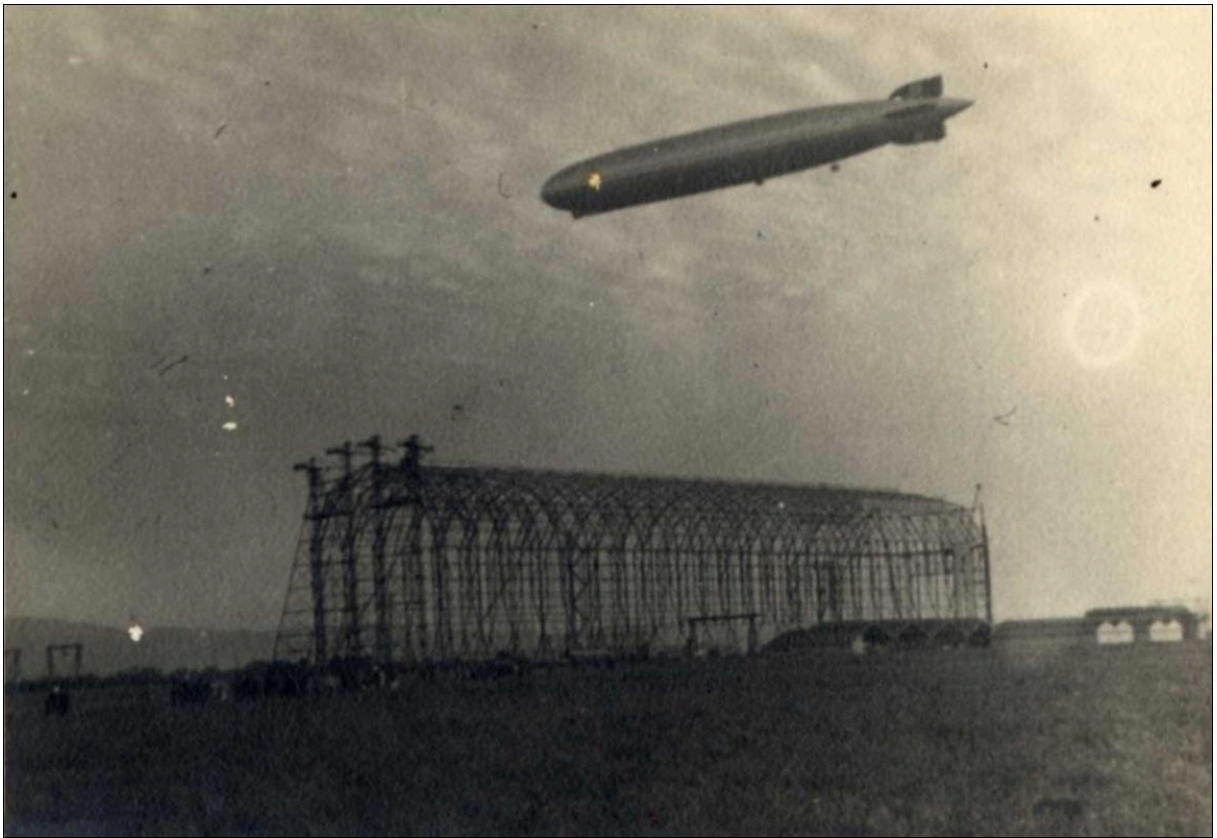


Figura 29: Construção do hangar Zeppelin (1934). Fonte: Brasileira Fotográfica Digital

A relevância militar do bairro foi estabelecida em 1946, quando o antigo prédio da Fazenda de Santa Cruz foi transformado na sede do 1o Batalhão de Engenharia de Combate, anteriormente denominado Batalhão Escola de Engenharia Villagran Cabana. Este prédio, situado no coração do bairro e sobre uma colina, transformou-se num dos ícones visuais mais significativos da área, impactando o crescimento urbano em sua vizinhança.

A inauguração da Avenida Brasil, uma parte da BR-101 Sul, reforçou a ligação de Santa Cruz com o centro da cidade no mesmo ano. Esta estrada expressa simplificou a conexão dos subúrbios do Rio de Janeiro com as rodovias que conectavam o Rio de Janeiro a regiões como São Paulo, Minas Gerais e Bahia. A parte que alcançava Santa Cruz foi finalizada em 1954, impulsionando ainda mais o desenvolvimento da área.

A construção da nova Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição começou em 1950, substituindo a igreja original de 1896. Este procedimento aconteceu após a paróquia ser removida da antiga residência da fazenda, fortalecendo a transformação do bairro e sua identidade urbana ao longo do século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos bairros de Realengo, Vila Militar e Santa Cruz revela o papel das Forças Armadas na produção do espaço urbano da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Desde o século XIX, os militares atuaram não apenas como agentes de ocupação territorial, mas como modeladores de dinâmicas sociais, econômicas e culturais. Em Realengo, a instalação da Escola Geral de Tiro (1857) e da Fábrica de Cartuchos (1898) transformou pastagens em um complexo militar-industrial, atraindo trabalhadores e impulsionando a criação de infraestrutura urbana. Na Vila Militar, projetada como um núcleo autossuficiente, a lógica bélica orientou desde a disposição dos quartéis até a segregação espacial entre oficiais e praças. Já em Santa Cruz, a Base Aérea e o 1º BEC simbolizaram a integração entre estratégia militar e desenvolvimento tecnológico, ainda que permeada por contradições sociais.

Como destacado por Fernandes (2006), as Forças Armadas não são meras extensões do Estado, mas instituições com objetivos próprios, capazes de imprimir marcas resistentes no espaço urbano. Essa particularidade explica por que a urbanização militarizada difere radicalmente de processos liderados por companhias ferroviárias ou iniciativa privada. Enquanto estas respondiam a demandas de mercado, o Exército priorizava objetivos estratégicos, como controle territorial e segurança nacional, muitas vezes em detrimento de necessidades locais.

A pesquisa também evidencia o duplo aspecto desses processos. Se, por um lado, a presença militar trouxe saneamento, escolas e empregos, por outro, reforçou hierarquias sociais e espaciais. Em Realengo, as residências de oficiais contrastavam com os conjuntos habitacionais populares; na Vila Militar, a linha férrea separava áreas nobres de zonas operárias; em Santa Cruz, a modernização da BASC coexistiu com o surgimento de ocupações precárias, especialmente a partir da segunda metade do século XX, originando as favelas do Rola, Antares e do Aço.

Essas comunidades se desenvolveram em regiões inicialmente menos atraentes para o mercado imobiliário oficial, frequentemente habitadas por trabalhadores de baixa renda. Muitos deles se mudaram para a região atraídos pela disponibilidade de empregos proporcionada, direta ou indiretamente, pela presença militar e industrial. Portanto, ao mencionar que a modernização da BASC coexistiu com o surgimento de favelas, destaca-se o contraste entre os investimentos governamentais (infraestrutura militar avançada) e as condições precárias de moradia enfrentadas pela população de baixa renda no mesmo local.

Assim, o estudo reforça a importância de abordagens interdisciplinares para compreender a urbanização carioca. A análise histórica, aliada a fontes documentais e relatos orais, permitiu desvendar camadas de um passado onde o Exército não foi apenas um ator, mas um arquiteto do espaço. Como conclui Fridman (1999), "a militarização do urbano é um fenômeno que exige olhares críticos, capazes de decifrar suas nuances e legados" (p. 302). Nesse sentido, esta dissertação espera contribuir para debates acadêmicos e políticos sobre planejamento urbano, justiça espacial e memória coletiva.

Então é possível identificar a conexão entre a expansão militar pela Zona Oeste, e outros trechos fundamentais do Rio de Janeiro, com a necessidade de aprimoramento de suas instalações, equipamentos e táticas. A consequência desse processo é a direta intervenção militar na organização de áreas significativas da cidade, justamente pela peculiaridade com que o Estado se apresentou e interferiu no espaço urbano, atendendo aos interesses de um grupo específico, e portanto exigindo maior entendimento da função histórica e social das Forças Armadas no Brasil.

Ao contextualizar o papel histórico dos militares, do período colonial ao processo de modernização republicano, a presença militar assumiu uma força modeladora da cidade, não somente na dimensão física, mas como também social e politicamente na configuração urbana.

No que se refere ao debate da categoria subúrbio, esta pesquisa desmonta a ideia tradicional de um "subúrbio carioca" engessado ao buscar compreender a categoria de modo não linear e resultado de processos variados nos diferentes subúrbios da cidade, no caso desta pesquisa o que foi caracterizado como o "subúrbio militar". Além de discutir o rapto ideológico, destacado por Fernandes (2011) que associa a periferia diretamente à marginalidade. São nessas áreas da cidade que a presença das Forças Armadas, e da sua lógica de modernização, que ocorre a transformação do rural para urbano e dicotomicamente a integração e segregação com o restante da cidade.

Ainda é possível apontar que esta pesquisa examina exemplos reais - em Realengo, Vila Militar e Santa Cruz - que demonstram como a implementação de estruturas militares, tais como a Escola Militar, a Fábrica de Cartuchos, a Base Aérea e o 1º BEC, estabeleceu caminhos de ocupação e exclusão. Demonstra que, apesar das iniciativas do Exército terem incentivado o saneamento, a educação e a criação de empregos, elas também intensificaram as desigualdades sociais, como a separação entre as áreas de moradia dos militares e os conjuntos habitacionais de baixa renda.

A histórica militarização do ambiente urbano atuou como um elemento estruturante que, ao mesmo tempo que modernizou a cidade, manteve as hierarquias e contradições que ainda estão presentes na configuração atual dos bairros. Esses tópicos sintetizam as principais conclusões e resultados obtidos na dissertação, revelando a complexa influência do Exército Brasileiro na formação e na transformação dos subúrbios cariocas, especialmente na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Enfim, reforça a importância de abordagens interdisciplinares para compreender a complexidade da herança militar na formação do tecido urbano, considerando não apenas os aspectos físicos, mas também os efeitos sociais e políticos da militarização.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, M. A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 1987 (reimpressão 2022).

ABREU, M. A. **A periferia do ontem: o processo de construção do espaço suburbano do Rio de Janeiro (1870-1930)**. Espaço & Debates, n. 21, p. xx-xx, 1987.

ABREU, M. A. **Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução**. Niterói: EDUFF, 1986.

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. **Relatórios dos Ministros da Guerra (1832–1954)**. Rio de Janeiro: AHEX, s.d.

ARQUIVO NACIONAL. **Ministério da Guerra (1930–1945): Relatórios apresentados ao Presidente da República**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, s.d. Disponível em: <https://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/assuntos/15-dicionario/83-dicionario-da-administracao-publica-brasileira-do-periodo-vargas/1606-ministerio-da-guerra-1930-1945> Acesso em: 22 jul. 2023

ARQUIVO NACIONAL. **Ministério da Guerra (1930–1945): relatórios apresentados ao Presidente da República**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, s.d. Disponível em: <https://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/assuntos/15-dicionario/83-dicionario-da-administracao-publica-brasileira-do-periodo-vargas/1606-ministerio-da-guerra-1930-1945>. Acesso em: 14 ago 2023.

ARQUIVO NACIONAL. **Série “Guerra – Gabinete do Ministro (IG1-DA)”:** **correspondências e relatórios (período imperial)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, s.d. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/sites_eventos/sites-tematicos-1/brasil-oitocentista/conheca-o-acervo/serie-guerra-gabinete-do-ministro-ig1-da. Acesso em: 22 jul 2023.

ARQUIVO NACIONAL DO EXÉRCITO. **Localização e perímetros de quartéis, escolas militares e fábricas de munições em Realengo e adjacências**. Documento técnico, s.d.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Ministério da Guerra de Janeiro a Junho de 1890 (v.01) e Julho a Dezembro de 1890 (v.02); Ministério da Guerra**

de 1891-1892 (v.03) e de 1893-1910 e 1912-1915 (v.04). Florianópolis: APESC, s.d.
Disponível em:
<https://acervo.arquivopublico.sc.gov.br/index.php/informationobject/browse?collection=560>
Acesso em: 13 ago 2023.

BENÉVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna.** São Paulo; Perspectiva, 1976.

BERNARDES, L. M. C. **A faixa suburbana do Rio de Janeiro.** Revista Geográfica, n. 67, p. 69-86, 1967.

BICALHO, M. F. B. **A cidade e o Império: o Rio de Janeiro na dinâmica colonial portuguesa (séculos XVII e XVIII).** Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 1997.

BRASIL. **Ato Adicional de 8 de maio de 1834.** Diário Oficial da União, 8 maio 1834.

BRASIL. **Carta Régia de D. João VI, de 27 de junho de 1814.** Arquivo Histórico Ultramarino, 1814.

BRASIL. **Decreto Imperial n.º 8.293, de 19 de julho de 1854** (Regulamento da Lei de Terras). Diário Oficial da União, 1854.

BRASIL. **Decreto n.º 76.821, de 17 de novembro de 1975.** Diário Oficial da União, 1975.

BRASIL. **Decreto n.º 77.914, de 28 de setembro de 1976.** Diário Oficial da União, 1976.

BRASIL. **Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850** (Lei de Terras). Diário Oficial da União, 1850.

BRASIL. Ministério da Guerra. **Levantamento de imóveis no Estado da Guanabara, 1961.** Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1961.

BRASIL. Ministério da Guerra. **Levantamento de imóveis no Município Neutro, 1864.** Brasília: Ministério da Guerra, 1864.

BONATES, Mariana Fialho. **Vila militar do Rio de Janeiro: genealogia de uma produção pública de moradias?** In: XIV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo (SHCU), 2016, São Carlos. Anais do XIV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Cidade, Arquitetura e Urbanismo: Visões e Revisões do século XX, 2016. p. 156-165

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. 2. ed. Rio de Janeiro: Amazon, 2019.

CARLOS, A. F. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2001.

CARVALHO, J. M. de. **Forças Armadas e política no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CASTRO, C. **O espírito militar**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

CORREIA, R. L. **O espaço urbano: forma e processo**. São Paulo: Ática, 2001.

EL-KAREH, A. C. **Quando os subúrbios eram arrabaldes: um passeio pelo Rio de Janeiro e seus arredores no século XIX**. In: OLIVEIRA, M. P. de; FERNANDES, N. da N. (orgs.). 150 anos de subúrbio carioca. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: Faperj, 2010.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

FERNANDES, N. da N. **O rapto ideológico da categoria "subúrbio": Rio de Janeiro, 1858-1945**. Revista Scripta Nova, v. X, n. 218, 1 ago. 2006.

FERNANDES, N. da N. **Os militares e o espaço do Rio de Janeiro: um programa de pesquisa em geografia urbana e geopolítica**. Scripta Nova: Revista electrónica de geografia y ciencias sociales, v. X, n. 218, 1 ago. 2006.

FRANCO, J. L. de A.; DRUMMOND, J. A. **A formação de saúde e sociedade. História, Ciências, Saúde–Manguinhos**, v. 12, n. 3, p. 1033-1059, set. 2005.

FRIDMAN, F. **Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

FRIDMAN, M. **Mapas temáticos das freguesias rurais da Zona Oeste**. Revista de Geografia, 1999.

FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão. **Relatórios do Ministério da Guerra (1830–1960)**. Brasília: FUNAG, s.d. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/colecoes-historicas/relatorios-do-ministerio> Acesso em: 20 set 2024.

GRALHA, F. **O carioca ideal na fotografia de Augusto Malta (1900-1920)**. Revista Territórios e Fronteiras, v. 2, n. 1, p. 1-18, jan./jun. 2009.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. **Annaes do Rio de Janeiro e jornais oficiais**. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 22 jul. 2023.

KARASCH, M. C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KLEIN, H. S.; LUNA, F. V. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

LAGO, P. C. do. **Coleção Princesa Isabel: Fotografia do século XIX**. Capivara, 2008.

LAMEGO, A. P. **Ruas e logradouros de Santa Cruz**. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 6. ed. São Paulo: Centauro, 1991.

MANSUR, A. L. **O bonde Madureira-Santa Cruz**. Anais do Seminário Campo Grande, 2022.

MASSÉ, J. **Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro com suas fortificações**. Acervo do Serviço de Documentação da Marinha, 1713.

METCALF, A. C.; TIEDE, L.; SOUSA, B. **Mapa dos fortes do Rio de Janeiro**. Biblioteca Nacional, 1725.

MONTEIRO, C. B. **Relatório estatístico do Presidente da Câmara Municipal de Campo Grande**. Arquivo da Câmara Municipal, 1855.

MONTEIRO, P. **Geografia e poder: a ocupação do território pelo Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

MOREIRA, R. **O rapto do subúrbio: resenha de O rapto ideológico da categoria “subúrbio”, de Nelson da Nóbrega Fernandes**. GEOgraphia, v. 14, n. 27, p. 157-164, 14 jan. 2013.

MOVA – Museu Aeroespacial. **Imagens aéreas do Conjunto Habitacional do IAPI**. Museu Aeroespacial, 1940.

MOVA – Museu Aeroespacial / Brasileira Fotográfica. **Fotografias aéreas da Aviação do Exército**. Museu Aeroespacial, 1934.

NICOLA, P. **A Zona Oeste do Rio de Janeiro como eixo de expansão urbana para habitação de interesse social: considerações a partir do Programa Minha Casa Minha Vida em Senador Camará**. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 14, n. 3, p. 843-858, set./dez. 2021.

NORONHA SANTOS, F. A. **As freguesias do Rio antigo**. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.

RIBEIRO, R. C. B.; LIMA, F. **Subúrbios Cariocas: uma deriva contemporânea sobre o nosso chão**. In: SANTOS, J. J. dos; MATTOSO, R.; GUILHON, T. (orgs.). *Diálogos suburbanos: identidades e lugares na construção da cidade*. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SANTOS, L. S. **A experiência da teoria das teses na prática da lavoura: pequenos lavradores, militantes comunistas e luta pela terra no Sertão Carioca (1945-1964)**. Tempos Históricos, v. 23, p. 375-409, 2019.

SANTOS, L. S. **Os subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX**. MNEME: Revista de Humanidades, v. 12, p. xx-xx, jul./dez. 2011.

SANTOS, L. S.; DORIA, R. S. **Do sertão carioca ao centro metropolitano: as disputas por terra na zona oeste do Rio de Janeiro (1940-2010)**. Anais do IV Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza. Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

SANTOS, Maria Carolina de Oliveira dos. **Dos sertões aos quartéis: uma análise sobre a influência dos militares no processo de urbanização de Realengo**. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Agronomia, Departamento de Geografia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

SHUMSKY, N. L. **Encyclopedia of Urban America: The Cities and Suburbs**. Santa Barbara: ABC-CLIO, 1998.

SOARES, M. T. S. **Bairros, bairros suburbanos e subcentro**. Espaço Aberto: Revista de Geografia da UFRJ, v. 1, n. 1, p. 143-154, 2011.

SOARES, M. T. S. **Fisionomia e estrutura do Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Geografia, v. 27, n. 3, p. 329-388, jul./set. 1965.

SODRÉ, N. W. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1962.

SODRÉ, N. W. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SODRÉ, N. W. **Memórias de um soldado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SODRÉ, N. W. **Orientação do espaço brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958.

SOUZA, A. B. de. **Duque de Caxias: o homem por trás do monumento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SOUSA, R. R. de S. **As representações subalternas dos homens suburbanos**. In: OLIVEIRA, M. P. de; FERNANDES, N. da N. (orgs.). 150 anos de subúrbio carioca. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: Faperj, 2010.

TORRES, P. H. C. **"Avenida Brasil – Tudo Passa Quem Não Viu?": formação e transformação de uma paisagem urbana**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 20, n. 2, p. 29-48, 2018.

VIANA, Claudius Gomes de Aragão. **História, memória e patrimônio da Escola Militar do Realengo. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais)**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

VIANA, Claudius Gomes de Aragão. **A Fábrica de cartuchos do Realengo (1898 - 1977)**. In: Revista Digital Simonsen. Rio de Janeiro, n.4, jun. 2025. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen. Acesso em set. de 2020